

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA  
CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS (PPHPBC)  
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

***ÚLTIMA HORA: UMA TRIBUNA DO GOVERNO E DOS TRABALHADORES***  
Uma análise sobre a contribuição do jornal para o legado político do trabalhismo

**PATRÍCIA RIBEIRO DOS REIS PADOVANI**

Rio de Janeiro, agosto de 2016.

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA  
CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS (PPHPBC)  
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

**PROFESSOR ORIENTADOR: AMÉRICO FREIRE  
PATRÍCIA RIBEIRO DOS REIS PADOVANI**

***ÚLTIMA HORA: UMA TRIBUNA DO GOVERNO E DOS TRABALHADORES***  
Uma análise sobre a contribuição do jornal para o legado político do trabalhismo

Dissertação de Mestrado Profissional apresentada  
ao Centro de Pesquisa e Documentação de  
História Contemporânea – CPDOC como  
requisito parcial para a obtenção do grau de  
Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Rio de Janeiro, agosto de 2016

Padovani, Patrícia Ribeiro dos Reis

Última Hora: uma tribuna do governo e dos trabalhadores: uma análise sobre a contribuição do jornal para o legado político do trabalhismo / Patrícia Ribeiro dos Reis Padovani. – 2016.

157 f.

Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: Américo Oscar Guichard Freire.

Inclui bibliografia.

1. Trabalhismo – Fontes. 2. Imprensa e política. 3. Última Hora (Jornal). 4. Vargas, Getúlio, 1883-1954. 5. Goulart, João, 1918-1976. I. Freire, Américo. II. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 320.981

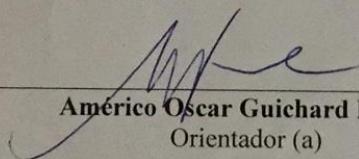
**PATRICIA RIBEIRO DOS REIS PADOVANI**

**ÚLTIMA HORA: UMA TRIBUNA DO GOVERNO  
E DOS TRABALHADORES**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais

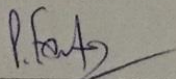
Data da defesa: 24/08/2016

**ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO**



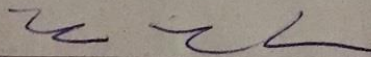
---

**Américo Oscar Guichard Freire**  
Orientador (a)



---

**Paulo Roberto Ribeiro Fontes**



---

**Fernando Lattman Weltman**

Para minha mãe, Isabel Cristina Ribeiro,  
meu exemplo de mãe, mulher e profissional.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) da FGV-RJ, cuja competência e excelência ministradas em suas aulas foram fundamentais para meu crescimento acadêmico e profissional. Agradeço, sobretudo, ao meu orientador, Prof. Dr. Américo Freire, sempre disponível e atento para me auxiliar em todas as minhas dificuldades nessa caminhada. Pela paciência, colaboração e aprendizado que me foi oferecido.

Para minhas queridas mãe e avó, Isabel Cristina e Maria da Conceição, não poderia deixar de agradecer por todo o amor a mim dedicado ao longo de toda a minha existência. Minhas grandes incentivadoras e admiradoras que contribuíram demais para que eu conseguisse chegar até aqui.

Obrigada ao meu marido, Davi Padovani, por ser um excelente companheiro e amigo. Ser tão compreensivo com os meus compromissos com este mestrado e ser minha grande fonte de incentivo desde o início até o fim desta jornada.

Um agradecimento especial também ao meu filho, Bernardo Padovani, que ainda com seus poucos meses de vida, foi um bebê calmo e sereno e ajudou a mamãe a conseguir finalizar esta dissertação.

Finalmente, agradeço imensamente a todos que, direta ou indiretamente, participaram da minha vivência no curso de Mestrado. Aos meus familiares, meus amigos de longa data, meus companheiros de trabalho, todos, ainda que aqui não nominalmente referidos, sem dúvida, têm sua parcela de contribuição na minha conquista.

## EPÍGRAFE

“Jamais, em qualquer lugar do mundo, um jornal fora apresentado  
aos leitores por um presidente da República.”  
*Samuel Wainer*

## RESUMO

A presente pesquisa trata sobre o cruzamento entre os interesses do governo e os interesses da classe trabalhadora nas páginas da *Última Hora*. Criado para defender e difundir a política de Getúlio Vargas e responder às críticas dos demais veículos de imprensa, o jornal também tinha como objetivo principal representar os interesses dos setores populares, principalmente, dos trabalhadores. O recorte cronológico para esta análise foi o segundo governo de Vargas, situado de 1950 a 1954 e marco temporal deste estudo é 1951, ano de surgimento da *Última Hora*. O trabalho identifica de que forma o trabalhismo esteve retratado neste jornal, por meio da análise da cobertura jornalística em momentos-chave da representação desta ideologia política durante o segundo governo de Vargas: as comemorações pelo aniversário do então Presidente e pelo Dia do Trabalho e a gestão de João Goulart à frente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A pesquisa analisa também a cobertura das duas grandes greves que aconteceram no período: a Greve dos 300 mil e a Greve dos Marítimos, ambas em 1953 e os espaços destinados para as reclamações dos trabalhadores nas páginas dos jornais: a coluna “Fala o Povo na UH” e a realização dos simulados dos tribunais populares contra a economia do povo.

**Palavras-chave:** Última Hora, Getúlio Vargas, João Goulart e Trabalhismo.



## **ABSTRACT**

This research deals with the intersection between the interests of the government and the interests of the working class in the pages of the Last Hour. Created to defend and spread the Getulio Vargas policy and respond to criticism of other media outlets, the newspaper also had as main objective to represent the interests of ordinary people, especially the workers. The chronological cut for this analysis was the second government of Vargas, located 1950-1954 and timeframe of this study is 1951 appearance of the year of the Last Hour. The paper identifies how the labor movement has been portrayed in this paper, through the analysis of news coverage in key moments of representation of political ideology during the second government of Vargas: the celebrations by then the president's birthday and Labor Day and João Goulart management in front of the Ministry of Labor, Industry and Commerce. The research also analyzes the coverage of two major strikes that happened in the period: the strike of 300,000 and Greve Mariners, both in 1953 and the spaces reserved for the claims of the workers in the pages of newspapers: the column "Tell the people in UH "and the realization of simulated popular courts against the economy of the people.

**Keywords:** Last Minute, Getulio Vargas, Goulart and Labour.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2. <i>ULTIMA HORA</i> E O MERCADO JORNALÍSTICO DOS ANOS 50</b> .....	15
2.1 A MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA NOS ANOS 50 .....	15
2.1.1 O MERCADO JORNALÍSTICO CARIOCA DA ÉPOCA .....	21
2.1.2 <i>ÚLTIMA HORA</i> , UMA EMPRESA JORNALÍSTICA .....	22
2.2 A RELAÇÃO DA IMPRENSA COM A POLÍTICA .....	30
2.2.1 A POSIÇÃO POLÍTICA DOS JORNAIS CARIOCAS NA DÉCADA DE 50 .....	35
2.2.2 <i>ÚLTIMA HORA</i> , UM INSTRUMENTO POLÍTICO .....	38
<b>3. O ESPAÇO DOS TRABALHADORES NAS PÁGINAS DA <i>ULTIMA HORA</i></b> .....	46
3.1 <i>ÚLTIMA HORA</i> VAI AO POVO .....	47
3.1.1 TENDINHAS DE RECLAMAÇÕES .....	48
3.1.2 O POVO FALA NA <i>ÚLTIMA HORA</i> .....	49
3.1.2.1 E O QUE VIROU CAPA DE JORNAL? .....	64
3.1.1 “TRIBUNAIS POPULARES” .....	68
3.2 1953: UM ANO MARCADO POR GRANDES GREVES .....	89
3.2.1 MARÇO DE 53: GREVE DOS 300 MIL .....	89
3.2.2 JUNHO DE 53: GREVE DOS MARÍTIMOS .....	96
<b>4. A REPRESENTAÇÃO DO TRABALHISMO NAS PÁGINAS DA <i>ULTIMA HORA</i></b> .....	103
4.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE O TRABALHISMO NO BRASIL .....	103
4.1.1 TRABALHISMO E GETULISMO .....	107
4.2 O TRABALHISMO NAS PÁGINAS DA <i>ÚLTIMA HORA</i> .....	111
4.2.1 O CALENDÁRIO FESTIVO .....	114
4.2.1.1 O ANIVERSÁRIO DE GETÚLIO VARGAS .....	114
4.2.1.2 O DIA DO TRABALHO .....	120
4.3 A IMPORTÂNCIA DE JANGO PARA A NARRATIVA TRABALHISTA .....	133
4.3.1 JOÃO GOULART: MINISTRO DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES .....	133
4.3.2 FIM DA ERA JANGO À FRENTE DO MINISTÉRIO DO TRABALHO .....	141

<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>148</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>153</b>

## 1. INTRODUÇÃO

*“No momento em que estávamos redigindo esta coluna de apresentação do jornal que hoje entregamos ao povo brasileiro, recebemos uma carta do sr. Getúlio Vargas, que adiante transcreveremos. Este importante documento, não só nos enche de natural orgulho, como, e principalmente, nos faz sentir a grande responsabilidade que este jornal assume ao nascer. A mensagem de confiança que ele encerra, constitui o melhor programa que um jornal, apresentando-se como arma do povo, poderia desejar. E este será o compromisso que aqui assumimos: procuraremos corresponder ao que o sr. Getúlio Vargas de nós espera, com o mesmo entusiasmo e fé com que procuraremos não desapontar o mais humilde dos eleitores que o reconduziram à chefia suprema da nação”.*<sup>1</sup>

Foi desta forma que Samuel Wainer inaugurou a sua “Coluna de Última Hora”, na primeira edição do jornal de mesmo nome, lançado na tarde de uma terça-feira, dia 12 de junho de 1951. No livro em que relata suas memórias, ao descrever sobre o dia de lançamento do seu periódico, Wainer afirma que em vez do previsível editorial de apresentação, a primeira página trazia uma carta de Getúlio Vargas para Samuel Wainer.

Eu pedira a Getúlio que escrevesse a carta, decidido a vincular o jornal desde o berço ao presidente eleito pelo povo. ‘Meu caro Samuel Wainer’, começava a carta, que depois se estendia em considerações sobre o conceito e a importância de uma imprensa popular. Jamais em qualquer país do mundo, um jornal fora apresentado aos leitores por um presidente da República.<sup>2</sup>

E assim a relação da *Última Hora* (UH) com o então presidente esteve presente desde a primeira edição do jornal, da mesma forma que a sua preocupação com os interesses populares.

Estudar como se deu este cruzamento entre os interesses do governo e os interesses da classe trabalhadora nas páginas do jornal é o principal objetivo desta dissertação. Para isso, escolhemos analisar a contribuição da *Última Hora* para a produção, reprodução e ressignificação da cultura política do trabalhismo, nascida no Estado Novo e reforçada por Vargas durante o seu segundo governo, já em tempos democráticos. A escolha deste periódico deve-se ao fato de acreditarmos que o jornal teve atuação fundamental para pensar o trabalhismo no Brasil e, principalmente, pela dualidade de sua atuação, desde sua criação. Criado para defender e difundir a política de Getúlio Vargas e responder às críticas dos demais veículos de imprensa, o jornal também tinha como objetivo principal representar os interesses dos setores populares, principalmente, dos trabalhadores. O recorte cronológico

---

<sup>1</sup> *Última Hora*, edição do dia 12/06/1951. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 17 de dezembro de 2014.

<sup>2</sup> WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1988, p. 142.

para esta análise foi o segundo governo de Vargas, situado de 1950 e 1954, tendo como início a data de surgimento da *Última Hora*, dia 12 de junho de 1951.

A hipótese que defendemos nesta pesquisa é que, ainda que sua fundação seja atribuída para servir de respaldo ao getulismo junto à opinião pública, o jornal introduziu ao mercado jornalístico da época, um tipo de imprensa popular e independente e que, por vezes, também serviu de tribuna dos trabalhadores e não somente do governo. Para poder entender este cenário, estudaremos de que forma o trabalhismo esteve retratado neste jornal, por meio da análise da cobertura jornalística em momentos-chave da representação desta ideologia política durante o segundo governo de Getúlio Vargas: as comemorações pelo Aniversário do então Presidente e pelo Dia do Trabalho e as gestões de João Goulart à frente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Marco importante para este estudo será a análise da cobertura das duas grandes greves que aconteceram no período: a Greve dos 300 mil e a Greve dos Marítimos, ambas em 1953 e os espaços destinados para as reclamações dos trabalhadores nas páginas da *Última Hora*: a coluna “Fala o povo na UH” e a criação dos Tribunais Populares para julgar os crimes contra a economia popular.

Desta forma, acreditamos ser possível encontrar os interesses comuns do governo e dos trabalhadores retratados nas páginas do jornal, mas também encontrar os momentos em que esta relação pode ter sofrido algum tipo de abalo, como no caso das greves. De que maneira o governo lidou com estas mobilizações populares e como o jornal, dito popular, se posicionou perante as reivindicações dos trabalhadores são questionamentos importantes que nortearam este estudo. Ou seja, analisar o papel do jornal neste contexto histórico é também analisar o comportamento político do grupo ao qual esse jornal se colocava como representante, mostrando não apenas o ideário dos governantes, mas também os anseios da população.

No primeiro capítulo, o objetivo é apresentar as principais características que marcaram o processo de modernização da imprensa nos anos 50, década escolhida para este estudo e comprovada pela historiografia como um momento de profundas transformações do jornalismo brasileiro, sobretudo, do jornalismo carioca. Este período ficou marcado por um processo de modernização do mercado jornalístico, com a inclusão de novas técnicas e reformas editoriais e gráficas, onde as opiniões divulgadas nos jornais passaram a dar lugar a informações objetivas sobre os acontecimentos. Seria, então, um momento de transição do

chamado “jornalismo literário” para o “jornalismo empresarial” no Brasil, como afirma Jürgen Habermas<sup>3</sup>.

A proposta principal deste capítulo é apresentar as discussões que surgiram neste período, mostrando as diferenças existentes entre o posicionamento dos jornais como empresas jornalísticas e como instrumentos políticos. Inserimo-nos na corrente que acredita que a passagem de um jornalismo político para um jornalismo mais empresarial foi marcada por uma ambiguidade que permaneceu como uma característica da imprensa brasileira ainda durante algum tempo. Conforme reforçam as teses de Ana Paula Goulart Ribeiro e Gisela Goldenstein, neste período, não havia nenhuma contradição entre a lógica da empresa jornalística e a lógica da política.

E, neste cenário, vale reforçar que o caso do jornal *Última Hora* é exemplar para ilustrar este processo. Com técnicas jornalísticas e estratégias empresariais modernas, a lógica que marcou a fundação do jornal em 1951 foi a conexão com a política. Porta-voz do governo de Getúlio Vargas, o veículo teve ao mesmo tempo características de jornal de opinião, engajado em uma causa, e de um jornal com as características impostas pela indústria cultural. Assim, a *Última Hora* entra em cena nessa fase de modernização da imprensa sem abandonar, contudo, seu caráter opinativo, caminhando de certa forma contra a tendência dos outros jornais que faziam parte da chamada grande imprensa.

Para reforçar esta relação, pretendemos mostrar neste capítulo as inovações tecnológicas e editoriais que caracterizaram a *Última Hora* como uma empresa jornalística e que este processo de atualização e melhoramento de suas técnicas jornalísticas foi responsável não apenas pela solidificação de seu perfil empresarial, mas também deu a determinadas lideranças políticas os elementos fundamentais para a ligação direta entre elas e as massas.

No segundo capítulo, a proposta é avaliar qual o espaço dado pelo jornal para as reivindicações dos trabalhadores. Desta forma, a pesquisa prevê encontrar os momentos em o jornal assumiu uma postura de intermediário entre o povo e o governo, prestando serviços efetivos e importantes para a população, como na divulgação das queixas dos leitores e nos aconselhamentos em relação às questões trabalhistas.

Acreditamos que, por ser uma missão da *Última Hora* divulgar uma imagem positiva do governo de Vargas e que grande parte deste esforço estava ancorado no tema trabalhismo, o jornal abria espaço para as questões relativas à vida dos trabalhadores. Verificar o lugar que

---

<sup>3</sup> HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 214.

as reivindicações populares ocupavam no jornal, se eram manchetes do dia, se tinham destaque e eram exploradas por diversos espaços do periódico e como elas “conviviam” com o conteúdo caracterizado como intelectualizado e politizado será fundamental para a nossa análise.

Desta forma, as chamadas “Tendinhas de reclamações”, divulgadas logo no primeiro número do jornal e que eram montadas em diferentes pontos da cidade, davam voz ao povo e nos mostram uma estratégia em que o veículo se coloca não só como um porta-voz, mas como um instrumento efetivo de conquistas sociais. Estas urnas recebiam as reclamações, denúncias e estavam abertas a demais sugestões dos leitores. O material que era coletado nas ruas transformou-se na seção “Fala o Povo na UH”, publicadas diariamente. Nosso objetivo é analisar o espaço dado a esta coluna no jornal, além de verificar a postura editorial do jornal diante de tais reivindicações.

Além da coluna acima, a *Última Hora* instaurou ainda os “tribunais populares” para julgar os “crimes contra a economia do povo”. Tratava-se de júris simulados sobre casos de preços abusivos cobrados por comerciantes. Além da realização de tais júris simulados, o jornal fez cobertura também sobre todo o processo de tramitação do projeto até ser instaurada a Lei 1.521, que instituiu o regime de júri para os crimes contra a economia popular e, posteriormente, como se deu na prática a realização destes Tribunais de Economia Popular. Foi desta forma que o jornal seguiu divulgando sobre a importância desta iniciativa para a população, reforçando sobre a participação efetiva da *Última Hora* durante este processo. Pretendemos, portanto, analisar como estes espaços específicos ajudaram na criação de uma simbologia do jornal, através da construção de uma linguagem própria de aproximação do veículo com a classe trabalhadora. Faz parte ainda deste capítulo também a análise da cobertura sobre as duas grandes greves que aconteceram em 1953 – Greve dos 300 mil e Greve dos Marítimos. Por meio desse olhar crítico poderemos avaliar como foi a postura de um jornal dito popular no que diz respeito a movimentos do gênero contra o governo.

No terceiro e último capítulo, iremos apresentar um histórico sobre o surgimento do trabalhismo no Brasil, assim como uma exposição sobre as discussões acerca dos conceitos de getulismo e trabalhismo. Pretendemos discutir as principais características do projeto trabalhista de Getúlio Vargas, com ênfase na sustentação desta corrente em seu segundo governo, e de que forma este projeto foi divulgado para a população por meio do jornal *Última Hora*. Sendo assim, a constituição do trabalhismo como projeto político, as conquistas e as dificuldades que existiram ao longo do processo de consolidação são questões centrais.

Um dos objetivos deste capítulo é trazer as principais definições sobre o conceito de trabalhismo que encontramos na historiografia brasileira. Esta apresentação é importante para posicionar nosso estudo na corrente que acredita na grande “máquina de divulgação” que foi construída durante o governo Vargas, sem, contudo, diminuir ou desmerecer a contribuição política e a luta dos trabalhadores neste contexto.

Por mais que esta dissertação foque na divulgação do trabalhismo no segundo governo de Vargas, é fundamental compreendermos a lógica que dominou a elaboração do projeto trabalhista e o contexto político em que esteve inserida, assim como examinarmos as características que marcaram a sua construção. As bases e os fundamentos característicos do trabalhismo também serão estudados.

Atrás da representação do trabalhismo nas páginas da *Última Hora*, identificamos alguns momentos-chave em que pretendemos analisar de que forma a essência do trabalhismo esteve retratada nas páginas do jornal. Entendemos que o calendário festivo instaurado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo também teve reflexo em seu segundo governo, contribuindo para a disseminação do trabalhismo. Desta forma, o enfoque dado pelo jornal ao colocar em sua pauta a cobertura sobre o aniversário do ex-presidente e sobre o Dia do Trabalho pode ser importante para reforçar a nossa pesquisa.

O ano de 1953 é importante também em função do surgimento de um novo ministro do Trabalho, exatamente no decorrer da Greve dos Marítimos. Assim, avaliar a contribuição de João Goulart para a narrativa trabalhista de Vargas, com a sua atuação à frente do Ministério do Trabalho também é emblemática para analisarmos o posicionamento deste jornal sobre a sua gestão, sua identificação como líder partidário de grande penetração na classe trabalhadora e sua estreita relação com Vargas. Consideramos este momento muito importante para a história do getulismo, do trabalhismo e do próprio Jango e acreditamos que a *Última Hora* contribuiu de forma direta para a disseminação desta estratégia de aproximação do governo com os trabalhadores e suas lideranças.

Desta forma, analisar editoriais, manchetes e reportagens especiais sobre tais assuntos publicados nas páginas da *Última Hora* servirá de subsídio para a compreensão da importância deste veículo na produção, reprodução e ressignificação da cultura política do trabalhismo, além do seu papel como porta-voz da classe trabalhadora.



## **2. ÚLTIMA HORA E O MERCADO JORNALÍSTICO DOS ANOS 50**

### **2.1 A modernização da imprensa na década de 50**

A década de 50 tornou-se um cenário propício para transformações da imprensa, especialmente por se tratar de um momento de profundas mudanças nas esferas econômica, política, cultural e social no país. O momento brasileiro era caracterizado por uma fase de imensa urbanização, industrialização e de liberdade de expressão impulsionadas pela volta de um regime democrático. De acordo com Alzira Alves de Abreu, a produção intelectual ao longo dessa década foi marcada “pelo debate de ideias políticas, pelo anticomunismo, pela elaboração de projetos de desenvolvimentismo e pela ideologia do nacional-desenvolvimentismo”.<sup>4</sup>

De acordo com Nelson Werneck Sodré, no Brasil, a chamada “grande imprensa” solidifica-se na passagem do século XIX para o XX. Os pequenos jornais, geralmente resultado de empreendimento individual ou de pequenos grupos, praticamente desapareceram das grandes cidades continuando a circular apenas em regiões menores e do interior. São estes pequenos jornais que vão ceder lugar para grandes “empresas”, com capital para investimentos em equipamentos e distribuição cada vez mais complexos e custosos.<sup>5</sup> No entanto, se com o aparecimento da grande imprensa ocorre uma redução no número de periódicos circulando no país, sua distribuição e tiragem diária aumentam consideravelmente.<sup>6</sup>

Ao analisarmos o comportamento da imprensa brasileira no século XX, verificamos um favorecimento, em função do contexto democrático, de profundas modificações e transformações por meio da inovação na cobertura jornalística, da renovação da linguagem, da introdução de novas técnicas de apresentação gráfica dos periódicos, da diversificação da publicidade nos jornais e da profissionalização do mercado jornalístico. Ou seja, através da incorporação definitiva de uma racionalidade empresarial e da introdução de inovações técnicas, gráficas e editoriais, a imprensa deste período acompanhou as transformações ocorridas na sociedade brasileira à época.

---

<sup>4</sup> ABREU, Alzira Alves de. *Revisitando os anos 50 através da imprensa*. In: *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. BOTELHO, André; BASTOS, Elide Rugai e VILLAS-BOAS, Glaucia (organizadores). Rio de Janeiro: Topbooks, 2008, p. 211.

<sup>5</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. RJ: Civilização Brasileira, 1999, p. 315.

<sup>6</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. 1999, op. cit, p. 315.

Para muitos historiadores e estudiosos, a década de 1950 constitui um verdadeiro marco da história de nossa imprensa. Até o início dessa década, a imprensa brasileira era caracterizada pelo o que se costuma chamar de “imprensa de opinião”. Tratava-se de uma imprensa com características claramente políticas e apaixonadas, indo além da divulgação simples e direta dos fatos. Neste momento, a imprensa tornou-se um instrumento ativo de opinião pública. Já na virada da década de 50, podemos observar algumas alterações nas características principais da imprensa brasileira em que as opiniões divulgadas nos jornais passaram a dar lugar a informações objetivas sobre os acontecimentos.

Como afirma Ana Paula Goulart Ribeiro, esta década, em especial, é normalmente apontada pela historiografia da imprensa como um momento de profundas transformações no jornalismo nacional, sobretudo carioca. Segundo a autora, foi nesta época que o discurso jornalístico passou a ter uma fidelidade real aos fatos divulgados, o que lhe possibilitou um considerável poder social.

As reformas redacionais, gráficas e editoriais do *Diário Carioca* em 1950 e do *Jornal do Brasil* em 1956, assim como o surgimento de jornais inovadores, como a *Tribuna da Imprensa* em 1949 e a *Última Hora* em 1951, são considerados marcos inaugurais de uma nova fase da imprensa brasileira.<sup>7</sup>

Na opinião de Tânia Regina de Luca, a convocação de uma nova assembleia constituinte em 1946 e o subsequente reordenamento jurídico davam indícios de que se iniciava um novo momento no país. Para a autora, os jornais teriam que enfrentar novas possibilidades e desafios e, como citado acima, não foi por acaso a fundação de jornais como a *Tribuna da Imprensa* (1949) e da *Última Hora* (1951), que “polarizaram o mundo da imprensa nas décadas seguintes”, além das importantes reformas redacionais, editoriais e gráficas do *Diário Carioca* e no *Jornal do Brasil*.<sup>8</sup>

Como aponta Fernando Lattman-Weltman, foi a partir da década de 1950 que o jornalismo brasileiro foi abandonando uma de suas tradições: a do jornalismo de combate, de crítica, de doutrina e de opinião.<sup>9</sup> No que diz respeito ao caráter do desenvolvimento da

---

<sup>7</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007, p. 13. ABREU, Alzira Alves de (org). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editoria Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 15.

<sup>8</sup> MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (orgs). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. 2a. reimpressão - São Paulo: Contexto, 2013, p. 173-174.

<sup>9</sup> LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Imprensa carioca nos anos 50: os anos dourados*. In: ABREU, Alzira Alves de (org.)... [et al.], *A imprensa em transição*, RJ, Editora FGV, 1996.

imprensa brasileira no século XX, ainda segundo o mesmo autor utilizando como fonte os conceitos de Jürgen Habermas, nos deparamos com um momento de transição do chamado “jornalismo literário” para o jornalismo empresarial” no Brasil.<sup>10</sup>

Isso porque, de acordo com Habermas, durante a fase pré-capitalista, a imprensa resumia-se a coletar notícias e informações. Em um segundo momento, apareceria o chamado “jornalismo literário”, no qual a divulgação de ideias e opiniões eram os principais objetivos para atuar na nova configuração proposta pela esfera pública burguesa.<sup>11</sup> O terceiro estágio seria, então, o chamado “jornalismo empresarial”, quando os jornais estariam se comportando no mercado como verdadeiras empresas, com o lucro sendo transformado no principal objetivo a ser alcançado e as notícias transformadas em produtos de consumo, com as opiniões sendo expostas cada vez menos explícitas e num processo de subordinação a interesses econômicos.<sup>12</sup>

Seguindo a perspectiva apresentada por Habermas, Lattman-Weltman entende que a imprensa brasileira foi diretamente afetada pelo acelerado desenvolvimento econômico e político, pelo processo de industrialização e de urbanização e pela redemocratização política do país. Era o cenário propício para os avanços técnicos na área das comunicações, como o aparecimento das novas imprensas rotativas, por exemplo. É neste contexto que, segundo o autor, encontra-se uma esfera pública em fase de desenvolvimento e consolidação<sup>13</sup>, com a criação das condições para o chamado “jornalismo empresarial” no Brasil.

O forte processo de industrialização que o país estava vivendo na época representou também, entre outras coisas, a reorganização dos meios de comunicação de acordo com o conceito de indústria cultural<sup>14</sup>. A modernização da imprensa brasileira nos anos 50 parece, num primeiro momento, como aponta Ana Paula Goulart<sup>15</sup>, seguir o mesmo patamar de desenvolvimento americano, caracterizado por uma profunda racionalização da produção que resultava na implantação de um jornalismo de massa.

Para Gisela Goldstein, no que tange as características do mercado jornalístico, sob a ótica da indústria cultural, as técnicas deveriam ser desenvolvidas objetivando a maximização

---

<sup>10</sup> LATTMAN-WELTMAN, Fernando. 1996, op. cit., p. 158-159.

<sup>11</sup> HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 214.

<sup>12</sup> HABERMAS, Jürgen. op. cit. P. 217.

<sup>13</sup> LATTMAN-WELTMAN, Fernando. 1996, op. cit., p. 161.

<sup>14</sup> O termo indústria cultural foi empregado pela primeira vez por Theodor Adorno e Max Horkheimer, no livro “Dialética do esclarecimento”, publicado em 1947. Esta lógica, que é a do mercado, se concretiza na introdução da produção padronizada em série e na sua adequação à demanda.

<sup>15</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart, 2007, op. cit., p. 34.

do consumo de seus produtos, no caso a venda dos jornais, e, por isso mesmo, tendo como eixo orientador a possibilidade de agradar a um público de “composição policlassista”.<sup>16</sup> Alzira Alves de Abreu completa defendendo que “a imparcialidade da imprensa norte-americana, associada a interesses comerciais, visava atingir um público mais amplo, logo não poderia expressar a opinião do dono do jornal ou do jornalista, mas apresentar a notícia de forma objetiva.”<sup>17</sup>

Outros autores também utilizam o conceito de indústria cultural para reforçar o momento em que a produção de determinados bens culturais passa a se subordinar à lógica do mercado. Seguimos nosso estudo nesta linha, concordando com a corrente que acredita nos limites e nas contradições deste processo de indústria cultural no Brasil, conforme veremos mais a frente.

No caso específico do jornalismo do Rio de Janeiro, a procura por certo distanciamento em relação à literatura e política passou pela incorporação de uma série de procedimentos e práticas trazidos dos Estados Unidos por jornalistas que estavam em solo americano nos anos 40 e 50. Através desse “novo modelo”, a linguagem jornalística passou a ser mais sistemática, mais autônoma e com um discurso próprio.

As técnicas norte-americanas conferiram ao jornalismo uma série de restrições tanto na linguagem como na estruturação do texto. Segundo Ana Paula Goulart Ribeiro, inspirado no noticiário telegráfico, o estilo jornalístico passou a ser mais seco e forte e as principais mudanças que aconteceram na forma de noticiar os acontecimentos foram:

a restrição do código linguístico – com uso de reduzido número de palavras, expressões e regras gramaticais – aumentava a comunicabilidade e facilitava a produção de mensagens. As regras de redação, além disso, supostamente retiravam do jornalismo noticioso qualquer caráter emotivo e participante. Para garantir a impessoalidade (e o ocultamento do sujeito da enunciação), impôs-se um estilo direto, sem o uso de metáforas. Como a comunicação deveria ser, antes de tudo, referencial, o uso da terceira pessoa tornou-se obrigatório. O modo verbal passou a ser, de preferência, o indicativo. Os adjetivos e as aferições subjetivas tiveram que desaparecer, assim como os pontos de exclamação e as reticências.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987, p. 43.

<sup>17</sup> ABREU, Alzira Alves de (org), 1996, p. 15.

<sup>18</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, Literatura e Política: a modernização da imprensa carioca nos anos de 1950*. Estudos Históricos, Mídia. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n.31, 2003, p. 148-149.

Se, antes dessas transformações, o jornalismo tinha espaço para os comentários sobre as questões políticas e sociais do país, incentivava a polêmica das ideias e era extremamente crítico, depois ele se tornou o “reflexo da realidade”, noticiando os acontecimentos naturalmente, sem julgamentos, opiniões ou considerações sobre os fatos. Na prática, veremos que não houve uma transição completa e que as duas formas de se fazer jornalismo coexistiam durante muito tempo.

Como segue Ribeiro, as mudanças nos periódicos também ocorreram na tipografia, nas medidas e tamanhos, nos formatos, no material de impressão, além das transformações ocorridas na organização administrativa dos jornais e nas técnicas de se divulgar uma notícia<sup>19</sup>. Ou seja, a diagramação tornou-se mais aprazível, os jornais tornaram-se mais técnicos no que diz respeito à produção do conteúdo e mais preparados e organizados em termos empresariais. Seguindo esta fórmula, procurava-se atrair e fidelizar os leitores, tornar a leitura dos jornais mais dinâmica e atrativa, valorizando as notícias e o leitor.

Segundo Marialva Barbosa, o que se procura construir neste momento é a “autonomização do campo jornalístico em relação ao literário, fundamental para a autoconstrução da legitimidade da profissão”<sup>20</sup>. Assim, as reformas dos jornais na década de 1950 devem ser entendidas como fundamentais para dar ao campo jornalístico um lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de “decifrar o mundo para o leitor”.<sup>21</sup>

Como enfatiza Ana Paula Goulart, a modernização gráfica, editorial, linguística e empresarial dos jornais diários cariocas representa para a imprensa a instauração de um lugar institucional que lhe permite, a partir de então, “enunciar as verdades dos acontecimentos de forma oficializada e se constituir como registro factual por excelência”. Para a pesquisadora, a partir deste momento, “o jornalismo se afirmou enquanto fala autorizada em relação à constituição do real”.<sup>22</sup> Para Marialva Barbosa, chega-se ao momento em que “o discurso jornalístico se reveste da aura de fidelidade aos fatos, o que lhe dá considerável poder simbólico”.<sup>23</sup>

---

<sup>19</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart, 2003, p. 148.

<sup>20</sup> BARBOSA, Marialva. *Imprensa e poder no pós-1930*. In: *Em Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, jun./dez. 2006, p. 223.

<sup>21</sup> BARBOSA, Marialva. Op. cit., p. 223.

<sup>22</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart, 2007, op. cit, p. 14.

<sup>23</sup> BARBOSA, Marialva. Op. cit, p. 223.

Segundo Alzira Abreu, foram os acontecimentos políticos traumáticos que aconteceram nesta década que contribuíram para as rupturas que ocorreram na imprensa brasileira.

A crise política que levou ao suicídio de Getúlio Vargas em 1954 pode ser vista como um divisor de águas. A imprensa, que nos meses que precederam o 24 de agosto exacerbou a linguagem violenta e apaixonada utilizada no tratamento dos temas políticos, a partir desse acontecimento buscou maior objetividade na construção e transmissão da notícia. A forma de fazer oposição a Vargas foi percebida por parte da imprensa de oposição como parcialmente responsável por esse drama político, e uma nova imprensa foi surgindo a partir de então.”<sup>24</sup>

O aparecimento de grandes agências de publicidade e os vultosos investimentos em propaganda, que seguiam o processo de aceleração da industrialização e de urbanização do país, também contribuíram positivamente para as receitas dos jornais auxiliando nesta fase de crescimento e desenvolvimento.

Juarez Bahia nos apresenta que enquanto nas décadas de 1930 e 1940 os jornais sobreviviam de favores do Estado, na década seguinte, 80% de sua receita era composta de anúncios de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, e ainda de produtos alimentícios e agrícolas.<sup>25</sup> Além disso, ainda segundo o autor, a publicidade forçou os jornais a aumentarem sua circulação pelo território nacional uma vez que as agências davam preferência a inserir seus anúncios publicitários em veículos com grandes tiragens, de forma a atingir um número maior de leitores e, conseqüentemente, de possíveis consumidores.

O progresso da chamada grande imprensa ocorre, portanto, paralelamente ao processo de solidificação do capitalismo, da urbanização e da formação gradativa de uma “esfera pública”<sup>26</sup> burguesa no Brasil, que, segundo Fernando Lattman-Weltman, a partir do período republicano se estabelecerá na década de 50, sobretudo em função do fim do Estado Novo e do processo de redemocratização do país.<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> ABREU, Alzira Alves de (org), 1996, op. cit., p. 10.

<sup>25</sup> BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990, p. 229.

<sup>26</sup> ALDÉ, Alessandra. *A Construção da Política. Democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 229.

<sup>27</sup> LATTMAN-WELTMAN, Fernando, 1996, op. cit. p. 158-159.

### 2.1.1 O mercado jornalístico carioca da época

A maioria dos jornais e revistas do país durante os anos 50 estavam concentrados no Distrito Federal e nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, locais de maior expressão econômica. Segundo dados informados pelo Anuário Estatístico do Brasil, do IBGE, o Rio de Janeiro possuía 40 jornais, entre matutinos e vespertinos em 1950<sup>28</sup>.

Nesta época, as tiragens dos jornais cariocas eram consideradas pequenas em função do grande número de títulos que circulavam na cidade. Em análise às estatísticas dos anos seguintes, percebemos uma diminuição no número de jornais diários, que caíram para 29 em 1953<sup>29</sup>, chegando a 26 em 1954<sup>30</sup>.

Entre os que circulavam nas primeiras horas da manhã, os jornais de maior tiragem eram o *Correio da Manhã*, *O Jornal*, o *Diário de Notícias* e os populares *O Dia* e *Luta Democrática*. Entre os vespertinos, se destacavam *O Globo* e a *Última Hora*. Este último foi inclusive o responsável pela perda de leitores de jornais tradicionais da época como o *Diário da Noite* e *A Notícias*.<sup>31</sup>

A tiragem, como salienta Ribeiro, apesar de ser um importante critério de avaliação, não pode ser o único no que diz respeito à relevância dos jornais. Isso porque nem sempre o prestígio e o poder de uma empresa jornalística estavam diretamente associados a sua tiragem e ao número dos seus leitores. A *Tribuna da Imprensa* e o *Diário Carioca*, por exemplo, não eram jornais com muita circulação, mas tinham o reconhecimento como órgãos de peso e influência.

Uma série de outros fatores também deve ser levada em consideração para se avaliar um órgão de informação, como o seu peso político-ideológico, as suas relações com o poder, a sua relevância jornalística (técnica e profissional), a sua estrutura empresarial (força econômica e potencial financeiro) e a sua composição com o seu público.<sup>32</sup>

---

<sup>28</sup> Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, Ano XIII, 1952, p. 480.

<sup>29</sup> Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, Ano XV, 1954, p. 444.

<sup>30</sup> Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, Ano XVII, 1956, p. 379.

<sup>31</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart, 2007, op. cit, p. 58.

<sup>32</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart, 2007, op. cit, p. 59.

### 2.1.2 *Última Hora*, uma empresa jornalística

O ano de 1951 foi marcado pela volta de Getúlio Vargas à Presidência da República. Depois de ficar mais de cinco anos recluso na sua estância em São Borja, no Rio Grande do Sul, o ex-ditador voltara finalmente ao poder, agora pelos “braços do povo” para dirigir o Brasil dentro de uma democracia. Como resume bem as palavras de Ana Maria de Abreu Laurenza sobre o seu retorno: “Vargas, de ditador simpatizante do fascismo, vira presidente democrata e nacionalista, com evidente desejo de fazer jus ao título de ‘pai dos pobres’”.<sup>33</sup>

Ao iniciar o seu retorno ao poder em 1951, Vargas não teve o apoio da imprensa escrita, nem da falada, de maior repercussão no país à época. Sua campanha política contou com a utilização de caminhões equipados com alto-falantes que divulgavam seu programa de governo. Mas, um jornalista esteve presente para acompanhar a comitiva de Getúlio Vargas e fazer a cobertura de sua campanha para os *Diários Associados*<sup>34</sup>: Samuel Wainer.

Segundo o verbete sobre Samuel Wainer, que consta no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)<sup>35</sup>, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), a relação entre Vargas e Wainer começou a ser construída já em fevereiro de 1949 quando o jornalista viajou ao Rio Grande do Sul para realizar uma série de reportagens sobre a inutilidade do esforço do governo brasileiro de incentivar a produção de trigo no país. Após ouvir rumores de que o piloto que o estava acompanhando nesta missão havia feito diversas viagens para São Borja, levando caravanas de políticos em visita a Getúlio Vargas, Wainer resolveu então tentar uma entrevista com o ex-presidente. Conseguiu e emplacou no *O Jornal*, órgão líder da cadeia dos *Diários Associados*, a entrevista que modificaria o panorama da sucessão presidencial de Eurico Dutra. Com o título “Voltarei como líder das massas”, a matéria dava início à estreita ligação entre o jornalista e o futuro presidente.

---

<sup>33</sup> LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano*. 2ª ed. – São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998, p. 14.

<sup>34</sup> Era interessante para Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados, explorar o medo ao anúncio da possível volta de Getúlio. O seu candidato à presidência era o general Canrobert Pereira da Costa, ministro da Guerra do governo do general Eurico Dutra. Entretanto, para que ele pudesse se tornar o candidato, seria preciso afastar a candidatura de Cristiano Machado, do Partido Social Democrático (PSD). Assim, era importante que Wainer continuasse acompanhando “a pauta” Getúlio. Wainer, segundo seu próprio depoimento, esteve diversas vezes com Vargas no período de 1949 até sua posse como presidente da República, em 31 de janeiro de 1951. Informações disponíveis em <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Último acesso em 6 de setembro de 2014.

<sup>35</sup> Informações disponíveis em op. cit. Último acesso em 6 de setembro de 2014.



Apesar da queda em 1945, o ex-ditador ainda vendia jornais. Essa entrevista de Vargas a Wainer ajudou a vender 180 mil exemplares de *O Jornal* naquele dia, contra a média diária de 9 mil. Após a publicação, todos os órgãos da imprensa de Chateaubriand reproduziram o depoimento de Vargas.<sup>36</sup>

Em seu livro de memórias, *Minha Razão de Viver*, Samuel Wainer relata que não havia outros jornalistas com o intuito de acompanhar a comitiva que percorreria o Brasil levando a campanha do candidato Getúlio Vargas. A grande imprensa parecia decidida a silenciar sobre os passos do ex-ditador. “Um e outro repórteres apareciam em determinados comícios, mas não havia jornalistas empenhados na cobertura integral. Eu era o único. Nessa condição privilegiadíssima, viveria uma das mais apaixonantes aventuras da minha vida”.<sup>37</sup> Esta recusa em apoiar Vargas refletia principalmente o período do Estado Novo, quando se criou uma imagem negativa do ditador entre intelectuais e jornalistas, principalmente, em função da censura aos meios de comunicação.

Consagrado no pleito de 3 de outubro de 1950 e empossado em 31 de janeiro do ano seguinte, Vargas sentiu a necessidade de romper o cerco que sofria por parte, quase maioria, da imprensa<sup>38</sup>. Foi diante deste contexto que Vargas começou a pensar na criação de um jornal que fosse a favor do governo e que pudesse ser um defensor de suas iniciativas. E Wainer, em função de sua estreita ligação com o presidente, era o jornalista mais indicado para tornar possível a criação deste jornal.

Em 12 de junho de 1951, com o objetivo de utilizar o espaço da imprensa para divulgar positivamente o governo Vargas, surge a *Última Hora*, um jornal popular, com forte apelo nacionalista e, por vezes, até sensacionalista, criado a partir da convergência dos interesses de Getúlio Vargas e do jornalista Samuel Wainer e financiado por pessoas próximas ao presidente<sup>39</sup>. O papel do jornal era claro: defender e difundir a política de Getúlio

---

<sup>36</sup> ALTAMN, Fábio (org). *A arte da entrevista. Uma antologia de 1823 aos nossos dias*. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 206. O autor, no entanto, não cita a fonte desta tiragem.

<sup>37</sup> WAINER, Samuel, 1988, op. cit, p. 35.

<sup>38</sup> Na ocasião, lutavam contra sua candidatura e combatiam seu governo: *O Estado de S. Paulo*, de Júlio de Mesquita Filho, *O Globo*, de Roberto Marinho, o *Correio da Manhã*, de Paulo Bittencourt, o *Diário de Notícias*, de Orlando Dantas, *A Notícia*, de Cândido Campos e a *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, todos eles simpáticos à candidatura udenista derrotada de Eduardo Gomes. Os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, e o *Diário Carioca*, fundado por José Eduardo de Macedo Soares e dirigido por Horácio de Carvalho Júnior, colocaram-se ao lado de Cristiano Machado, lançado pelo PSD e apoiado também pelo Partido Republicano (PR). Restaram ao lado de Vargas apenas *O Radical*, fundado por Rodolfo de Carvalho e dirigido por seu genro, George Galvão, e *O Mundo*, de Geraldo Rocha, ambos de pequena penetração. Informações disponíveis em <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Último acesso em 6 de setembro de 2014.

<sup>39</sup> O jornalista, que na época enfrentava profundos embates com Chateaubriand e tinha interesse em montar seu próprio jornal, e os recursos, entre bancos e apoiadores do projeto varguista, como Juscelino Kubitschek.

Vargas e responder às críticas difundidas nos demais veículos de comunicação. O jornal nascia com um objetivo político, mas, cujo alcance deste objetivo deveria passar também pelo sucesso comercial, ou seja, a conquista de eleitores e sua consolidação no mercado jornalístico carioca da época.

Falaremos sobre a estreita relação do jornal com o governo no decorrer deste capítulo. Nesta seção, especialmente, canalizaremos nossa atenção para as inovações que o jornal trouxe ao mercado jornalístico da época, no que diz respeito à parte gráfica, inovando ao adotar uma diagramação moderna com paginação acessível, coberturas fotográficas, valorização de notícias através de destaques, diferentes pesos e tamanhos para títulos e matérias, e espaço para muitas fotos, o que facilitava a leitura e fazia com que o jornal apresentasse diferentes conteúdos, inclusive o denso conteúdo político, de forma diferente ao apresentado pela imprensa tradicional até então<sup>40</sup>.

O lançamento da *Última Hora* constituiu um marco na história da imprensa no Brasil, principalmente porque identifica o verdadeiro início da fase industrial de nossa imprensa, compartilhando esta perspectiva, segundo alguns autores, com dois outros jornais, o *Diário Carioca* e a *Tribuna da Imprensa*.<sup>41</sup> Como afirma Fernando Lattman-Weltman, “ao incentivar e favorecer a criação de um jornal, Vargas interveio diretamente no mercado jornalístico da época não apenas privilegiando a ação de um jornalista, mas mudando as regras de acesso ao fechado “clube” dos proprietários de jornal”.<sup>42</sup>

No que tange as inovações técnicas, gráficas e editoriais, Alzira Alves de Abreu considera que

O surgimento de jornais como a *Tribuna da Imprensa* (27/12/1949) e a *Última Hora* (12/6/1951) e a reforma do *Jornal do Brasil* (1956/1957) pode ser tomado como um indicador das transformações que se operavam na imprensa, tanto na linguagem e na apresentação da notícia quanto na concepção gráfica, na diagramação e na paginação.<sup>43</sup>

---

<sup>40</sup> Sobre as características e inovações trazidas pela *Última Hora* ao mercado jornalístico da época, ver ABREU, 1996.

<sup>41</sup> AMARAL, Luiz. *Jornalismo, matéria de primeira página*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1982, p. 67. HOHLFELDT, Antônio. *Última Hora: populismo nacionalista nas páginas de um jornal*. Porto Alegre: Sulina, 2002, p.16.

<sup>42</sup> LATTMAN-WELTMAN, Fernando. In: GOMES, Ângela de Castro. *Vargas e a crise dos anos 50*. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2011, p. 29.

<sup>43</sup> ABREU, Alzira Alves de (org). op. cit. 2008, p. 213-214

Ainda de acordo com a autora, o jornal *Última Hora* pode ser considerado um dos mais inovadores da época, por chegar no mercado trazendo técnicas de comunicação de massa; por adotar uma diagramação revolucionária por meio do trabalho de um profissional estrangeiro, o argentino Andrés Guevara; por inserir novos métodos de gestão empresarial; por lançar edições regionais que contavam com notícias específicas das regiões em que circulava estampadas ao lado de notícias nacionais e internacionais e, finalmente, por valorizar seus profissionais oferecendo salários acima dos valores de mercado da época.

A *Última Hora* não demorou muito para alcançar sucesso de público, com alto índice de jornais vendidos por dia. É importante salientar que, na época, não haviam institutos que pudessem atestar, com baixa margem de erro, a tiragem dos jornais. A criação do atual Instituto de Verificação de Circulação (IVC) aconteceu no ano de 1961. No período entre 1951 e 1954, o Anuário Brasileiro de Imprensa, editado pela Revista Publicidade e Negócios, não acompanhou as tiragens dos veículos impressos em todas as edições, fazendo isso apenas entre 1953 e 1954. Na ocasião, o jornal *Última Hora* atingiu a marca de 92.000 exemplares. Ao verificarmos qualquer edição de 1953, um ano e meio depois de seu lançamento, o cabeçalho do jornal anunciava a tiragem de 141.150 exemplares.

Abaixo, o quadro que compara a tiragem da *Última Hora* com os demais jornais do Rio de Janeiro:

<b>Jornal</b>	<b>Tiragem</b>
Correio da Manhã	90.000/125.000 (aos domingos)
Diário da Noite	85.000/115.000
O Globo	153.000/110.000 (às segundas-feiras)
Diário Carioca	40.000/50.000 (aos domingos)
Tribuna da Imprensa	40.000
Jornal do Brasil	40.000
Última Hora	92.000

Fonte: Anuário Brasileiro da Imprensa, editado pela Revista Publicidade e Negócios, Rio de Janeiro, 1953/1954.

Os números de tiragem de um veículo também são um forte apelo de venda de anúncios publicitários, pois comprovam o alcance e a penetração desse veículo em relação ao público-alvo. Esta relação com os anunciantes também contribuiu muito para o fortalecimento da *Última Hora* no mercado jornalístico carioca da época.

Para Ana Maria Abreu Laurenza<sup>44</sup>, o sucesso da *Última Hora*, que manteve tiragens similares a jornais já consolidados na época como *O Estado de São Paulo* e o *Correio da Manhã*, se deve, em grande parte, ao fato do jornal ter aberto espaço editorial para divulgar as condições de vida da população assalariada e dos grupos populares. Assim, o periódico abriu espaço aos temas, preocupações, demandas e aspirações da população, criando e reforçando diariamente uma imagem de defensor do povo.

Segundo outro autor, John Dulles, a circulação da *Última Hora* chegou a 100 mil exemplares por dia e mais de 150 mil às segundas-feiras, quando não havia publicações matutinas<sup>45</sup>. O próprio Carlos Lacerda, inimigo declarado de Vargas e, consequentemente, de Wainer e de seu jornal, em suas memórias, lembra o impacto do lançamento da *Última Hora* no mercado jornalístico carioca:

Um jornal que, pelo mesmo preço que a gente vendia os outros jornais, fornecia um suplemento colorido diário, pagava os melhores salários da praça e arrebanhou tudo o que pudesse haver de melhor em matéria de colaboração e de técnicos. A *Última Hora* destruía os outros jornais fornecendo ao leitor, pelo mesmo preço, muito mais que os outros jornais podiam dar.<sup>46</sup>

Para atingir, em especial, as classes mais baixas da população, Wainer utilizou técnicas de sedução do público como a exploração de temas sensacionalistas e de gosto popular como “sexo, crime e esportes” em meio à cobertura política. Como mostra Goldenstein, direcionadas para um público diversificado, as técnicas da indústria cultural foram adaptadas aos objetivos políticos do jornal que passou a apresentar um conteúdo capaz de atender aos diferentes tipos de interesses. Desta forma, notícias de cunho econômico e político eram misturadas a colunas sociais e de crítica literária, de artes plásticas, de cinema, matérias sobre esportes, polícia, entre outros assuntos<sup>47</sup>.

Manchetes sensacionalistas, reivindicações da classe trabalhadora, denúncias sociais e os chamados tribunais populares<sup>48</sup> construíram a conexão de *Última Hora* com as classes populares, principalmente, a classe trabalhadora. Promoções, folhetins, histórias em quadrinhos, fofocas do rádio, a cobertura esportiva e o uso da linguagem popular foram

---

<sup>44</sup> LAURENZA, Ana Maria Abreu. 1998, op. cit. p. 133.

<sup>45</sup> DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador* (volume 1: 1914-1960). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 143.

<sup>46</sup> LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 125.

<sup>47</sup> GOLDENSTEIN, Gisela Taschner, 1987, op. cit. p. 43.

<sup>48</sup> Iniciativa do governo, que por meio da *Última Hora* instaurou tribunais nos bairros para simular julgamentos contra a economia do povo, especialmente, nos casos de abusos nos preços dos gêneros alimentícios. Veremos mais sobre este assunto no próximo capítulo.

alguns dos artifícios utilizados para consolidar esta relação. Porém, Carla Siqueira faz uma ressalva quanto ao sensacionalismo estampado nas páginas *Última Hora*. Criado para dialogar com um público policlassista, o jornal restringiu o apelo ao sensacionalismo a determinados espaços<sup>49</sup>. Tal cuidado lhe garantiu que não tivesse a feição de “espreme e sai sangue” que caracterizaria outros periódicos como *O Dia* e a *Luta Democrática*. Ainda sobre as características editoriais de *Última Hora*, pensadas para se aproximar de todos os públicos, Ana Maria de Abreu Laurenza completa

A *Última Hora* tinha agilidade editorial. Mesclava assuntos como condições de vida da cidade, relação entre política econômica e a vida do trabalhador. Dava espaço para a reivindicação sindical, a ficção, as certinhas do teatro rebolado. Fofocas sobre artistas, o it e o charme da zona sul do Rio de Janeiro. As manifestações culturais que desciam o morro, um local ainda aprazível e romântico, e a roda de samba do subúrbio. Enfim, uma coletânea de assuntos que agradava a classe média urbana, pronta para consumir bens materiais e culturais.<sup>50</sup>

O destaque dado ao colunismo também contribuiu bastante para o fortalecimento da *Última Hora* como um jornal policlassista. Quando começou a circular, um ano após a volta de Getúlio Vargas ao poder, o jornal encontrou dificuldades para recrutar profissionais, já que muitos jornalistas, que haviam sofrido perseguições ao tempo do DIP, recusaram convites de Samuel Wainer para integrar a redação. A solução encontrada pelo fundador do jornal foi, então, a de oferecer a esses jornalistas colunas assinadas, onde teriam a liberdade de opinar<sup>51</sup>.

Antonio Theodoro de Magalhães Barros apresenta as principais colunas e seus respectivos responsáveis ainda nos primeiros anos do jornal:

“Sociedade & Adjacências”, de Manoel Müller, que com o pseudônimo de Jacinto de Thormes dava notícias e fazia comentários sobre a chamada alta sociedade; “Cine-Ronda”, de Luiz Alípio de Barros, que noticiava tudo que fosse relacionado com o cinema, nacional ou estrangeiro; “Não morra pela boca”, do mesmo Luiz Alípio, mas com o pseudônimo de Comendador Ventura e que foi a coluna pioneira da gastronomia; a coluna de rádio era assinada por Marques Rebelo, mais tarde substituído por Nestor de Holanda; Adalgisa Neri escrevia o “Retrato sem retoque”; a “Crítica de Cinema”, era feita, simultaneamente, por Alex Viany e Tati Moraes, numa antecipação do que hoje fazem os principais jornais. Gilda Müller, casada com Jacinto de

<sup>49</sup> SIQUEIRA, Carla. *Sensacionalismo e retórica política em Última Hora, O Dia e Luta Democrática no segundo governo Vargas*. In: *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. NEVES, Lúcia Maria Bastos P., MOREL, Marco, FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (org). Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006, p. 414-415.

<sup>50</sup> LAURENZA, Ana Maria Abreu, 1998, op. cit, p. 120-121.

<sup>51</sup> WAINER, Samuel. Fundador da *Última Hora*; jornalista, Depoimento a Antonio Theodoro de Magalhães Barros, gravado em São Paulo, em 8 de dezembro de 1977.

Thormes, assinava o “Mundo Feminino”; Sérgio Porto, com o pseudônimo de Stanislaw Ponte Preta, era o responsável pela coluna de maior popularidade no jornal e o teatrólogo Nelson Rodrigues escrevia “A vida como ela é”, uma crônica de costumes que acabou se transformando em folhetim. As Forças Armadas tinham a coluna “Plantão Militar”, assinada inicialmente por Batista de Paula e, depois, por Peri Augusto.<sup>52</sup>

Ainda segundo o autor, foi o somatório dessas colunas que transformou a *Última Hora* numa espécie de “caleidoscópio”, onde cada leitor, fosse classe A, da classe B ou C, se encontrava com o seu colunista. Vale lembrar que *Última Hora* também inovou ao adotar uma diagramação moderna com paginação acessível, o que facilitava a leitura e fazia com que o jornal se apresentasse de maneira mais “leve”, sem o ar mais denso da imprensa tradicional.<sup>53</sup>

Ao comentar a parte gráfica da *Última Hora*, Samuel Wainer afirmara que “o sistema de paginação adotado até então pelos jornais brasileiros desperdiçava mão-de-obra e material”<sup>54</sup>. Segundo ele, não se calculavam as matérias e no final da edição perdiam-se tempo, chumbo, estanho, antimônio e zinco, além de produtos químicos importados, insumos usados na linotipo. Ou então, acontecia o contrário, faltava matéria e preenchiam-se os espaços com calhaus<sup>55</sup>.

Ainda sobre este assunto, continua Wainer:

Além de disciplinar repórteres e redatores, obrigando-os a limitar o tamanho de seus textos ao espaço reservado nos espelhos das páginas, o principal é que a diagramação reduzia os custos industriais dos jornais. Havia a vantagem adicional de obter velocidade na impressão: o tempo perdido com a composição ou recomposição do material, às vezes desperdiçado, foi ganho na circulação do jornal.<sup>56</sup>

Ao trazer uma evolução técnica, por meio da diagramação planejada que representava maior aproveitamento dos recursos humanos e econômicos, a *Última Hora* conseguia oferecer ao leitor um jornal mais atraente visualmente e com uma leitura mais fácil e dinâmica, oferecendo informação diversificada à população alfabetizada urbana, reforçando assim algumas das características impostas pela indústria cultural.

---

<sup>52</sup> BARROS, Antonio Theodoro de Magalhães. *Última Hora e a renovação da imprensa brasileira*. T/1.6/B278u/CPDOC (7727/83), p. 63-65.

<sup>53</sup> Ver ABREU, Alzira Alves, 2008, op. cit.

<sup>54</sup> BARROS, Antonio Theodoro de Magalhães, op. cit, 1983, p. 14-16.

<sup>55</sup> BARROS, Antonio Theodoro de Magalhães, op. cit, 1983, p. 14-16.

<sup>56</sup> BARROS, Antonio Theodoro de Magalhães, op. cit, 1983, p. 14-16.

As inovações da *Última Hora* não foram apenas no formato (*standard*, com uma média de 20 páginas<sup>57</sup>) e no conteúdo textual. O jornal também trouxe outra novidade para o mercado jornalístico da época: a utilização, pela primeira vez, da fotorreportagem nos diários brasileiros, técnica até então reservada às revistas ilustradas<sup>58</sup>. O jornal apostou na valorização da imagem como síntese da notícia, publicando-as em grande formato, fazendo uso de fotos mais dinâmicas e inaugurando as sequências fotográficas, além de passar a ter fotografias assinadas em suas páginas, prática que também só existia nas revistas<sup>59</sup>. O vespertino foi pioneiro também no uso de fotos coloridas. Até então, as fotos usadas pela imprensa eram estáticas, posadas, lembrando álbuns de fotografias.

*Última Hora* buscou fórmulas originais em termos de apresentação gráfica, conteúdo redacional e estratégias empresariais, que modificaram radicalmente muitos comportamentos que eram tradicionais nos jornais da época. No que se refere à apresentação visual, a diagramação inovadora, a valorização da fotografia, o renascimento da caricatura e a nacionalização das histórias em quadrinhos, foram as principais fórmulas encontradas para promover uma verdadeira revolução no aspecto gráfico do jornal. E, para disputar a preferência do público e enfrentar a concorrência dos jornais, que possuíam melhor equipamento, *Última Hora* teve que inovar, também, na circulação, na publicidade e até nos métodos de fabricação industrial do jornal.

Neste aspecto, como afirma Gisela Goldenstein:

as técnicas da indústria cultural, desenvolvidas com vistas à maximização de consumo de seus produtos e, por isso mesmo, tendo por eixo orientador a possibilidade de agradar a um público de composição policlassista, poderiam ser adaptadas aos objetivos do jornal. *Última Hora* dirigia-se especialmente às classes populares mas não exclusivamente a elas. Tinha de ter coisas capazes de atender a diversos tipos de interesses.<sup>60</sup>

Samuel Wainer, com a *Última Hora*, inovou e resgatou antigas tradições dos jornais. Adotou uma diagramação moderna, apostou no uso da cor e da fotografia, modernizou as estratégias de divulgação do conteúdo redacional e investiu num planejamento administrativo e comercial. Além disso, trouxe de volta às páginas dos jornais o folhetim, a caricatura e o colunismo, características que contribuíram para o êxito de muitas publicações no passado.

---

<sup>57</sup> LAURENZA, Ana Maria Abreu. op. cit. 1998, p. 72.

<sup>58</sup> MUNTEAL, Oswaldo. *A imprensa na história do Brasil: fotojornalismo no século XX*. Rio de Janeiro: PUCRJ, 2005, p. 57.

<sup>59</sup> MUNTEAL, Oswaldo, op. cit, 2005, p. 57.

<sup>60</sup> GOLDENSTEIN, Gisela Taschner, op. cit., 1987, p. 43.

Desta forma, como afirma Ana Paula Goulart, “a UH deu início a um tipo de imprensa popular de qualidade que não existia no Brasil”<sup>61</sup>.

E o seu impacto sobre o mercado jornalístico foi registrado pela imprensa da época, como a edição da revista Publicidade e Negócios, datada de 20 de junho de 1956:

A revolução inflamada por *Última Hora* envolveu, de modo geral, toda a imprensa adulta do País. A fim de poder fazer face ao concorrente novo que entrava tão impetuosamente no mercado jornalístico, vários órgãos de imprensa se aparelhavam e melhoraram a apresentação e distribuição. Há quem diga que esse passo de progresso, mais dia menos dia, seria dado. O fato é que o aparecimento de *Última Hora* foi decisivo para que ele se realizasse imediatamente.<sup>62</sup>

## 2.2 A relação da imprensa com a política

Iniciamos esta seção que pretende fazer uma análise sobre o papel da imprensa como instrumento político ao longo da história do Brasil tendo como conceito norteador o que René Rémond<sup>63</sup> considera por “político”, como sendo uma esfera com autonomia e características próprias, mas que, em contrapartida, interage com outros fatores, como o econômico e o social de destes fatores também sofre influência. A política é assim compreendida como a atividade que se relaciona com o exercício e a prática do poder e as atividades que se relacionam com o poder. E a imprensa é uma delas, uma vez que “os meios de comunicação não são, por natureza, realidades propriamente políticas, mas podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação”.<sup>64</sup>

Desta forma, a imprensa se torna objeto ativo da história política de um país quando se transforma em um instrumento de determinados grupos para propagar suas ideias, com o objetivo de convencer e persuadir a sociedade, desempenhando assim forte papel de intervenção política deste país. Ao pensarmos sobre a atuação da imprensa na divulgação dos acontecimentos e, inclusive, ao oferecer interpretações de como a sociedade deve compreender tais acontecimentos, percebemos com clareza a importância e influência dos órgãos de comunicação na vida pública e política de um país.

---

<sup>61</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart, 2007, op. cit, p. 124.

<sup>62</sup> Revista Publicidade e Negócios, edição 20/6/1956, apud RIBEIRO, Ana Paula Goulart, op. cit., 2007, p. 124-125.

<sup>63</sup> RÉMOND, René. “Do Político”. In RÉMOND, René (Org). *Por uma história Política*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 441.

<sup>64</sup> RÉMOND, René. op. cit. p. 441.



A seleção da imprensa escrita como fonte de observação para esta dissertação está diretamente relacionada ao momento vivido pelos meios de comunicação no século XX, quando se tornaram também instrumentos de poder. Além de serem empresas privadas, ou seja, além de seus interesses financeiros, estes órgãos têm o objetivo de representar valores ou interesses de setores da sociedade. Com isso, as escolhas que os meios de comunicação realizam ao retratarem a realidade dos fatos, ou seja, de acordo com sua linha editorial, suas representações simbólicas e seus interesses político-econômicos, fazem com que desempenhem papel de influência aos leitores.

De acordo com Capelato, os jornais exercem um papel dúbio ao serem, ao mesmo tempo, de caráter informativo e ideológico, pois contam com princípios como a objetividade e a ideia de representação do real, mas se valem desses subsídios que lhes garantem credibilidade e legitimidade para retratarem a realidade de acordo com seus interesses, tornando-se assim “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”.<sup>65</sup>

O conceito de “imparcialidade” dos jornais e a compreensão da imprensa como instrumento de expressão da opinião pública são mecanismos importantes que colaboram na construção do papel que os jornais desempenham perante a sociedade: reafirmam sua isenção e imparcialidade e seu lugar de porta-vozes dos interesses da população, aos falarem em nome da opinião pública. Nesta lógica, é desta forma que os jornais ganham legitimidade, uma vez que propagam um discurso de que não se expressam de acordo com interesses específicos, mas pelos interesses coletivos, que encontram na imprensa uma de suas instituições representativas mais importantes.

Neste momento, achamos interessante trazer à tona a definição de Jürgen Habermas para “esfera pública”. Segundo o autor, esta seria um espaço livre, onde os cidadãos encontram-se para discutir e desenvolver considerações e decisões sobre a sua vida cotidiana. No Brasil, à medida que a burguesia letrada se desenvolvia simultaneamente com o capitalismo, aumentava também a quantidade de espaços públicos para que a população pudesse debater, socializar e ter momentos de lazer. Junto com o aumento de novos espaços públicos, surgem também novas formas de sociabilidade como um instrumento relevante de junção entre a política institucional e a população, que se dá, sobretudo, através dos meios de comunicação.

---

<sup>65</sup> CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981, p. 19.

Desta forma, Habermas conclui que a imprensa é um dos principais órgãos da “esfera pública” burguesa.<sup>66</sup>

Ao contextualizarmos que, entre 1945 e 1964, o Brasil vivia um período democrático, reconhecer a importância da imprensa, principalmente a escrita, no jogo de representação política nesta sociedade é fundamental. A imprensa, “na medida em que noticia o fato, mesmo sem defendê-lo ou criticá-lo, funciona como uma caixa de ressonância de posições políticas ou ideológicas, através da repercussão que dá ao episódio”.<sup>67</sup>

O papel de ressonância destas posições desempenhado pela imprensa é fundamental até mesmo em uma sociedade cuja população é formada por pessoas com baixos graus de alfabetização, já que, como vimos anteriormente, o desenvolvimento da esfera pública brasileira passa também pelo aumento de “espaços públicos” voltados para o debate e a troca de informações. Ao fazer suas escolhas no momento em que noticia um fato, os jornais – assim como os demais meios de comunicação – também podem defender ou criticar um ponto de vista atrelado a interesses de grupos específicos, sejam eles econômicos, partidos políticos, movimentos sociais etc. No caso específico de um posicionamento político, esta posição dos jornais pode se expressar através de apoio ou críticas a um determinado governo, adesão ou oposição às demandas de grupos sociais e assim por diante.

Em seu artigo “Imprensa e poder no Brasil no pós-30”, Marialva Barbosa afirma que a imprensa passa a ter reconhecimento público como lugar para a difusão da informação ao priorizarem um conteúdo carregado pela ideia de imparcialidade contida nos parâmetros do lide e da edição e ao promoverem a padronização da linguagem. A autora classifica a campanha da imprensa, em 1954, no momento do suicídio do presidente Getúlio Vargas como o exemplo mais simbólico da “vinculação da imprensa ao campo político e de seu reconhecimento como força dirigente superior mesmo aos partidos e às facções políticas”<sup>68</sup>. Na ocasião, a campanha organizada pelos periódicos cariocas formou um bloco no poder<sup>69</sup> para conseguir a deposição do então presidente da República.

Ainda de acordo com a autora citada acima, os jornais operam como força dirigente superior, mesmo que em função de intenções específicas se liguem a um ou a outro grupo e, dessa forma, “exercam o papel de estado maior intelectual do partido orgânico”. Por isso,

---

<sup>66</sup> HABERMAS, Jürgen. op. cit., p. 15.

<sup>67</sup> LAURENZA, Ana Maria de Abreu. op. cit. 1998, p. 99.

<sup>68</sup> BARBOSA, Marialva Carlos, 2006, op. cit, p. 224.

<sup>69</sup> GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 78.

inclusive, segundo Marialva Barbosa que é fundamental a imagem de independência e neutralidade construída pelos jornais.

O que os jornais pretendem é atuar no campo político e conseguir uma ressonância cada vez maior do público. Para Barbosa,

quanto maior a sua audiência, maior o seu poder de divulgação e a lógica da conquista de poder. E, nada mais condizente com o momento social da década de 1950, do que se transformar mais do que em porta-vozes da modernização em seu próprio emblema, produzindo um jornalismo em padrões completamente diversos do que fora feito até então, pelo menos no discurso com que referendam esse processo. Nada melhor também para conseguir audiência do que divulgar ao extremo que produzem um discurso que apenas espelha o mundo. E conseguir audiência é sempre conseguir poder.<sup>70</sup>

Desta forma, no Brasil, os jornais sempre estiveram muito próximos dos personagens políticos, construindo uma relação de simbiose com a política e ocupando um lugar privilegiado em episódios decisivos da história do país, como o exemplo dado anteriormente, quando da campanha contra o presidente Getúlio Vargas que acabou por contribuir para o suicídio do então Presidente da República. Na opinião de Ana Paula Ribeiro, esse contexto se deve à própria configuração do campo político brasileiro, marcado por uma constante tensão entre “modernidade e arcaísmo”, onde práticas oriundas de um ideal de impessoalidade e racionalidade convivem juntas com práticas oligárquicas, clientelistas, familiares, patriarcais e patrimonialistas.<sup>71</sup>

Como demarca Ana Paula Ribeiro, o surgimento de uma imprensa popular, associada a nomes como Ademar de Barros, Chagas Freitas, Tenório Cavalcanti e Getúlio Vargas demonstra a percepção por parte desses políticos da importância que poderia ter uma máquina jornalística voltada para um vasto segmento do público das cidades à época que não era alcançado pela grande imprensa.<sup>72</sup>

A análise de Carla Siqueira classifica os jornais do Rio de Janeiro da década de 50 como veículos que se utilizavam do sensacionalismo como uma forma de intermediação “entre o povo e o poder” e como instrumento para ampliar a circulação dos jornais, citando como exemplo os periódicos *O Dia*, *Luta Democrática* e *Última Hora*. A autora também afirma que os jornais populares desta época tinham uma relação estreita com determinadas

---

<sup>70</sup> BARBOSA, Marialva Campos. op. cit. 2006, p. 225.

<sup>71</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 50*. Contracampo: revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, Niterói, v. 4, 1999, p. 97-98.

<sup>72</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. op. cit., p. 97-98.

lideranças políticas, mas não com partidos políticos e o uso do sensacionalismo era geralmente associado a práticas assistencialistas.

O objetivo, assim, era transformar os leitores em eleitores. “O apelo do voto como arma do povo significava a afirmação dos direitos políticos. A linguagem, neste tipo de jornal, apelava para a emoção, para a imaginação e a dramatização do cotidiano, o que na verdade expressava as práticas da cultura popular de seus leitores”.<sup>73</sup> Na mesma linha, Fernando Lattman-Weltman conclui que “a imprensa é uma instituição de peso estratégico para a definição dos conteúdos e expectativas que definem o exercício da cidadania e suas repercussões políticas”.<sup>74</sup>

Alzira Abreu também reforça o papel de destaque da imprensa e o seu comprometimento direto com o sistema político de um país. “No período atual, de formação de uma democracia de massas, a informação é indispensável como suporte aos partidos políticos, sindicatos, municipalidades, associações civis etc. A mídia tem assim, cada vez mais, lugar de destaque no sistema político e está comprometida, junto com os demais atores sociais, na construção de uma sociedade democrática.”<sup>75</sup>

Os meios de comunicação exercem um papel de reprodutores da ideologia dominante na sociedade na qual estão inseridos. Essa relação dos meios de comunicação com a reprodução massificada de uma ideologia dominante é bem explicado por Cohen, ao afirmar que a imprensa:

pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar. O mundo parece diferente a pessoas diferentes, dependendo do mapa que lhes é desenhado pelos redactores, editores e directores do jornal que lêem.<sup>76</sup>

É utopia afirmar que a imprensa possa, em algum momento, deixar de lado sua condição de instrumento político. No momento em que divulga um fato, mesmo sem defendê-lo ou criticá-lo abertamente, a imprensa atua como uma “caixa de ressonância” de posicionamentos políticos, por meio da repercussão e da relevância que dá a tal episódio.

---

<sup>73</sup> SIQUEIRA, Carla Vieira de. *Sexo, crime e sindicato: sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas (1951 -54)*. Rio de Janeiro, PUC-Rio (tese de doutorado), 2002, p. 68.

<sup>74</sup> LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Cidadania e razão na imprensa escrita: retórica e prática excludente em períodos democráticos (os anos 50 e 90)*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, p. 1.

<sup>75</sup> ABREU, Alzira Alves de (org), 1996, op. cit., p. 9.

<sup>76</sup> COHEN, Bernard. *The Press and Foreign Policy*. Nova Iorque: Princeton University Press, 1963, p.72 apud TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2001, p.18-19.

Trata-se de um processo que se inicia logo no momento de escolha da pauta a ser coberta, passando pelas fontes consultadas e seguindo até o espaço, de destaque ou não, reservado para a divulgação de tal assunto. Percebemos que a atuação complexa dos meios de comunicação numa sociedade democrática exige muito mais do que a objetividade, imparcialidade, compromisso com a verdade e liberdade da imprensa, características que marcam a atividade jornalística.

### 2.2.1 A posição política dos jornais cariocas em 1950

Ao tentar falar sobre a posição política dos jornais em seu estudo sobre a imprensa dos anos 50, Ana Paula Goulart nos alerta sobre as armadilhas que encontrou:

a começar porque os discursos presentes nos jornais não são monológicos, como, aliás, nenhum discurso é. Em qualquer situação textual coexiste uma pluralidade de representações que não se funde na coexistência do locutor (ou dos locutores), nem se reduz às determinações editoriais das empresas jornalísticas. Além disso, nos jornais refletem-se processos ideológicos complexos, que ultrapassam em muito o âmbito do político-partidário.<sup>77</sup>

No entanto, nos anos 50, estas posições políticas dos jornais eram, de alguma forma, identificadas e divulgadas, garantindo uma caracterização específica para o jornal, classificando-o de acordo com o seu posicionamento político. Abaixo, segue tabela que foi publicada no Anuário Brasileiro de Imprensa, em 1954.

<b>Posição política dos jornais - 1954</b>			
<b>A favor do governo</b>	<b>Contra o governo</b>	<b>Neutros</b>	<b>Partidários</b>
A Noite	Correio da Manhã	O Jornal	Imprensa popular
Última Hora	Diário Carioca	Diário da Noite	
Correio da Noite	Diário de Notícias	O Globo	
O Radical	O Dia		
	O Popular		
	O Mundo		
	A Notícia		
	Tribuna da Imprensa		

*Fonte: Anuário Brasileiro de Imprensa, 1954, p. 100.*

<sup>77</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. 2007, op.cit., p.61.

A imprensa teve um papel central na condução dos acontecimentos políticos no final do conturbado segundo governo de Getúlio Vargas. Assim, ao identificar as posições dos jornais, o Anuário indica a sua própria relação com o governo em questão. No texto que segue a apresentação das informações acima, o Anuário indica que o governo não possuía os grandes jornais a seu favor, assim como os partidos políticos (tanto situacionistas quando de oposição) também não possuíam uma imprensa “própria”.

Especificamente sobre a criação da *Última Hora*, o Anuário informa que está exatamente no desaparecimento de uma imprensa governista ou partidária a explicação para o aparecimento deste jornal. O texto afirma, ainda, que o jornal não foi fundado por um partido político, mas por um grupo que acompanhava a política do então Presidente da República.

Como afirma Ana Paula Goulart, os partidos políticos não tinham jornais oficiais na época. Inteiramente classificado como órgão de partido havia apenas o *Imprensa Popular*, que durou de 1948 a 1958, tendo nas questões trabalhistas e nas condições de vida das classes trabalhadoras seus temas centrais.

Já os jornais *O Dia* e *A Notícia* ocupavam a mesma posição da *Última Hora*, no que diz respeito a não ser jornais partidários. Ou seja, apesar de serem jornais de Adhemar de Barros, não estavam diretamente ligados ao seu partido. Esse também era o caso da *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, e da *Luta Democrática*, de Tenório Cavalcanti. Podemos caracterizar tais jornais como veículos personalistas, representando mais os interesses dos seus donos, do que propriamente dos partidos aos quais eles (proprietários) pertenciam, apesar de, em muitas situações, essas duas dimensões se confundirem.<sup>78</sup>

Ainda sobre o papel determinante do proprietário na condução da linha política do veículo, expressando que nesta época, muitas vezes, o jornal era a voz de seu dono, temos o depoimento emblemático do próprio Samuel Wainer: “por trás da aparente independência que ostentam, já que não são ligados a partidos, os jornais são o que seus donos querem que sejam.”<sup>79</sup>

Ao trazermos para este estudo uma discussão sobre a posição política dos jornais, problematizamos sobre o quanto era fluido o posicionamento e a função de intermediador político e ideológico dos jornais na década analisada. Em sua análise sobre o papel desempenhado pela imprensa na crise de agosto de 1954, Alzira Abreu e Fernando Lattman-

---

<sup>78</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart, 2007, op. cit, p. 62.

<sup>79</sup> WAINER, Samuel, 1987, op. cit, p. 136.

Weltman, selecionaram alguns jornais diários, matutinos e vespertinos que tinham grande circulação na época.

As posições extremistas dos jornais *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa*, contudo, fizeram com que estes dois veículos não fossem selecionados para compor o estudo, por mais que os autores também tenham levantado e acompanhado as respectivas posições destes jornais para o período. A pesquisa canalizou seu interesse no comportamento dos demais jornais<sup>80</sup> cuja origem é anterior ao conflito e que, por não serem diretamente comprometidos com os protagonistas do confronto, poderiam refletir mais adequadamente não só seus posicionamentos particulares, mas também os dos grupos e setores que intermediavam.

A conclusão do estudo acima reflete a dificuldade de se analisar a atuação da imprensa em função da complexa e contraditória mistura de “simples faccionismo com um posicionamento ideológico democrático-liberal. Ou seja, a mescla de interesses e posições inegavelmente particulares, ou idiossincráticos, com preocupações, argumentos e interesses mais amplos, ou sistêmicos”.<sup>81</sup> Por mais que o comportamento de certos jornais durante a crise possa ser explicado como resultado de “ressentimentos antigos e descritos como jornalismo de facção”<sup>82</sup> frente ao governo, a solução que aponta apenas o entrave entre faccionismo e ideologismo é insuficiente para caracterizar, por exemplo, a atuação dos jornais que se apresentaram mais moderados ao longo da crise. Ou seja, não existia, entre a maioria dos jornais e dos partidos da época, qualquer relação obrigatória de equivalência, embora pudesse haver evidentes simpatias.

Os autores destacam, ainda, outro aspecto significativo que marca as diferenças e as semelhanças encontradas no comportamento e nos diferentes posicionamentos dos jornais analisados e que não refletem apenas a conjuntura política da época.

Do ponto de vista não exatamente dos seus papéis particulares no confronto em questão, mas sim das características estruturais de suas inserções na arena política e ideológica, diferentes posicionamentos com relação à crise e principalmente em referência às suas possíveis soluções podem ser indicativos também nas mudanças estruturais por que passava a imprensa como um todo, que se manifestavam distintamente na experiência de cada veículo. Ou seja, no que respeita os processos sociológicos mais abrangentes

---

<sup>80</sup> Os jornais escolhidos, no Rio de Janeiro, foram: *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *O Globo*, *O jornal*; e em São Paulo: *O Estado de São Paulo* e *a Folha da Manhã*.

<sup>81</sup> ABREU, Alzira Alves e LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954*. In: *Vargas e a crise dos anos 50*. GOMES, Angela de Castro Gomes (org); CORRÊA, Villas-Bôas... (et al.). 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2011, p. 45.

<sup>82</sup> ABREU, Alzira Alves e LATTMAN-WELTMAN, Fernando. op. cit, 2011, p. 45.

de intervenções pública dos jornais, podem ter importantes implicações políticas o grau de profissionalização e de empresariamento.<sup>83</sup>

É importante resgatarmos que foi durante o Estado Novo que a relação de Vargas com a imprensa se tornou cada vez mais conflituosa. Na ocasião, o então presidente criou uma imagem negativa junto aos jornalistas e aos intelectuais da época quando a Constituição de 1937 aboliu a liberdade de expressão do pensamento. Como afirma os mesmos autores:

Todos os meios de comunicação e de expressão, como o teatro, o cinema, o rádio ou os jornais, foram submetidos a censura prévia, e não só isso: foi atribuído à imprensa o exercício de uma função de caráter público, o que obrigava todos os jornais a publicar comunicados do governo. O não cumprimento dessa exigência levava à prisão o diretor do jornal.<sup>84</sup>

Como os autores reforçam, é, portanto, totalmente compreensível que a imprensa tenha sido uma das responsáveis por iniciar o enfraquecimento do regime de 1937, com a publicação da entrevista de José Américo de Almeida propondo eleições presidenciais sem a participação de Getúlio Vargas e que a crise que surgiu em agosto de 1954 também tenha começado a ser traçada pela imprensa desde que Vargas foi eleito presidente da República novamente, em 1950.

Os principais órgãos de comunicação do país se colocaram contra a candidatura de Vargas, que não teve o apoio da imprensa escrita, nem da falada, de maior repercussão no país à época (sua campanha política contou com a utilização de caminhões equipados com alto-falantes que divulgavam seu programa de governo), e, depois, contra o governo Vargas.

Mas, apesar de tentar demolir a imagem de Getúlio, a imprensa não alcançou seu objetivo e, portanto, não influenciou no resultado final das eleições. Durante todo o segundo governo de Vargas, como vimos na tabela acima, praticamente todos os jornais de maior circulação e tiragem iriam continuar a tentar minar as bases do getulismo, mas sem êxito.

### **2.2.2 *Última Hora*, um instrumento político**

Como vimos anteriormente, a relação da *Última Hora* com o então presidente esteve presente desde a primeira edição do jornal, assim como a sua preocupação com os interesses

---

<sup>83</sup> ABREU, Alzira Alves e LATTMAN-WELTMAN, Fernando. op. cit, 2011, p. 48.

<sup>84</sup> ABREU, Alzira Alves e LATTMAN-WELTMAN, Fernando. op. cit, 2011, p. 27.



populares, e continuou ao longo de suas edições seguintes, uma vez que o próprio Getúlio escrevia instruções para o conteúdo do jornal.

Na carta de Getúlio enviada a Wainer e que foi publicada na primeira edição do jornal, no lugar do editorial, o presidente relata como era o trabalho na imprensa no passado, incluindo o período do Estado Novo, e destaca as características de uma imprensa livre, exercendo sua missão social de esclarecer e orientar a opinião pública. Vargas destaca ainda que é exatamente dessa imprensa que o Governo necessita para servir aos anseios da população:

Houve época em que a política absorveu por tal forma o jornalismo, que este se tornou ora oficioso, defensor intransigente do Governo, ora insultuoso e ao arbítrio da paixão. (...) Já vai bem longe esse tempo, e a distância que dele nos separa deve encher-nos de conforto e segurança. A maioria da imprensa, em suas linhas gerais e através dos seus órgãos mais representativos, sabe manter-se num nível superior de crítica objetiva, onde ressaltam a experiência, o equilíbrio e a penetração daqueles em cuja formação intelectual e amor à verdade e a dedicação à causa pública superam as paixões partidárias e as divergências pessoais. Assim compreendido e assim exercido, o jornalismo desempenha uma grande missão social, que é a de esclarecer e orientar a opinião pública, auxiliando eficientemente o Governo na sua tarefa quotidiana de bem servir às necessidades e aspirações populares. Criadora, estimuladora, esclarecedora, deve ser sempre a função primacial da imprensa livre. E dessa imprensa necessita o Governo, hoje mais do que nunca. Os problemas sociais e políticos são de tal modo complexos, que só um contato vivo, perene e fecundo com a opinião pública de todo o país pode dar luzes e força do Governo, para enfrentá-los e resolvê-los.<sup>85</sup>

A força da relação política entre Wainer e Getúlio era reafirmada dia após dia nas páginas da *Última Hora*. Wainer comenta, em seu depoimento, que quando recebeu o recado de Vargas, transmitido pelo chefe da Casa Civil Lourival Fontes, no qual o presidente solicitava que o jornal tratasse menos de esportes e mais de carne, entendeu a importância de tal instrumento para o presidente.

Dizer ao Wainer que o número do jornal dele, que li hoje, só tratava de esporte. Nada havia para alentar ao povo e ao Congresso, bem como as informações sobre a entrada de gêneros, aumento de transportes etc, a fim de desfazer a campanha adversária que o governo está parado. E argumentar com o que está sendo feito. O programa deste ano é o equilíbrio orçamentário, sem o qual não poderá haver o barateamento da vida.<sup>86</sup>

<sup>85</sup> *Última Hora*, edição do dia 12/06/1951. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 27 de junho de 2016.

<sup>86</sup> WAINER, Samuel. Samuel Wainer I (depoimento, 1996). Rio de Janeiro, CPDOC/ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA (ABI), 2010, p. 20 IN: AMADO, Daniele Chaves. *Nem tudo que reluz é ouro: A Última Hora, a Tribuna da Imprensa e a campanha de saneamento moral de Copacabana*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da UFF. Rio de Janeiro, 2012, p. 20 e ABREU, Alzira Alves de (coord.)...[et al.], *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, op. cit., p.5831.

É interessante acompanharmos a resposta de Wainer enviada ao presente, referente a questão acima. Além de demonstrar a próxima relação de Vargas com a condução do jornal, mostra a percepção do jornalista sobre o papel que Getúlio pretendia ter perante a *Última Hora*:

Presidente, boa noite,  
Acabo de receber um vasto “pito” do Lourival. Mas, o estrilo é imerecido. Os assuntos de que tratamos sábado – tribunais populares e a Ordem dos Advogados, equilíbrio orçamentário e o Congresso, ofensiva dos tubarões contra a CCP – estão sendo preparados e deverão começar a ser publicados quarta-feira. Asseguro-lhe que o senhor terá boa surpresa, pelo menos melhor que a dos tubarões... Por outro lado, o jornal que o senhor viu hoje pela manhã é a edição esportiva de segunda-feira. Na edição da tarde – chamo a atenção do senhor para a entrevista do Garcez – a impressão já deve ter melhorado. De qualquer forma confesso ao senhor que estou impressionado com a rigidez de meu “redator-chefe”. O senhor não está tão fora de forma como diz... E se isto vai me roubar algumas horas de sono, muito mais sono vai roubar de meus redatores.  
Abraça-o afetuosamente o profeta fracassado, Wainer.<sup>87</sup>

Podemos notar que Vargas pretendia acompanhar de perto os rumos do jornal de modo a garantir que Wainer compreendesse que a *Última Hora* deveria ter como foco principal promover a aproximação do governo e as classes populares e dar destaque aos assuntos políticos que o presidente julgava interessante em sua “propaganda política”.

Em sua autobiografia, Samuel Wainer reforça, inúmeras vezes, o vínculo do jornal criado por ele com o presidente da República. “Estava evidente que a *Última Hora* seria um jornal marcadamente político e favorável a Getúlio, embora sempre pronto a criticar membros do governo”<sup>88</sup>. Para dar visibilidade às atividades de Getúlio Vargas, foi criada a coluna “*O dia do presidente*”. Wainer também fala um pouco sobre este espaço em seu livro:

Eu resolvera colocar ao lado de Getúlio, durante o dia inteiro, o jornalista Luís Costa, um dos meus mais importantes redatores. Os leitores imediatamente compreenderam que aquela era a única janela disponível para a contemplação do cotidiano de Getúlio, já que todos os outros jornais haviam aderido à conspiração do silêncio. Graças a “*O dia do presidente*”, aliás, o cerco foi rompido: fustigada pelos sucessivos furos obtidos pela *Última Hora* no Palácio do Catete, a grande imprensa teve de render-se à evidência de que não lhe seria possível seguir ignorando a figura de Getúlio Vargas.<sup>89</sup>

<sup>87</sup> Arquivo Getúlio Vargas, documento GV c 1951.00.00/52, RJ, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas. IN: AMADO, Daniele Chaves, op. cit, 2012, p. 21.

<sup>88</sup> WAINER, Samuel. Op. cit. 1988, p. 167

<sup>89</sup> WAINER, Samuel. Op. cit. 1988, p. 111.

A versão de que havia uma conspiração de silêncio contra o presidente da República é contestada pela jornalista Ana Maria de Abreu Laurenza. Utilizando como fonte uma pesquisa do Anuário da Imprensa, divulgada em maio de 1952. Segundo ela, entre 9 e 15 de março daquele ano, foi feito um levantamento por meio de sumários de imprensa do Boletim das Classes Dirigentes do IBOPE que analisou o comportamento de cinco jornais matutinos e sete vespertinos em relação aos homens e partidos políticos de maior evidência no país. Sobre o presidente da República, o estudo concluiu que

Sendo a figura mais popular do Brasil, Getúlio Vargas é o homem mais discutido de nossa imprensa. É assunto. Vende jornais, quando aparece nas primeiras páginas, com seu riso aberto, charuto entre os dedos, no seu característico traje de fronteiro gaúcho. Na semana em estudo, 12 jornais fizeram sobre o presidente 316 registros, sendo 36 favoráveis, 33 desfavoráveis e 247 indifentes ou neutros. Mesmo em relação ao discutidíssimo Sr. Getúlio Vargas, há na imprensa uma feliz predominância de registros indifentes ou neutros.<sup>90</sup>

Vale lembrarmos os registros feitos por Samuel Wainer de que a primeira reunião ministerial do governo Vargas contara apenas com dois repórteres para a veiculação do evento<sup>91</sup>, o que mostra um certo distanciamento da imprensa de grande circulação sobre a proposta governamental da época e que durante o segundo governo de Vargas, o jornal ainda era o principal meio de propaganda a favor ou contra qualquer político no Brasil. Foi após essa reunião, segundo seu relato, ainda, que ele e o presidente tiveram a primeira conversa sobre a criação da *Última Hora*, conforme citação a seguir:

– Tu reparaste que hoje não veio ninguém cobrir a reunião? – perguntou Getúlio.  
Respondi que sim, e observei que fora desencadeada a conspiração do silêncio.  
– O senhor só vai aparecer nos jornais quando houver algo negativo a noticiar – preveni. Essa é uma tática normal de oposição, e a mais devastadora. Ele andava de um lado para outro. De repente, parou e me disse sete palavras que seriam a senha para abrir-me as portas da grande aventura:  
– Por que tu não fazes um jornal?  
Respondi que aquele era o sonho de um repórter com o meu passado. Ponderei que não seria difícil articular a publicação que defendesse o pensamento de um presidente que, como era o seu caso, tinha o perfil de um autêntico líder popular.  
– Então, faça – determinou Getúlio.

---

<sup>90</sup> LAURENZA, Ana Maria de Abreu. op. cit. 1998, p. 80.

<sup>91</sup> WAINER, Samuel. Op. cit. 1988, p. 125-126. O jornalista lembra que além dele, então repórter dos Diários Associados só havia mais um repórter, da Agência Nacional nesta cobertura.

Perguntei-lhe se queria saber como faria.  
– Não – cortou. – Troque idéias com a Alzira e faça rápido.  
Reagi com o otimismo de sempre:  
– Em 45 dias dou um jornal ao senhor.  
– Então, boa noite, Profeta. – encerrou Getúlio.  
– Boa noite, presidente.  
A Última Hora começava a nascer, e eu a encontrar a minha razão de viver.<sup>92</sup>

Muito foi questionado na época sobre os subsídios utilizados para a criação do jornal. Além de contar com os recursos advindos do banqueiro Walter Moreira Salles e do Banco Hipotecário de Crédito Real de Minas Gerais, Wainer obteve apoio do Banco do Brasil e da Caixa Econômica. Mas, obter recursos do governo não era algo extraordinário na época, já que a maioria das empresas jornalísticas do país dependia da importação de papel, que era subsidiada pelo governo. De modo geral, a modernização dos veículos de comunicação nos anos 50 se deu com empréstimos de bancos oficiais.<sup>93</sup> O fato é que as conjunturas que tornaram possível o lançamento deste jornal, deram margem a muita controvérsia e “foram motivo ou pretexto”, como reforça Gisela Goldenstein, para uma grande campanha contra o jornal e contra o próprio Getúlio, realizada por alguns dos principais órgãos da imprensa da época, como *O Globo*, *O Jornal* e a *Tribuna da Imprensa*.<sup>94</sup>

Ana Paula Goulart salienta que a modernização da imprensa brasileira nos anos 50 parece, num primeiro momento, seguir o mesmo padrão do desenvolvimento norte-americano: “uma racionalização da produção que apontava para a implantação de um jornalismo de massa no país, ou, em outras palavras, para a incorporação da imprensa na esfera da indústria cultural”.<sup>95</sup> Mas, apesar de alguns jornais introduzirem os procedimentos da indústria cultural, ainda seguiram como instrumentos políticos.

A *Última Hora* reflete bem este momento de mudanças do campo jornalístico. Trata-se de um jornal que surge no mercado trazendo uma série de inovações tecnológicas e na maneira de fazer o jornalismo diário, com uma proposta de dar voz ao povo, como vimos anteriormente, mas acabou por ainda mostrar-se como um veículo de opinião e de utilização

---

<sup>92</sup> WAINER, Samuel. op. cit. 1988, p. 126-127.

<sup>93</sup> Mais informações sobre os recursos utilizados para a criação do jornal podem ser encontrados em RIBEIRO, Ana Paula Goulart, op. cit, 2007, p. 122-123 e GUIMARAES, Maikio. *Caso Última Hora. A crise que mudou o curso da história*. Porto Alegre: BesouroBox, 2011, p. 55-60, que comenta sobre vantagens na aquisição de novos valores apesar de empréstimos anteriores ainda sem ser quitados.

<sup>94</sup> Excelente análise sobre o cerco da imprensa contra Vargas e o caso da CPI da *Última Hora* pode ser encontrada em CARVALHO, Aloysio Castelo de. *O Caso Última Hora e o cerco da imprensa ao governo Vargas*. Niterói, RJ: Editora Nitpress, Editora da UFF, 2012. O autor discute as concepções de opinião pública divulgadas pelos representantes da imprensa do Rio de Janeiro de 1951 a 1954 e toma como ponto de partida a análise da Comissão Parlamentar de Inquérito da *Última Hora*.

<sup>95</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart, 2003, op. cit, p. 155.

política por parte do governo. Assim, a *Última Hora* entra em cena nessa fase de modernização da imprensa sem abandonar, contudo, seu caráter opinativo, caminhando de certa forma contra a tendência dos outros jornais que faziam parte da chamada grande imprensa.

Os anos 50 representaram um marco de profundas transformações no cenário jornalístico do país, mas assim como não foi um processo gradual e espontâneo, como afirma Ana Paula Goulart<sup>96</sup>, também não houve uma ruptura radical. A reforma da imprensa brasileira foi processo cumulativo, incorporando e consolidando experiências já desenvolvidas desde o início do século. Desta forma, apesar de todas as rupturas que aconteceram, também conservaram-se muitos aspectos da forma de se fazer jornalismo da época.<sup>97</sup>

A passagem de um jornalismo político para um jornalismo mais empresarial foi marcada por uma ambiguidade que permaneceu como uma característica da imprensa brasileira ainda durante algum tempo. Vale reforçar que o caso do jornal *Última Hora* é exemplar para ilustrar este processo. Com técnicas jornalísticas e estratégias empresariais modernas, a lógica que fundou o jornal em 1951 foi a conexão com a política. Porta-voz do governo de Getúlio Vargas, o veículo teve ao mesmo tempo características de jornal de opinião, engajado em uma causa, e de um jornal com as características impostas pela indústria cultural. Gisela Goldenstein exemplifica esta ambiguidade ao afirmar que o formato e as estratégias modernas do jornal visavam igualmente o lucro empresarial e a penetração política.<sup>98</sup>

Em suma, o jornal tanto no conteúdo como na forma usou de dispositivos que têm em comum com os da indústria cultural técnicas de sedução do público almejado como alvo. Mas colocou-os todos a serviço da veiculação da proposta política do populismo varguista, ou seja, a sedução da retórica populista combinou-se com a sedução das técnicas da indústria cultural.<sup>99</sup>

Os trabalhos apresentados por Ana Paula Goulart Ribeiro e Gisela Goldenstein mostram como foi possível a coexistência entre aspectos modernos e antigos do jornalismo naquele momento, em que havia uma conexão entre a lógica empresarial e a lógica política. Apesar de começarem a absorver os métodos características da indústria cultural, não

---

<sup>96</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart, 2003, p. 153.

<sup>97</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. 2007, op.cit., p.28.

<sup>98</sup> GOLDENSTEIN, Gisela Taschner, 1987, op. cit. p. 43.

<sup>99</sup> GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. 1987, op. cit. p. 46.

adotavam completamente o seu fundamento. Esta característica não foi exclusivamente do jornal *Última Hora*. O mesmo cenário aconteceu nos demais jornais classificados como os pioneiros da modernização do jornalismo carioca: *Diário Carioca*, *Tribuna da Imprensa* e *Jornal do Brasil*. Como afirma Ana Paula Goulart, todos os jornais, mesmo que em níveis variados se valeram das técnicas modernas como armas de luta política. “O que não significa que interesses econômicos (ligados diretamente ao mercado) não tenham igualmente impulsionado as mudanças”<sup>100</sup>, salienta a autora.

Compartilhamos da corrente proposta por estas autoras de que neste período, não havia nenhuma contradição entre a lógica da empresa jornalística e a lógica da política. “As duas se adequavam uma à outra, às vezes de maneira perfeita, às vezes precariamente”.<sup>101</sup> O aspecto político não desapareceu completamente, continuando a exercer um papel protagonista nas empresas jornalísticas. Apesar das características da indústria cultural terem chegado aos jornais brasileiros de forma imperativa, principalmente nas áreas de gestão e administração das empresas jornalísticas, estas ainda não eram suficientes para garantir a autonomia dos jornais frente ao poder político. Por isso, segundo Ana Paula Goulart, “os jornais jamais deixaram de cumprir um papel nitidamente político. O apoio a determinados grupos que estavam no poder era essencial para garantir a sobrevivência destes jornais no mercado”.<sup>102</sup> E prossegue:

Os jornais cariocas do pós-guerra - apesar de bem mais sofisticados e complexos do que os do período anterior - eram ainda pequenos em termos de patrimônio líquido e não tinham condições para acumular capitais e autofinanciar o seu desenvolvimento. A expansão do sistema bancário foi, nesse momento, fundamental para a modernização da imprensa. Mas os grandes financiadores do jornalismo carioca eram, ainda, sobretudo, os bancos estatais.<sup>103</sup>

A intenção política propagada nas páginas da *Última Hora* se realçou pelo nacionalismo popular de massas, resultado do contexto das lutas sociais do pós- guerra, pela implementação das leis trabalhistas e pela campanha do nacional-desenvolvimentismo. Em uma entrevista a Gisela Goldenstein, Wainer rememorou que:

Tanto no Rio como em São Paulo, a mensagem de *Ultima Hora* foi sempre uma só: a mensagem getuliana. Em primeiro lugar, nacionalismo – foi o

---

<sup>100</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart, 2003, op. cit., p. 156.

<sup>101</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart, 2003, op. cit., p. 156.

<sup>102</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart, 2007, op. cit., p. 40-41.

<sup>103</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart, 2007, op. cit., p. 41.

tempo das grandes campanhas herdadas da ‘O petróleo é nosso’, da siderurgia, do minério; em segundo lugar, reivindicação social, a defesa do melhor nível salarial, maior justiça salarial; em terceiro lugar, luta pela democracia, pela liberdade contra o fascismo; em quarto lugar, atendimento aos mitos populares: futebol, espetáculo, tudo aquilo que representava vinculação com o povo, especialmente na área do espetáculo, da literatura etc. mas politicamente era um jornal nacionalista, um jornal de vocação, vamos dizer, patriarcal, do ponto de vista da assistência social, e um jornal antifascista. Tecnicamente, usava o esporte, a veiculação dos mitos populares, do show e, em última instância, a emoção humana que é a polícia.<sup>104</sup>

Assim, não podemos afirmar que a imprensa abandonou, nesta época, definitivamente a tradição de polêmica, de crítica e de doutrina e a substituiu por um jornalismo que privilegiava a informação e que a separava do comentário pessoal e da opinião. Principalmente na primeira metade da década de 50, tendo como os principais exemplos a *Última Hora* e a *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, principal opositor de Getúlio Vargas, ainda podemos verificar um jornalismo muito combativo e opinativo e, principalmente, ideológico.

Sobre este aspecto, compartilhamos com a opinião de Tânia Regina de Luca ao afirmar que com a chegada do século XX, “os jornais diários profissionalizam-se, sem, contudo, perder o caráter opinativo e de intervenção da vida pública”<sup>105</sup>. A adesão a determinados grupos que estavam no poder ou na oposição era imprescindível para assegurar a sobrevivência de algumas empresas, fosse através de empréstimos, créditos, incentivos ou mesmo publicidade, como vimos no início deste capítulo. Além disso, o tom político e ideológico eram fatores importantes na construção da identidade dos diários e na segmentação e fidelização com seu público leitor.

Em processo de atualização e melhoramento de suas técnicas jornalísticas, além da solidificação de seu perfil empresarial, a imprensa da década de 1950 deu a determinadas lideranças políticas os elementos fundamentais para a ligação direta entre elas e as massas.

Defendo, então, a ideia, de que o aspecto político não se apagou totalmente, exercendo papel fundamental na dinâmica dos jornais cariocas da época, principalmente no jornal *Última Hora*.

---

<sup>104</sup> WAINER, Samuel. In. GOLDENSTEIN, Gisela. op. cit, 1987, p. 46.

<sup>105</sup> DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008, p. 137.

### 3. O ESPAÇO DOS TRABALHADORES NAS PÁGINAS DA *ÚLTIMA HORA*

Neste capítulo, iremos analisar como a *Última Hora*, ao abrir espaço no jornal para as demandas da população, foi uma ferramenta de acompanhamento da política social durante o segundo governo de Vargas.

Compreendido, como afirma Jorge Ferreira<sup>106</sup>, como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais e ideológicas, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, que ficou bastante evidenciada nas divulgações propostas pela *Última Hora*. Para tal, o jornal criou algumas colunas que contavam especificamente com a contribuição dos leitores. Dúvidas, reclamações, críticas, denúncias sobre o cotidiano e sobre questões trabalhistas, como atrasos de salário, falta de benefícios, jornadas de trabalho estendidas etc. foram ganhando espaço no noticiário diário.

O fato é que, como afirma o autor citado acima, associar as conquistas trabalhistas apenas à imagem de Getúlio Vargas não era mais suficiente para retratar uma geração de trabalhadores que passou a se manifestar politicamente nos anos 50 e encontrou na imprensa um espaço aberto para suas reivindicações.

Nessa mesma década, uma geração de homens e mulheres, partilhando ideias, crenças e representações, acreditou que no nacionalismo, na defesa da soberania nacional, nas reformas das estruturas socioeconômicas do Brasil, na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, entre outras demandas materiais e simbólicas, encontraria os meios necessários para alcançar o real desenvolvimento do país e o efetivo bem-estar da sociedade.<sup>107</sup>

Como veremos adiante, chefes de família, donas de casa, trabalhadores, operários, funcionários, empregados de diferentes classes sociais descobriram no jornal *Última Hora* um canal para disseminar suas reivindicações, suas reclamações, suas demandas, marcado por um momento de grande mobilização popular em prol da ampliação de seus direitos políticos, econômicos e sociais.

Principalmente, como afirma Jorge Ferreira, o quererismo atuou no sentido de mobilizar os trabalhadores como classe social, ou seja, “mobilizou-os, com consciência de sua identidade coletiva”<sup>108</sup>. E essa consciência de classe, segundo E. P. Thompson, traduz as

---

<sup>106</sup> FERREIRA, Jorge. *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2010, p. 102.

<sup>107</sup> FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005, p. 12.

<sup>108</sup> FERREIRA, Jorge, 2005, p. 89.



experiências vividas pelos trabalhadores em termos culturais, “encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”.<sup>109</sup>

No caso brasileiro, como afirma Jorge Ferreira, “tratou-se de uma relação, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns”.<sup>110</sup> O fato é que com o passar dos anos, os trabalhadores aprenderam a lidar com as conquistas inerentes a um regime democrático e, principalmente, se apropriaram das leis viabilizadas pelo Estado, para reivindicar os seus direitos. E essas reivindicações ganharam eco nas páginas do jornal *Última Hora*.

### 3.1 – *Última Hora* vai ao povo

As chamadas “Tendinhas de reclamações”, divulgadas logo no primeiro número do jornal e que eram montadas em diferentes pontos da cidade, é o principal exemplo de como o jornal se dirigia – inclusive fisicamente – até o povo, com o objetivo de criar um elo de aproximação e diálogo.

Segundo Carla Siqueira, a *Última Hora* assumiu uma “postura de intermediário entre o povo e o governo, prestando serviços efetivos e importantes como nas queixas dos leitores e aconselhamento em relação às questões trabalhistas”.<sup>111</sup>

Ana Maria de Abreu Laurenza afirma que a *Última Hora* abriu espaço para a “gente que lotava o trem da Central e preenchia as vagas do mercado de trabalho abertas pelo Programa de Reparelhamento Econômico: os “marmiteiros”, desdenhados por parte da elite econômica que, àquela altura, via nas conquistas sociais o canto do cisne de sua tranquilidade econômica”.<sup>112</sup>

O jornal dava voz ao povo e nos mostra uma estratégia em que se coloca não só como um porta-voz, mas como um instrumento efetivo de conquistas sociais. Estas urnas recebiam as reclamações, denúncias e estava aberta a demais sugestões dos leitores. O material que era coletado nas ruas transformou-se na seção “Fala o Povo na *Última Hora*”, publicadas diariamente. Nosso objetivo nesta seção é analisar o espaço dado a esta coluna no jornal, além de verificar a postura editorial do jornal diante de tais reivindicações.

---

<sup>109</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, vol. 1, p. 10.

<sup>110</sup> FERREIRA, Jorge, 2005, op. cit., p. 88.

<sup>111</sup> SIQUEIRA, Carla Vieira de. *Sexo, Crime e Sindicato: Sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 20.

<sup>112</sup> Ana Maria de Abreu Laurenza, 1998, op. cit., p. 53.

### 3.1.1 – Tendinhas de reclamações

Em sua edição número 1, o jornal *Última Hora* apresentou aos seus leitores, na página 2, o que inicialmente foi chamado de “Banca do Leitor”. Segundo a coluna, “o jornal nasce da conversa com o povo”<sup>113</sup> e para isso, foram instaladas urnas nos principais pontos de concentração da cidade – Estação Pedro II da Central do Brasil, Estação da Cantareira para Niterói, Estação da Leopoldina e Taboleiro da Baiana.

Figura 1: Fotografia mostra como eram as Tendinhas de Reclamações:



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – Memória Pública

O objetivo era receber correspondência dos leitores e encaminhá-las para um setor específico no jornal responsável por fazer a triagem, a apuração prévia e a segmentação para a publicação diária das queixas, sugestões, reclamações, projetos, críticas, denúncias e afins. O espaço indicava ainda que, no caso de leitores que precisassem entrar em contato urgentemente com a redação, o telefone da “Patrulha da *Última Hora*” estaria disponível para atendê-los.

Desta forma, o jornal reforça a necessidade de uma troca constante com o leitor para nortear os caminhos da imprensa. Seria então este diálogo uma espécie de termômetro da opinião pública. Além disso, o jornal se coloca como porta-voz do “chefe de família, da dona-de-casa, do estudante, do funcionário, dos trabalhadores”<sup>114</sup>, que assoberbados com sua rotina diária de deslocamento na cidade para trabalho e estudo não teriam tempo para reivindicar os seus direitos. Segundo o veículo, estas pessoas precisam encontrar no “jornal um procurador

---

<sup>113</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 12/06/1951, p. 2. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de novembro de 2015.

<sup>114</sup> *ÚLTIMA HORA*, op. cit, p. 2.

eficiente e pontual que tanto defende os interesses nacionais e coletivos como atenda também às suas relações com a administração, para a solução das questões aparentemente simples, mas na realidade sufocantes.”<sup>115</sup>

Finalizando a apresentação do espaço, o jornal termina a matéria da seguinte forma:

O povo terá, assim, oportunidade de clamar alto e o seu jornal será o eco de sua aspiração, condenando o abuso, fiscalizando a assistência seguida do poder público, pressionando a autoridade pela adoção das soluções imediatas da execução dos planos de mais longo alcance. *Última Hora* é um movimento de reivindicação popular e nacional – com o programa de encaminhar as necessidades de cada um e refletir os interesses do país. Informa, defende, combate, constrói. Esta é a sua voz impressa, insistindo pelo seu direito. Vamos trabalhar.<sup>116</sup>

### 3.1.2 – O povo fala na *Última Hora*

Falta de garantia e de descanso para os trabalhadores noturnos dos serviços de limpeza dos escritórios do Centro, o bairro de Barros Filho sem água, sem luz e sem policiamento, inúmeras casas construídas no Governo Dutra permanecem fechadas ou habitadas por não operários porque os trabalhadores não podem pagar o aluguel, salário mínimo muito baixo para os gastos dos trabalhadores com moradia, alimentação, transporte. Estávamos em junho de 1951.

Um ano depois, em 1952, faltava água e as ruas estavam cheios de buracos em Vaz Lobo, uma firma obrigava os funcionários a trabalharem no feriado, sem gratificação e a CCPL vendia leite a preços absurdos. Em 1953, faltava limpeza na rua Casemiro de Abreu, faltava luz em Realengo, as lotações estavam carregando muito mais passageiros do que o permitido e os trabalhadores de uma fábrica de móveis seguiam trabalhando sem garantias. No ano seguinte, em 1954, faltava policiamento na Central do Brasil, faltava limpeza em conjunto habitacional de Bangu, os ladrões andavam soltos por Irajá e os funcionários da Light seguiam sem condições dignas de trabalho.

Parafraseando Eduardo Silva, em seu livro “As queixas do povo”, esta é uma pequena amostra dos problemas vividos pela população do Rio de Janeiro nos primeiros anos da década de 50. Por ser um espaço gratuito de divulgação e por serem reclamações espontâneas e diretas, a coluna “Fala o povo na *Última Hora*” traduzia um pouco do sentimento da

---

<sup>115</sup> *ÚLTIMA HORA*, op. cit, p. 2.

<sup>116</sup> *ÚLTIMA HORA*, op. cit, p. 2.

população carioca, refletindo a realidade vivida pelas donas de casa e os trabalhadores que moravam no Rio de Janeiro neste período, suas demandas, seus problemas do cotidiano e as obrigações do poder público que, por vezes, não eram cumpridas.

As correspondências recebidas nas Tendinhas de Reclamações eram publicadas diariamente no formato de pequenas notas na coluna “Fala o povo na *Última Hora*” e vinham acompanhadas de um texto editorial, que, sempre indignado, chamava a atenção das autoridades para a gravidade das questões ali expostas.

Com o objetivo de termos um recorte sobre quais eram as principais necessidades da população nesta época, analisamos as 10 primeiras colunas publicadas, que estão contidas no período de 12 de junho a 21 de junho de 1951, além das 30 demais colunas compreendidas no mesmo período nos anos de 1952, 1953 e 1954. Vale ressaltar que dentro deste recorte, tivemos contato com as edições de aniversário do jornal, em comemoração a 1 ano, 2 anos e 3 anos de existência.

O universo total de análise, para o período proposto, foi de 40 edições consultadas, gerando para nossa pesquisa a análise do conteúdo de 471 notas, 24% das quais localizadas em 1951, 33% em 1952, 22% em 1953 e 21% em 1954. Importante salientar que nas edições 613 (13/06/1953) e 619 (20/06/1953) não tivemos acesso à página em que a coluna foi publicada, tendo acesso apenas à primeira página do jornal.

Gráfico 1: Quantitativo de notas publicadas, de acordo com o ano.

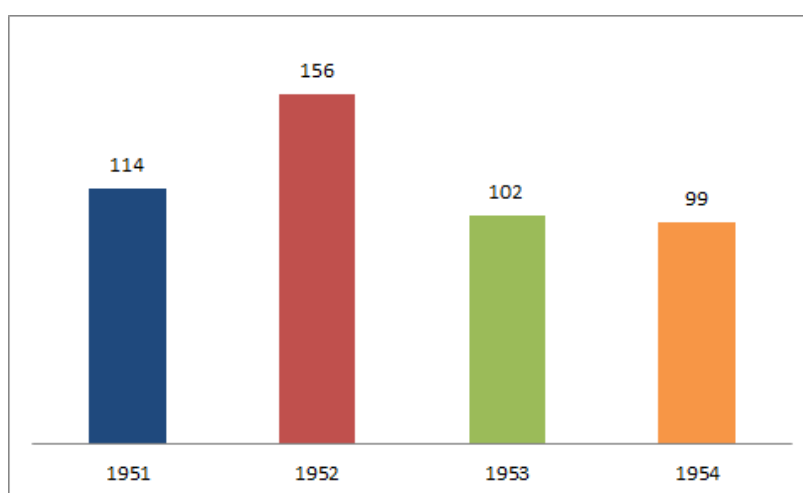
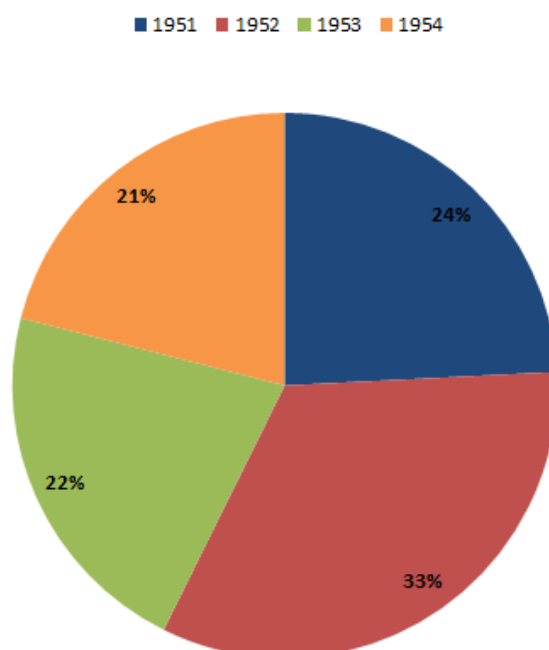


Gráfico 2: Porcentagem de notas publicadas, de acordo com o ano.



Durante nossa análise, percebemos que as demandas recebidas pelo jornal eram recorrentes e criamos a segmentação abaixo de forma a avaliar quais foram as principais reclamações e queixas recebidas pelo jornal durante o período analisado.

Legenda
Agradecimentos e elogios
Água
Burocracia e Fiscalização
Comércio, Indústria e Serviços (atendimento, carência, preços abusivos etc)
Educação
Habitação
Luz
Matérias ou notas não relacionadas às reivindicações populares
Meios de Transporte
Nota de aniversário (conteúdo do jornal)
Obras ou Providências
Outros problemas
Respostas às demandas
Salário e Relações de Trabalho

Saneamento e Limpeza Pública
Saúde
Segurança Pública

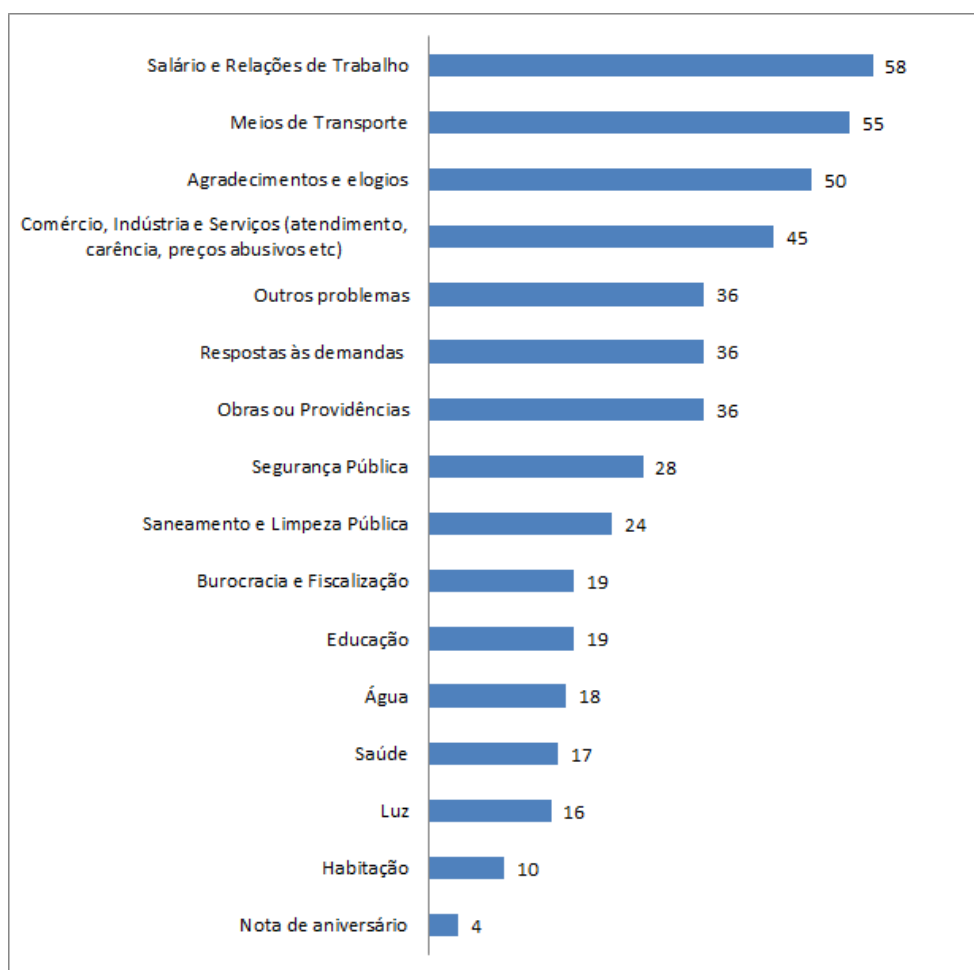
Com esta segmentação criada, foi possível perceber que as reclamações da década de 50 não são muito diferentes das queixas recebidas nos dias de hoje pelos jornais, que têm origem tanto na esfera da produção, no caso das queixas dos trabalhadores, quanto na esfera do consumo, no caso das queixas das donas de casa e dos moradores em geral da cidade.

Reclamações contra a deficiência dos serviços urbanos, como no abastecimento de água, no fornecimento de luz, na precariedade dos meios de transporte, na falta de limpeza e no saneamento das ruas da cidade. Parte dessas reclamações não se dirigia diretamente ao governo, uma vez que alguns desses serviços eram oferecidos por empresas privadas, mas indiretamente essas queixas refletiam um pouco a insatisfação geral do povo com o governo, uma vez que estes serviços faziam parte de concessão do poder público.

Junto com este grande grupo de reclamações do cotidiano, percebemos que reivindicações como direitos trabalhistas, valor do salário mínimo, falta de garantias e desemprego representaram também excelente exemplo de como os trabalhadores se apropriavam da noção de direito e do uso das leis viabilizadas pelo Estado. Os trabalhadores identificaram neste espaço oferecido pelo jornal um canal direto para expor suas críticas e reclamações acerca das más práticas trabalhistas das empresas contra o trabalhador e do poder público como fiscalizador e também como empregador em alguns casos.

Com o objetivo de avaliarmos quais os assuntos eram mais recorrentes nas reclamações e queixas da população no período estudado, catalogamos o material encontrado e o gráfico abaixo nos mostra a segmentação das notas publicadas na coluna “Fala o povo na *Última Hora*” segundo a sua natureza.

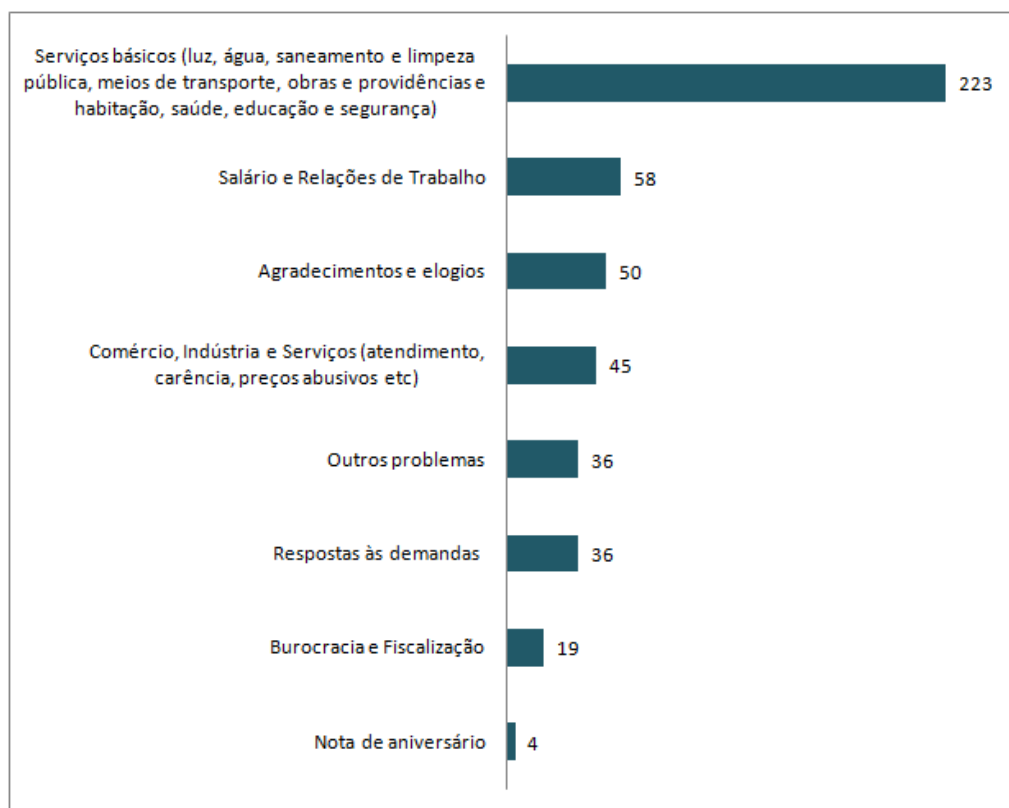
Gráfico 3: Quantitativo de notas publicadas, no período de 1951-1954, de acordo com a natureza da reclamação.



O levantamento nos mostra que as relações trabalhistas ocuparam a maior parte do espaço destinado às reclamações populares, com 58 notas sobre o assunto. As queixas contra deficiências nos transportes públicos estão em segundo lugar, com 55 inserções e o espaço destinado para agradecimento e elogios, estratégia do jornal em mostrar o sucesso e o retorno positivo da coluna, está em terceiro lugar, com 50 notas publicadas.

Porém, se juntarmos em um único item as reclamações que indicam os problemas e necessidades básicas dos moradores como luz, água, saneamento, limpeza pública, meios de transporte, pedidos de obras ou providências, saúde, educação, segurança pública e problemas relativos à habitação, podemos concluir que a esfera do consumo se sobrepõe a esfera da produção no caráter reivindicatório da população. O gráfico abaixo ilustra melhor esta conclusão.

Gráfico 4: Quantitativo de notas publicadas, no período de 1951-1954, com a junção da agenda de demandas relacionadas aos serviços básicos.



Veremos mais adiante na análise do conteúdo das colunas que o jornal chama a atenção para a modéstia das reivindicações do povo, que se referiam cada vez mais a problemas elementares da vida cotidiana e da dificuldade de serem atendidas.

Voltando a segmentação inicial (com a separação das demandas relacionadas a cada serviço básico), ao compararmos esta divisão em cada ano, percebemos que há um revezamento entre os tipos de reclamações que ocuparam mais espaço em 1951, em 1952, em 1953 e em 1954.

Em 1951, as principais críticas dos leitores estavam relacionadas a salário e relações trabalhistas (32); outros problemas, em que enquadrámos queixas sobre perturbadores do sossego público, documentos perdidos (14); e obras e providências que exigiam melhorias em ruas com muitos buracos, falta de pavimentação, necessidade de praça para a população local etc (12). Completando um total de 114 notas publicadas, as outras reivindicações citadas foram: meios de transporte (11), segurança pública (9), respostas às demandas (7), comércio, indústria e serviços – atendimento, carência, preços abusivos etc (7), saneamento e limpeza



pública (6), água (6), burocracia e fiscalização (4), educação (3), luz (1), habitação (1) e agradecimentos e elogios (1).

Já em 1952, 19 foram as reclamações relacionadas a atendimento, carência ou preços abusivos oferecidos pelas áreas de comércio, indústria e serviços, 17 queixas sobre a precariedade do serviço de transporte público e 15 notas publicadas que foram definidas como outros problemas em que podemos citar situações como denúncia de casais namorando na Quinta da Boa Vista, perturbadores do sossego público, animais soltos pela cidade e carros abandonados. As outras reivindicações, por ordem de quantidade foram: agradecimentos e elogios (15), respostas às demandas (14), obras ou providências (13), salário e relações de trabalho (12), educação (10), segurança pública (9), saneamento e limpeza pública (8), água (7), luz (6), burocracia e fiscalização (5), habitação (3), nota de aniversário (2), saúde (1), num total de 156 notas publicadas.

Em 1953, a quantidade de publicações sobre agradecimentos e elogios à coluna aumentou, chegando a 22 notas, seguidas por 16 queixas sobre as condições dos meios de transporte públicos e 11 reclamações relacionadas às áreas de comércio, indústria e serviços. Completam a lista, totalizando 102 notas publicadas, as reivindicações relacionadas às repostas às demandas (9), saúde (9), obras ou providências (6), salário e relações de trabalho (5), burocracia e fiscalização (5), outros problemas (4), segurança pública (4), educação (3), água (3), saneamento e limpeza pública (2), luz (2) e nota de aniversário (1).

Por fim, em 1954, percebemos uma diminuição no número total de notas publicadas (99), com agradecimentos e elogios ocupando 12 notas, críticas aos meios de transporte em segundo com 11 notas publicadas, o aparecimento das situações trabalhistas entre os três primeiros segmentos citados, com 9 notas publicadas, seguidos por: comércio, indústria e serviços – atendimento, carência, preços abusivos etc (8), saneamento e limpeza pública (8), luz (7), saúde (7), habitação (6), respostas às demandas (6), segurança pública (6), obras ou providências (5), burocracia e fiscalização (5), outros problemas (3), educação (3), água (2), nota de aniversário (1).

De uma maneira geral, ao longo dos três primeiros anos, percebe-se que há uma insatisfação entre os trabalhadores, pois há tempos os salários não acompanhavam a alta da inflação. Essa insatisfação, inclusive, irá resultar, em 1953, na explosão de diversas greves por aumento de salários em todo o país e na substituição do Ministro do Trabalho, que veremos mais adiante.

Durante nossa análise, percebemos que o espaço dado à coluna mudou ao longo do tempo, assim como o fato de não haver uma padronização sobre a página em que era publicada. Nos exemplares analisados, percebemos que a publicação variava entre as páginas 2 e 10, do primeiro caderno. Em alguns casos, houve chamada na capa para algum assunto que estava sendo denunciado pelos leitores.

Já na segunda edição, do dia 13 de junho de 1951, o jornal divulgou a informação de que recebeu centenas de reclamações no dia anterior. A importância dada a este espaço de interlocução criado pelo jornal foi reforçada com uma menção na capa e no editorial de Samuel Wainer. Este editorial, inclusive, foi o primeiro escrito pelo dono do jornal, já que quem assinou o texto divulgado na primeira edição foi o presidente Getúlio Vargas.

Na ocasião, Wainer afirma que o balanço das reclamações colhidas no primeiro dia foi impressionante. “No momento em que nossas urnas foram colocadas na estação Pedro II, homens e mulheres de várias classes e condições se reuniram em torno das mesmas e promoveram verdadeiro comício, debatendo seus problemas e redigindo memórias para este jornal”.<sup>117</sup> O jornalista acrescenta ainda que este retorno imediato foi uma demonstração eloquente de como o povo estava sem defesa, desprovido de procuradores que realmente se interessassem por suas demandas e reivindicações.

Para finalizar, Wainer reforça a lacuna que a *Última Hora* estava disposta a preencher:

*Última Hora* não fugirá a essa obrigação. Que o homem da rua faça das urnas que colocamos à sua disposição a ponte para suas reivindicações. E que confie em nós: elas não morrerão no noticiário comum de cada dia. Faremos de cada problema, de cada informação popular, o nosso problema, a nossa aspiração, a nossa informação.<sup>118</sup>

É interessante compararmos a primeira e a segunda edição da *Última Hora*, uma vez que fica bem notório o cruzamento entre os interesses do governo de Vargas e os interesses da classe trabalhadora nas páginas do jornal. Isso porque ainda que sua fundação seja atribuída para servir de respaldo ao getulismo junto à opinião pública, o jornal introduziu ao mercado jornalístico da época um tipo de imprensa popular, que também serviu de tribuna dos trabalhadores e não somente do governo.

O jornal inaugura o espaço destinado às reivindicações populares na segunda edição reforçando, mais uma vez, que é possível receber os apelos das classes populares, prometendo

---

<sup>117</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 13/06/1951, capa. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de novembro de 2015.

<sup>118</sup> *ÚLTIMA HORA*, op. cit, capa.

defendê-las como “razão mesma de nossa existência”. Diversas vezes, ao longo da coluna, o jornal solicita o apoio popular, de modo a reunir mais e mais casos. Após a publicação de 19 notas, UH finaliza a coluna da seguinte forma:

CONSTITUIÇÃO – É claro que nós exigimos o cumprimento da Constituição. Mas não é na letra de forma, não. O indispensável é praticar a democracia que as palavras anunciam. E democracia é isto: - o povo falando livremente e encontrando quem ouça os seus reclamos. *Última Hora* foi criada para exercer essa função.<sup>119</sup>

Na terceira edição, do dia 14 de junho de 1951, o jornal também usou este espaço para endossar a iniciativa de estabelecer uma correspondência diária e constante com o povo através das urnas instaladas nos grandes pontos de concentração urbana dando palavra ao povo, estabelecendo uma grande “assembleia da cidade”.

Nós levaremos a cada problema ao elemento central a quem incumbe a sua solução. (...) Cada assunto será devidamente catalogado e ficará na nossa pauta, enquanto não encontrar sua solução, e permaneceremos vigilantes até que seja devidamente encaminhado ou resolvido. Exerceremos, assim, verdadeira função de procuradoria popular. Esperamos com esse procedimento não somente oferecer ao povo a defesa que tanto necessita, pondo em relevo suas principais dificuldades, mas proporcionar ainda aos admiradores um panorama quotidiano de problemas palpitantes que valerão tanto ou mais do que os relatórios administrativos. A palavra pertence ao povo. *Última Hora* fará com que ela seja ouvida e respeitada.<sup>120</sup>

Utilizando termos como “assembleia da cidade” e “procuradoria popular” o jornal reforça junto ao seu público leitor, o seu papel de fiscalizador das ações do poder público e se coloca como a solução para o povo que até então estava desprovido de agentes que realmente se importassem com suas aspirações e reclamações.

É interessante salientar que o nome da coluna “O Povo fala na *Última Hora*” só apareceu pela primeira vez na quarta edição do jornal. Na primeira edição, conforme mencionado anteriormente, a coluna de apresentação do espaço recebeu o nome de “Banca do Leitor”. Já nas segunda e terceira edições, a coluna recebeu os títulos “O povo está armado com o seu novo jornal” e “O povo fala em defesa de seus direitos”, respectivamente.

Na abertura da quarta coluna, do dia 15 de junho de 1951, a *Última Hora* afirma que está cumprindo um ponto fundamental do programa que antecedeu à criação do jornal e que apesar de muitos casos não terem solução imediata porque se enquadram em grandes

---

<sup>119</sup> *ÚLTIMA HORA*, op. cit, p. 2.

<sup>120</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 14/06/1951, p. 2. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de novembro de 2015.

problemas coletivos precisam ser noticiados diariamente. Isso porque, acrescenta, do contrário “ficarão esquecidos e relegados a um segundo plano, agravando a inquietação que perturba a vida das classes trabalhadoras e diminui o rendimento da produção. Cada urna é uma tribuna, cada carta um dever de cidadão”<sup>121</sup>.

Nos chama a atenção nesta passagem o destaque dado especificamente à classe trabalhadora e como o destaque dado ao não atendimento de suas exigências por parte do governo poderia contribuir para prejuízos na produção e no desenvolvimento do país, em função do rendimento diário desses trabalhadores. É importante para nossa análise, neste momento, direcionarmos nosso olhar para definições apresentadas por alguns autores acerca do trabalhismo getulista da época.

Segundo Lucília Delgado, o principal ingrediente deste trabalhismo era a “crença na resolução dos problemas sociais do país, na superação do subdesenvolvimento que assolava a economia brasileira e na construção de uma nação mais soberana”.<sup>122</sup> Da mesma forma, afirma Maria Vitória Benevides<sup>123</sup>, que o trabalhismo getulista expressava-se em três grandes linhas: o nacionalismo, a “justiça social”, com a exaltação da legislação trabalhista, e o sindicalismo populista. Como eixo unificador, temos a noção de um Estado interventor e “organizador”, baseado no projeto de emancipação nacional e desenvolvimento econômico.

Percebemos, então, como o jornal iniciou o processo de construção de uma relação que reforçava os interesses comuns ao governo e aos trabalhadores. Mais adiante veremos como esta relação foi se consolidando: cada vez mais espaço para as reivindicações populares ao mesmo tempo em que apresenta uma exaltação à figura de um Vargas paternalista, preocupado com o povo, dedicado desde sua campanha presidencial em assegurar os direitos dos trabalhadores e regulamentar o mercado de trabalho.

Foi a partir da quarta edição também que houve um aumento no espaço destinado às reivindicações, onde além da publicação de notas dos leitores, alguns assuntos ganharam espaço com a repercussão em matérias maiores e com fotos que foram realizadas após a denúncia dos leitores. Nesta edição, foram publicadas três matérias, destaque para a situação dos homens que trabalham à noite: “Maus pagos e desamparados biscateiros da madrugada”,

---

<sup>121</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 15/06/1951, p. 6. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de novembro de 2015.

<sup>122</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010, p. 202.

<sup>123</sup> BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: 1989, p. 94.

que relata o drama vivido pelos limpadores, alguns com 70 anos ganhando 28 Cruzeiros por noite retratando uma realidade de novas profissões irregulares sendo criadas à margem de seu desenvolvimento<sup>124</sup>.

A quinta edição, do dia 16 de junho de 1951, também reforça tais novidades. Verificamos que o espaço destinado às reivindicações foi o mesmo, apesar de ser notado que as publicações de notinhas deram lugar a matérias com mais espaço e apuração da redação. Grande espaço destinado à publicação de parabenizações pelo lançamento do jornal, em um total de 24 elogios publicados em formato de notas.

Por meio desta coluna é possível verificar como as queixas que se multiplicavam nas urnas se referiam cada vez mais a problemas elementares da vida cotidiana. Este inclusive foi o tema da nota de abertura da coluna, sob o título “Água e lixo”<sup>125</sup>, que fala sobre a modéstia das reivindicações do povo e da dificuldade de serem atendidas.

“O primeiro dever é acudir o povo”. É assim que começa a sexta edição da coluna. Achemos interessante reproduzir parte da coluna que reforça a importância do diálogo diário com o povo:

Mais do que as estatísticas, de números impressionantes, porém frios, muito mais do que os inquéritos, feitos à distância de espaço e tempo, falam estas urnas da *Última Hora*, diálogo diário com o povo. (...) Dali brotam queixas que não importam em revelação de tendências partidárias ou partidarismos preferenciais. Ninguém é contra ou a favor de qualquer partido; ninguém é contra ou a favor de qualquer pessoa. O que o povo faz é pedir e reclamar. Pedir que se resolvam questões de economia doméstica. Reclamar contra tudo que lhe impede de ser pura e simplesmente um cidadão que se alimenta, mora, e se transporta para poder trabalhar.<sup>126</sup>

Neste texto, identificamos a necessidade do jornal afirmar que o povo não estava utilizando o espaço para exaltar um ou outro método governista. O que o povo estava querendo, segundo o veículo, era água encanada, retirada do lixo das ruas, produtos básicos a preços justos, meios de transporte de qualidade. Ou seja, antes de se preocupar com apoio político, o povo estava precisando era de habitação, alimentação, transporte, higiene e estava atrás da solução de seus problemas diários. Para auxiliá-los nesta busca incessante, o jornal

---

<sup>124</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 15/06/1951, p. 4. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de novembro de 2015.

<sup>125</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 16/06/1951, p. 4. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de novembro de 2015.

<sup>126</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 17/06/1951, p. 4. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de novembro de 2015.

identificaria o setor responsável por cada caso, que deveria ser colocado perante a opinião pública e cuidar da sua própria reputação.

“Os problemas são elementares, embora complexas, por vezes, as soluções. Mas, justamente por ser assim, é que o Brasil vive o decisivo teste do seu destino. Todos nós sabemos disto. O povo também”<sup>127</sup>. É desta forma que termina a abertura da coluna deste dia mostrando que o futuro do Brasil dependeria, antes de qualquer coisa, de providências práticas dos governantes em prol dos problemas elementares de sua população.

O assunto salário rendeu duas grandes matérias para a página: “SOS SOS clamam os telegrafistas” e “Melhores salários para barbeiros e manicures” que mostram como vivem tais profissionais com o salário mínimo que não dá para cobrir todas as despesas elementares como água, luz, moradia, transporte e afins. No segundo caso, o jornal ouviu o presidente do sindicato dos barbeiros que justificou a reivindicação junto à Justiça do Trabalho pelo aumento de salário em função da elevação do custo de vida e do aumento do preço do serviço pelos proprietários, o que acarreta na diminuição da gorjeta recebida pelos funcionários das barbearias. No caso das manicures, o jornal afirma que a reivindicação é apenas para que a lei seja cumprida, uma vez que a Justiça do Trabalho já havia determinado que fosse concedida uma porcentagem do lucro além do salário para estas profissionais.

Como afirma Larissa Corrêa, “a legislação trabalhista abriu uma gama de oportunidades para a ação desses assalariados, que viram na Justiça do Trabalho a possibilidade de obterem algum tipo de reparação pela exploração a que estavam expostos”<sup>128</sup>. Trata-se de um exemplo de como os trabalhadores se apropriavam da noção de direito e do uso das leis viabilizadas pelo Estado. Há uma passagem na matéria em que a apropriação e a confiança no órgão ficam bem claras: “E se a Justiça do Trabalho não atender à pretensão dos barbeiros? – Isso é hipótese que não podemos prever porque confiamos nesse órgão, que tem dado sempre, merecidamente, a todos quantos têm requerido melhoria de vencimento”.

A sétima edição, do dia 18 de junho de 1951, nos chamou atenção em função da chamada na capa: “O povo não está satisfeito”. A matéria afirma que as tendinhas são um termômetro diário da opinião pública e que, em uma semana de jornal, foram três mil cartas recolhidas por 15 tendas montadas pela cidade. E os problemas do cotidiano, do dia a dia da

---

<sup>127</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 17/06/1951, p. 4. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de novembro de 2015.

<sup>128</sup> CORRÊA, Larissa Rosa. *A tessitura dos Direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho*. São Paulo: Fapesp, 2011, p. 29.

população e a necessidade de uma maior aproximação do setor público seguem sendo a maioria das reivindicações por parte dos leitores:

O drama da vida cotidiana do carioca, oprimido pelos problemas de habitação, saúde, alimentação e transporte, não é, entretanto, diferente do drama de todo o povo brasileiro. (...) E que é que pede o povo? Grandes reformas políticas? Alterações profundas na nossa estrutura social? Nada disso. Em seus bilhetes singelos e sem qualquer finamento de linguagem o povo pede apenas que o governo aproxime-se mais de suas necessidades.<sup>129</sup>

A nota de abertura da coluna deste dia, sob o título “A luta pela confiança” reforça que a população quer atos positivos porque “palavras não enchem a barriga de ninguém”. As notas e matérias publicadas nesta edição também refletem o drama diário da população: falta de água, falta de luz, dificuldade de transporte público, falta de conservação de locais públicos, falta de policiamento à noite etc.

Trata-se aqui de uma crítica exposta diretamente aos políticos e administradores que tinham pouco contato com “a massa popular” e que estavam focados apenas em discursos e promessas que não seriam cumpridas. “As manchetes demagógicas, as declarações de amor de homens da situação ou da oposição, nada disso imprime ao povo a confiança que ele precisa para trabalhar e produzir”.

A questão do salário mínimo retorna na 10ª edição da coluna, no qual em nota de abertura, UH se coloca a favor da classe trabalhadora que reivindica aumento de salários não para melhorar a qualidade de vida, mas para conseguir comprar o essencial. O jornal apresenta mais uma série de matérias que reforçam esta delicada questão com aviadores civis reivindicando estabilidade, tripulantes de aviões precisando garantir a aposentadoria e motorneiros e condutores pleiteando aumento de salário<sup>130</sup>.

Percebemos que a partir da edição 155, do dia 12 de dezembro de 1951, há uma profunda mudança de formato e na linguagem das notas divulgadas. Enquanto anteriormente as notas eram publicadas com uma linguagem denotativa, agora o redator analisa e comenta a situação com a criação de gírias e palavras como “kihomem”, “kinegócio”, “kifreguesia”. Há ainda a utilização de muitos provérbios populares. Desta forma, percebemos uma necessidade de maior aproximação com a população, utilizando uma linguagem irreverente e cada vez

---

<sup>129</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 18/06/1951, p. 3. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de novembro de 2015.

<sup>130</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 21/06/1951, p. 3. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de novembro de 2015.

mais próxima da realidade das conversas diárias destes homens e mulheres. Por vezes, a utilização de gírias é tão intensa que sentimos dificuldade para conseguir entender de fato sobre o que se tratavam as denúncias.

O estilo utilizado nesta coluna dava a sensação de que todas as reclamações vinham do próprio “povo”. O leitor deveria identificar que ali estavam publicadas todas as suas queixas, não apenas pelo conteúdo das reclamações, mas também pela forma como eram escritas e pela linguagem utilizada. Percebemos que o objetivo do jornal, mais do que tentar imitar a fala coloquial do “povo”, era de alguma forma recriá-la. Desta forma, era comum a utilização de interjeições, onomatopéias e da letra “K”, como visto no parágrafo anterior, para dar um apelo sonoro e visual, como se o leitor estivesse presente, dando um depoimento indignado das condições de vida na cidade. Além disso, a utilização de uma narrativa bem simples e mais curta e o emprego de gírias ajudavam a reforçar junto ao leitor que o jornal realmente o representava.

Na comemoração de 1 ano do surgimento do jornal, no dia 12 de junho de 1952, identificamos o aumento do espaço da coluna e a publicação de anúncios também cada vez maiores. Houve também o aumento da quantidade de matérias publicadas em detrimento da quantidade de notinhas divulgadas e não houve uma nota de abertura com o posicionamento do jornal como era visto anteriormente. Segundo informações do jornal, esta edição alcançou o marco de 6 mil notas publicadas.<sup>131</sup>

A edição do dia 13/06/1952 traz importante relato do redator da coluna identificado como “R de C.” (Renato de Castro), informando aos leitores sobre quando e como começou a escrever a coluna “Fala o povo”.

(...) É o fim de nossa carreira – pensamos. Dar a um redator, veterano na profissão, uma seçãozinha de queixas, essa coisa tão monótona, era, positivamente, querer enterrá-lo para o resto da vida. Era sua sentença de morte! (...) Quem se interessaria em ler uma banal queixa sobre falta d’água em rua que não era a sua? E as autoridades a quem competisse tomar providências perderiam tempo em ler a queixa. (...) E se... déssemos um cunho novo, uma feição inédita às queixas, procurando transcrevê-las na linguagem típica do carioca, que, apesar dos pesares, ama a vida e faz blagues até em cima da própria desgraça? Seria, talvez, um modo interessante na sua leitura mesmo os que nada tivessem a ver com elas. De outro lado, as

---

<sup>131</sup> Sobre esta estatística, nossa análise fica limitada uma vez que percebemos uma falha de informação divulgada pelo jornal ao apresentar o marco de 15 mil notas publicadas na edição de 2 anos e de 9 mil notas publicadas na edição de 3 anos. De toda forma, os números comprovam a eficácia da utilização do veículo como interlocutor dos problemas diários da classe trabalhadora.



autoridades, sabedoras de que “todo mundo” estavam “de olho”, teriam maior interesse em dar atendimento às reclamações do povo.<sup>132</sup>

Foi a primeira vez, depois de 1 ano de publicações, que identificamos uma abordagem direta do redator com o leitor. Nas edições analisadas anteriormente não havia menção a algum colunista específico que assinasse a coluna. Como dito anteriormente, acreditamos que era objetivo do jornal inicialmente reforçar que todas as reclamações publicadas nesta coluna vinham do próprio “povo”. Além do conteúdo das reclamações, o leitor identificava pela linguagem e pela falta de assinatura de um repórter específico que as queixas divulgadas eram realmente as queixas enviadas ao jornal, principalmente em função da forma como eram escritas.

Depois disso, já em 1952, foi identificada a necessidade de uma nova estratégia de aproximação com o público de modo a transcrevê-las “na linguagem típica do carioca”. Desta forma, fica claro que a partir deste momento houve uma interferência mais explícita do redator no conteúdo publicado a partir das demandas enviadas pelos leitores.

É importante salientar que houve uma diminuição de tamanho da coluna “Fala o povo na *Última Hora*” nas edições de 2 anos e 3 anos de existência do jornal, em função da abertura de novos espaços como as colunas “Tribuna da Cidade”, “Plantão do leitor” (esta, com a divulgação de uma série de telefones úteis aos leitores), além da divulgação de endereços de cinemas, boates e demais lugares de lazer, espaço para horóscopo, coluna social e dicas de moda e lar.

Em 1953, percebemos o retorno dos textos de abertura criticando órgãos como o Ministério do Transporte, a atuação da polícia, o péssimo atendimento e os preços abusivos cobrados pelo comércio, racionamento de energia elétrica promovido pela Light sem aviso prévio aos usuários, desvio de dinheiro pela Câmara dos Deputados etc. Nestes dois últimos casos, especificamente, o jornal tece uma crítica aos políticos da época: “Pena que não se abre a cabeça de certas autoridades, que andam por aí, para ver o que tem dentro” e ao contar o caso de duas ruas indicadas por leitores sem calçamento, o jornal afirma que as verbas votadas diversas vezes pela Câmara dos Vereadores “desaparecem misteriosamente”<sup>133</sup>.

Outra mudança que aconteceu foi que estes textos começaram a ser publicados em formato de crônica. Ou seja, o redator utilizava algum caso enviado pelo leitor, contava os

---

<sup>132</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 13/06/1952, p. 2. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 4 de janeiro de 2016.

<sup>133</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 23/06/1953, p. 2. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 27 de junho de 2016.

detalhes do ocorrido e aproveitava para tecer a crítica contra determinado serviço. Este formato parece ter dado certo, uma vez que na edição do dia 20 de junho de 1953, o jornal publicou nota indicando que, como estímulo aos seus colaboradores, a seção “Fala o povo” premiaria diariamente, com cem cruzeiros, todo o leitor cuja queixa fosse aproveitada em forma de crônica na coluna<sup>134</sup>, dinâmica que permaneceu em 1954.

Na edição do dia 15 de junho de 1954, mais críticas ao governo. Em crônica sobre os vendedores do comércio que destratam os clientes além de terem relacionamento estreito com os funcionários responsáveis pela fiscalização, o jornal afirma: “São tão hábeis nesse ponto que botam no bolso qualquer funcionário do governo encarregado de defender o público contra os tubarões, transformando-o, logo, em faixa, em sócio, em protetor...”. A nota menciona ainda o dono de uma padaria afirmando que a Delegacia de Economia aparecia todo mês no seu estabelecimento e que depois da fiscalização é preciso “ir à forra!”.<sup>135</sup>

Apesar de não ser o foco deste trabalho, com o objetivo de verificar a permanência desta coluna, identificamos que este foi um espaço de longa duração na trajetória da *Última Hora*. Nos exemplares presentes na hemeroteca digital, subsídio para nossa pesquisa, identificamos que até o ano de 1984 a coluna ainda era publicada diariamente, o que mostra a importância que este espaço ocupou ao longo de toda a história do jornal.

### 3.1.2.1 – E o que virou capa de jornal?

Além das notas e das matérias analisadas, durante nossa pesquisa, identificamos também que as reivindicações e denúncias populares pautaram grandes reportagens ao mesmo tempo em que conquistas sociais renderam manchetes afirmativas quanto à administração de Getúlio Vargas. Foi possível perceber isso ao estendermos nosso olhar também para a primeira capa das respectivas edições em que analisamos a coluna “Fala o povo na *Última Hora*”.

Desta forma, percebemos que ao lado dos acontecimentos “sensacionais”, refletidos em chamadas de primeira página como “Nova tragédia a qualquer momento”, “Escândalo inédito no Banco do Brasil” e “Revoltante impunidade”, surgem questões como o salário mínimo, as greves, as condições de vida nos subúrbios e favelas e o custo de vida.

---

<sup>134</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 20/06/1953, p. 2. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 4 de janeiro de 2016.

<sup>135</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 15/06/1954, p. 4. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 27 de junho de 2016.

Logo na primeira edição, no dia 12 de junho de 1951, a manchete “Nova tragédia a qualquer momento” é ilustrada por uma enorme foto que mostra um desmoronamento na Central do Brasil. Em seguida o jornal apresenta uma matéria sobre a média de despejo do ano de 1951 que chegara a 650 ações e que mostra a preocupação de todos que moram em casa ou apartamentos alugados, ou seja, aqueles que não são proprietários e ficavam à mercê de fraudes e golpes de despejo. Há espaço ainda para uma chamada no topo da página que diz “Getúlio: nenhuma contradição existe entre o exercício da crítica honesta e as atribuições do poder público”, além de matéria sobre a evasão de dinheiro público por organizações bancárias e corretores, sob o título “150 milhões de Cruzeiros arrancados ao Brasil”.<sup>136</sup>

A segunda edição, do dia 13 de junho do mesmo ano, também chama atenção para o problema sobre as condições deploráveis vividas pela população que mora nas favelas. Sob o título “Dinheiro chorado das favelas”, o repórter Edmar Morel mostra como grileiros enriquecem às custas das pessoas que precisam morar em casebres miseráveis. Há espaço ainda para a reivindicação de cinco mil estudantes que exigem a construção de um restaurante e para os crimes contra a economia popular, com a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal para a exibição de preços acima da tabela.<sup>137</sup>

A manchete “A França manifesta nas urnas as tendências políticas de seu povo” divide espaço com matérias sobre menina que morre após atropelamento (“Atropelada sobre o Passeio a menina faleceu momentos depois no hospital”) e sobre os professores que ameaçam fazer greve caso percam o dissídio na Justiça, na sexta edição do dia 17 de junho.<sup>138</sup>

A capa do dia 20 de junho, nos chama atenção para a chamada “O Grande Ausente”. Trata-se de um excelente exemplo de como o papel de porta-voz do povo exercido pelo jornal questionava e exigia respostas da administração pública vigente na época, sem, contudo, deixar de exaltar a figura do então Presidente da República. Segue abaixo descrição do *lead* da matéria:

Transcorridos quase cinco meses do novo governo, as perguntas que as classes trabalhadoras – cujo contingente eleitoral constituiu a base de vitória de Vargas – mais frequentemente fazem, através da correspondência das urnas de *Última Hora*, são as seguintes: Onde está e que faz o Ministério do Trabalho? Com um governo chefiado pelo homem que fez da bandeira das

---

<sup>136</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 12/06/1951, capa. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de novembro de 2015.

<sup>137</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 13/06/1951, capa. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de novembro de 2015.

<sup>138</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 17/06/1951, capa. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de novembro de 2015.

reivindicações trabalhistas o eixo entre sua companhia de retorno ao poder, o grande ausente continua sendo o Ministro do Trabalho. E este tem sido, certamente, o fator básico do vácuo que está formando, perigosamente, entre o proletariado e o governo, em que depositou tantas esperanças de melhoria econômica e progresso social. Nenhuma culpa pode ser importada ao sr. Getúlio Vargas. O atual Presidente tem como característica pessoal a liberdade de ação que concede aos seus principais auxiliares. E a verdade, a lamentável verdade, é que o sr. Danton Coelho não tem sabido corresponder a essa distribuição de responsabilidades.<sup>139</sup>

E a matéria segue com uma série de questionamentos sobre o posicionamento do então Ministro do Trabalho, exigindo respostas sobre a realização de importantes e necessárias reformas constitucionais além de maior contribuição política aos trabalhadores.

Essas perguntas, desgraçadamente, estão sem resposta. Desde que se propõe a afastar da direção do PTB, volte o sr. Danton Coelho ao Ministério do Trabalho e procure resolver os grandes problemas de sua pasta, pois do contrário estará desservindo não apenas aos interesses das classes trabalhadoras, mas à própria orientação, que possibilitou o retorno de Vargas ao Governo, retorno esse para o qual deu o melhor da sua inteligência, da sua energia e de seu patriotismo.<sup>140</sup>

Desta forma, podemos afirmar que na *Última Hora*, as denúncias das mazelas vividas pelos trabalhadores eram expostas e o jornal exigia um retorno das autoridades envolvidas nos assuntos, mas, no entanto, percebe-se uma necessidade de afirmar o empenho do presidente Vargas e o papel do próprio jornal na solução de tais problemas. O jornal divulga os problemas, cobra soluções, mas retira de Getúlio Vargas qualquer responsabilidade direta sobre tais situações.

No dia 21 de junho, a manchete afirma “Povo, o fiscal dos preços”, em matéria que relata uma série de medidas radicais que serão realizadas para coibir a elevação do custo de vida em função do aumento indevido nos preços dos produtos realizado pelos comerciantes. A matéria destaca ainda a indispensável cooperação de todos os cidadãos, que exerceriam como voluntários a função de “auxiliares dos agentes repressores da ganância”. Foi a partir desta medida que surgiram os “Tribunais populares”, criação da própria *Última Hora* e que analisaremos com maior profundidade na próxima seção deste capítulo.<sup>141</sup>

---

<sup>139</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 20/06/1951, p. 4. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de novembro de 2015.

<sup>140</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 20/06/1951, p. 4. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de novembro de 2015.

<sup>141</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 21/06/1951, capa. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de novembro de 2015.

O vínculo criado pelo jornal Última Hora com a classe trabalhadora é reforçado nas edições comemorativas de 1 ano, 2 anos e 3 anos. No dia 12 de junho de 1952, em matéria sobre as comemorações em prol do aniversário de um ano do surgimento do veículo, é ressaltada a grande contribuição que tem sido o apoio popular para o exercício diário do jornal.<sup>142</sup>

Já a edição 612, do dia 12 de junho de 1953, abriu um espaço maior para este tipo de divulgação. Em chamada de topo de página, o jornal afirma: “A voz do povo: Um milhão de trabalhadores saúdam *Última Hora*”, apresenta foto do líder sindical Astrogildo Pereira Ramos em que entrega ao diretor do jornal, Samuel Wainer, um memorial assinado pelos mais destacados líderes obreiros do Rio, representando mais de 1 milhão de trabalhadores. A notícia segue ainda afirmando que pela primeira vez na história da imprensa brasileira os mais diversos órgãos de classe se manifestaram a favor de um jornal.

São aqueles que constituem as foras vivas da Nação que vêm, pelas suas figuras representativas demonstrar o seu reconhecimento pelo esforço que *Última Hora* tem colocado no esclarecimento dos mais sérios problemas do nosso povo. As campanhas populares em que nos temos empenhado, a insistência que pomos em que a opinião pública seja formada à base da verdade, o trabalho constante e diário que empreendemos em benefício da comunidade – tudo isso recebe, assim, o único reconhecimento que, na realidade, desejamos ter: o daqueles a quem servimos e que constituem o cerne de um País: o povo, os homens que vivem de seu trabalho quotidiano, que têm os seus problemas comuns, que os inesperados da vida.<sup>143</sup>

Há espaço ainda para a solicitação do cumprimento das leis que beneficiem os marítimos de forma a evitar a greve na marinha mercante, onde o jornal dá destaque para um depoimento de Vargas que afirma “as reivindicações dos trabalhadores não podem ser consideradas simples casos de polícia”, informando ainda que o presidente vai examinar as reivindicações dentro do melhor espírito de “compreensão e harmonia”.

O veículo comemora três anos ao lado do povo afirmando ser um jornal fundado “para servir, única e exclusivamente, aos interesses do povo e aos programas políticos que procuram conduzir o Brasil a um futuro de total emancipação econômica, UH não tem uma retificação sequer a fazer no programa que se traçou desde o seu primeiro número”.

---

<sup>142</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 12/06/1952, capa. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de novembro de 2015.

<sup>143</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 12/06/1953, capa. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de novembro de 2015.

(...) Consolidamos a posição do jornal, identificando-o cada vez mais com os legítimos anseios populares. Hoje, mais do que nunca, somos uma arma do povo. Em nossas colunas o povo está presente, todos os dias, através de campanhas de reivindicação, de movimentos de defesa de seus direitos, de cruzadas em prol da manutenção das suas liberdades. Iniciamos no Brasil o ciclo da imprensa popular e nacionalista.<sup>144</sup>

Desta forma, expomos alguns exemplos de como a relação da *Última Hora* com o nacionalismo e com o trabalhismo presente na gestão de Vargas conviveu com a preocupação do jornal com relação aos interesses populares.

### 3.1.3 – Os “Tribunais populares”

Na edição do dia 30 de junho de 1951<sup>145</sup>, ou seja, 18 dias após a sua criação e 29 dias após o pronunciamento de Vargas durante as comemorações pelo Dia do Trabalho de tal ano, a *Última Hora* noticiou que já estava na Comissão de Constituição de Justiça da Câmara dos Deputados, o projeto oriundo da mensagem do presidente definindo novas modalidades de crime contra a economia popular e dando a forma de julgamento através de júri popular.

Dando continuidade à “defesa do povo”, após esta mensagem presidencial, o jornal iniciou uma forte campanha em prol da realização dos “tribunais populares” para julgar os “crimes contra a economia do povo”. Para isso, o veículo intensificou a divulgação deste assunto, com publicações quase que diárias, além de fomentar a realização de júris simulados sobre casos de preços abusivos cobrados por comerciantes. A ação foi incentivada pelas medidas impostas pela Prefeitura do Rio na época para coibir os crimes contra a economia popular. O objetivo era fazer uma demonstração na prática de como funcionaria o órgão, enquanto que na Câmara dos Deputados estava transitando o projeto enviado ao Legislativo pelo Presidente Getúlio Vargas.

Segundo levantamento realizado foram 64 menções aos tribunais populares em 1951, 47 menções em 1952, 7 menções em 1953 e 6 menções em 1954, totalizando 124 matérias publicadas sobre este assunto ao longo destes quatro anos. As matérias, que na maioria dos casos vinham com chamada em destaque na capa, apresentavam as principais informações

---

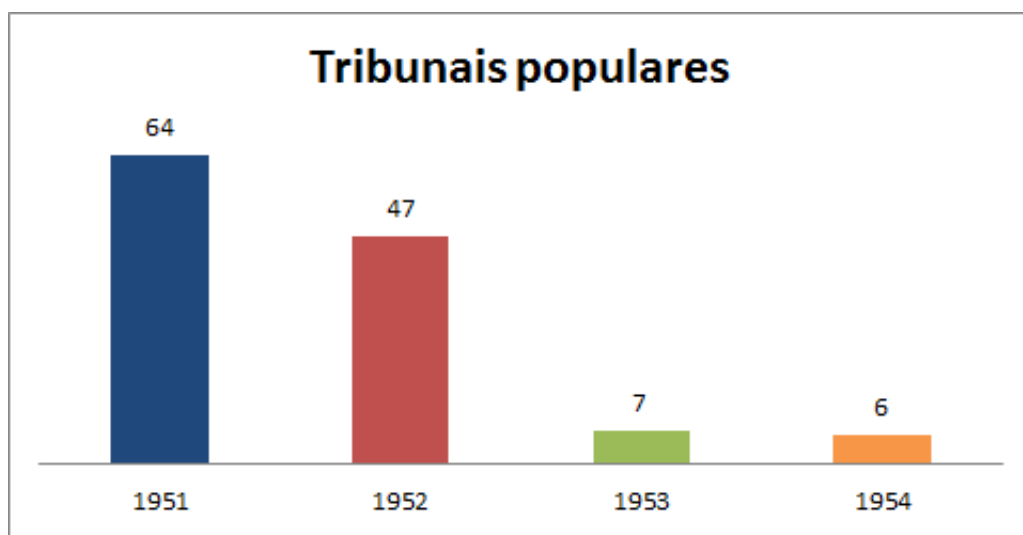
<sup>144</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 12/06/1954, capa. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de novembro de 2015.

<sup>145</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 30/06/1951, p. 3. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 15 de dezembro de 2015.

sobre a realização dos simulados, os componentes que fariam parte de cada júri popular, convocava a população para assistir ao evento e ouvia autoridades.

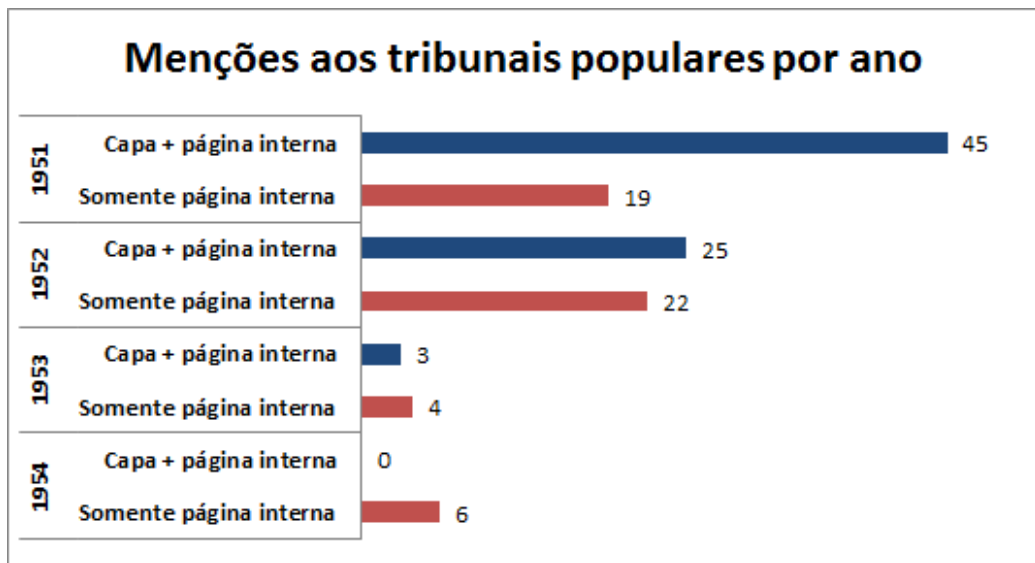
O jornal fez cobertura também sobre todo o processo de tramitação do projeto até ser instaurada a Lei 1.521, que instituiu o regime de júri para os crimes contra a economia do povo e, posteriormente, como se deu na prática a realização destes “Tribunais de Economia Popular”. Foi desta forma que o jornal seguiu divulgando sobre a importância desta iniciativa para a população, reforçando sobre a participação efetiva da *Última Hora* durante este movimento.

Gráfico 14: Quantitativo de matérias publicadas, de 1951 a 1954, que citam os tribunais populares.



Foi em 1951 e 1952 que a realização dos tribunais populares simulados pela *Última Hora* e a aprovação do Decreto de Lei que institucionalizava a criação de tais tribunais tiveram mais espaço nas páginas do jornal. Somente nestes dois anos, o assunto teve espaço na capa de 70 edições, sendo 45 edições em 1951 e 25 edições em 1952, além de mais 41 menções em que o assunto ganhou espaço nas páginas internas do jornal. Os gráficos abaixo mostram a segmentação de acordo com a localização das matérias que foram publicadas ao longo destes quatro anos.

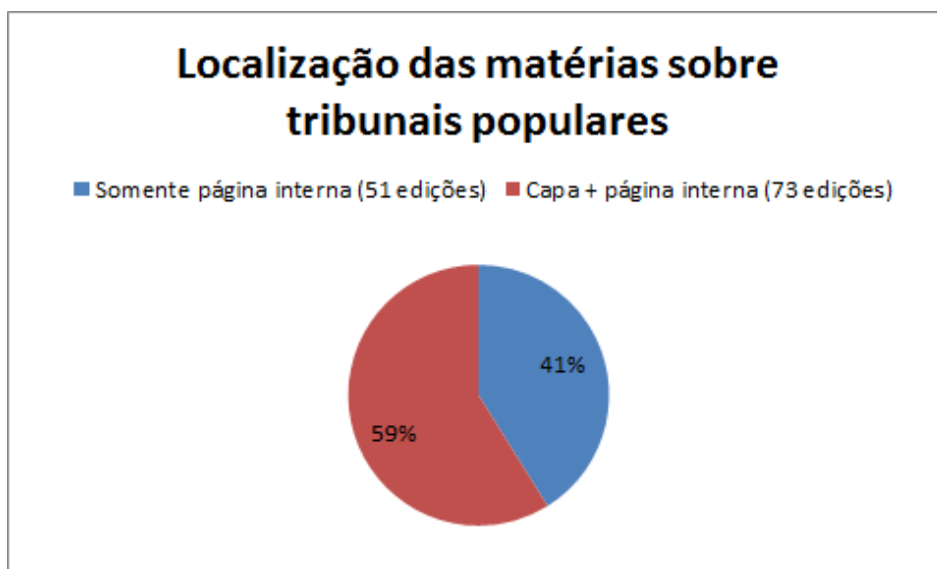
Gráfico 15: Localização das matérias sobre os tribunais populares, divididas por ano.



É importante salientarmos que durante a pesquisa percebemos que o jornal, ao tratar sobre este assunto, usava diferentes terminologias para classificar o tribunal popular. Desta forma, com o objetivo de encontrar todas as edições que de alguma maneira mencionaram a realização e posteriormente a instauração de tais tribunais na cidade, utilizamos diferentes combinações de palavras ao filtrarmos nossa pesquisa. São elas: “júri popular”, “tribunal popular”, “crime contra a economia popular”, “tribunal de economia popular” e “tribunal do júri popular”, assim como suas variações no plural. De toda forma, consideramos apenas as matérias que faziam menção direta a esta ação da *Última Hora* em simular a realização dos juris populares assim como toda a campanha do jornal em prol da instauração efetiva de tais tribunais.



Gráfico 16: Percentual da localização das matérias sobre os tribunais populares, divididas por ano.



Com chamadas como “Instalação no Méier do primeiro Júri de Economia Popular” (pág 4, edição 18), “Júri de pais e de mães em defesa de todas as famílias” (pág 2, edição 19), “Cresce a mobilização dos tribunais populares contra a especulação” (pág 2, edição 20), “O povo julgará os seus exploradores” (pág 6, edição 21), “Contra o egoísmo satânico dos tubarões” (pág 1, edição 22), “O Júri Popular em ação contra os exploradores” (pág 2, edição 25) e “Milhares de fiscais escolhidos entre chefes e mães de família (pág 4, edição 27), a *Última Hora* foi dando espaço em suas edições para estas denúncias e reforçando a necessidade da realização de tais juris populares.

Na edição número 10, do dia 21/06/1951, como dito anteriormente na seção em que analisamos algumas manchetes, o jornal publicou matéria se referindo ao povo como o grande fiscalizador dos preços. Para isso, foi realizada uma mobilização de voluntários para a chamada “Comissão Central de Preços”. Esta comissão seria formada por “cidadãos de comprovada idoneidade e reputação no seu bairro, mediante assinatura de um termo de responsabilidade pelo qual empenhem a sua palavra de honra no bom e correto desempenho dessa missão de alto sentido social”<sup>146</sup>.

<sup>146</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 21/06/1951, p.2. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 15 de dezembro de 2015.

Em matéria publicada na página 3 da edição número 15, do dia 28/06/1951, sob a manchete “Quem sofre deve punir”, o jornal afirma que os trabalhadores expressaram seu sentimento popular em face da mensagem de Getúlio Vargas pedindo a criação dos tribunais populares para o julgamento daqueles que só pensam no lucro, contra os interesses nacionais. O jornal abriu espaço para a publicação de 14 notas com diferentes entrevistas que mostram como a população ficou satisfeita e estava confiante com os resultados que os tribunais iriam alcançar.

Figura 2: Capa da 15ª edição da *Última Hora* com mensagem de Getúlio Vargas sobre a criação dos tribunais populares



Durante o período em que a sociedade debatia sobre a instauração dos júris populares para julgamento dos crimes contra a economia popular, a *Última Hora* realizou quatro grandes simulações que mobilizaram a população da cidade durante os meses de julho e setembro de 1951 com o objetivo de educar a população sobre este assunto. O primeiro no bairro do Méier, no dia 10 de julho de 1951, em que os réus foram julgados em função da majoração do preço da carne; em seguida Ramos, no dia 25 de julho, cujo problema estava nos preços dos remédios oferecidos em uma farmácia do bairro; o terceiro júri foi realizado em Realengo, no dia 1º de setembro, em função do peso dos pães que estavam sendo vendidos

em uma padaria da região e, por último, no dia 29 de setembro, foi realizado o tribunal pela primeira vez em um bairro da zona sul, a Gávea.

As fotos de 10 mulheres, entre donas de casa, “mãe de família”, professora, tesoureira e marítima, que estavam entre as possíveis participantes do júri, constam na primeira página do dia 10 de julho:

Hoje, pela primeira vez no Brasil, um Tribunal do Júri, representando o povo, constituído por chefes de família e donas de casa, vai julgar um crime cometido contra a economia popular. Formado nos moldes recomendados, em mensagem ao Congresso, pelo presidente da República, o júri que se reunirá esta noite no Sport Clube Mackenzie levará ao Méier a experiência inicial de um sistema pelo qual se confere aos consumidores a decisão punitiva de atentados diariamente cometidos. Todas as formalidades legais serão cumpridas à risca, imprimindo ao ato caráter de absoluto realismo<sup>147</sup>.

A matéria segue na página 2 desta edição, com a foto dos outros 10 possíveis membros do júri – que seriam escolhidos após a realização de um sorteio antes do início da seção – e dava mais detalhes sobre o caso, destacando a função educativa que a realização de simulados como este teria perante a sociedade.

Na edição do dia seguinte, o veredito: o réu Manuel da Silva, dono do açougue Estrela do Méier, foi condenado culpado, por unanimidade, pelos cinco membros do júri popular, com sentença de quatro meses de prisão e multa de Cinco Mil Cruzeiros. No topo da página uma declaração polêmica do presidente do júri, Silveira Serpa, “Aqui está o povo fazendo justiça pelas próprias mãos”. Esta declaração, segundo ele, faz jus às palavras do próprio presidente da República:

A primeiro de maio, declara o Presidente da República que o povo seria levado a fazer justiça pelas próprias mãos. A declaração produziu interpretações enganosas. Não era a desordem nem a anarquia que o senhor Getúlio Vargas pregava. Mas ali estava a realização objetiva de sua promessa. Com maior sentido da responsabilidade ciente de que os instrumentos de sua defesa tinham sido postos à sua disposição - as classes populares, necessitadas de se preservar contra a ganância e a especulação, iriam doravante julgar os exploradores. Sem intuito preconcebido de vingança, sem propósitos agressivos, mas no exercício da mais nobre função de julgar.<sup>148</sup>

---

<sup>147</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 10/07/1951, capa. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 15 de dezembro de 2015.

<sup>148</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 11/07/1951, capa. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 15 de dezembro de 2015.

Figuras 3 e 4: Capa e página interna da 25ª edição da *Última Hora* sobre a realização do primeiro júri popular. Edição 25 – 10/07/1951.



Figura 5: Página interna da 26ª edição da *Última Hora* com a cobertura do primeiro júri popular. Edição 26 – 11/07/1951.



No dia 26 de julho de 1951, além de chamada na capa, contou com uma página exclusivamente dedicada para divulgação da realização do segundo julgamento de crime contra a economia popular, no dia anterior, 25/07/1951. Sob o título “O júri popular mais uma vez condena: o atentado contra a bolsa e a saúde do nosso povo”, o tribunal reprovou a atuação de uma farmácia que expunha remédios à venda com 100% de majoração. O gerente fora condenado a seis meses de prisão. É importante salientar que neste momento, apesar dos tribunais ainda serem apenas simulações, já mobilizavam a população que se engajava cada vez mais sobre este assunto e participava ativamente como espectadores. Uma foto mostra que a sede do Social Ramos Clube, local onde o tribunal foi realizado, estava lotado.

Figura 6: Página interna da 39ª edição da *Última Hora* com a cobertura do segundo júri popular. Edição 39 – 26/07/1951



Já no dia seguinte (27/07/1951), a “Coluna de *Última Hora*”, nome dado ao editorial assinado por Samuel Wainer a cada edição, teve como título “Um homem só”. O editorial traz duras críticas à falta de comprometimento e participação de representantes do governo durante a realização da simulação.

Poucas vezes mais do que durante a realização do segundo júri simulado para julgamento dos crimes contra a economia do povo, tivemos a sensação de



como o sr. Getúlio Vargas se encontra isolado no seu esforço de atrair para o seu governo uma participação cada vez maior das grandes massas populares do país. (...) Apesar de intensamente anunciada a realização do júri em Ramos – que fica a alguns minutos do centro da cidade – não descobrimos entre a massa presente um só representante do Ministério do Trabalho, das diversas autarquias e institutos de previdência social, do PTB, em suma, desse conjunto de organismos que deveriam constituir a base da mobilização popular pra apoio e divulgação do programa de reforma social, anunciado pelo sr. Getúlio Vargas durante a campanha presidencial, e agora esboçada em projetos como o que deve constituir os tribunais populares. Essa ausência, esse desinteresse fizeram-nos sentir que muito mais do que o povo, são os atuais quadros dirigentes responsáveis pela política social do governo que precisam ser educados para a tarefa que normalmente deveria lhes caber. Está só, inteiramente só, o sr. Getúlio Vargas. Seu diálogo com as grandes massas brasileiras ainda não conseguiu vencer a camada de apatia que paralisa os organismos que deveriam ocupar a primeira linha da gigantesca obra de mobilização do povo para a defesa de seus direitos a uma vida melhor e mais alegre.<sup>149</sup>

Trata-se de mais um exemplo em que o jornal questiona e exige uma maior participação dos setores públicos no que diz respeito aos problemas enfrentados pela população, sem, contudo, responsabilizar diretamente o presidente Getúlio Vargas. A imagem do então presidente fica assim desvinculada dos problemas apresentados e das cobranças diárias realizadas pelo jornal.

A realização do terceiro tribunal de júri popular também ganhou espaço nas páginas da *Última Hora*. A edição 71, do dia 01/09/1951, afirma que o julgamento de Realengo foi solicitado pelos próprios moradores do bairro e ofereceria uma característica nova, que o distinguia dos tribunais realizados anteriormente. Isso porque em Ramos e no Méier, o juiz presidente, o promotor e o advogado de defesa foram convidados pelo próprio jornal para atuar no processo, cabendo aos clubes e moradores fornecer o corpo de jurados composto de dez donas de casa e dez chefes de famílias, do qual seriam sorteados os membros do Conselho de Sentença, composto por 5 integrantes. No caso do terceiro julgamento, também o juiz presidente - doutor Pereira Franco, o promotor-bacharel Oscar Gomes de Oliveira e o advogado de defesa - doutor Nelson Freire de Souza também eram moradores de Realengo. Sobre o resultado do júri, entretanto, não houve mudança. Assim como nas duas vezes anteriores, o réu também foi condenado em função da fraude na venda do pão, em que expôs à venda pães com peso insuficiente.

Com relação a este movimento proposto pela *Última Hora*, vale ressaltarmos que durante a cobertura que se deu nesses meses, o jornal divulgava a opinião, além das donas de

---

<sup>149</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 27/07/1951, capa. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 26 de novembro de 2015.

casa e dos trabalhadores, que seriam diretamente impactados por esta conquista, também de especialistas e juristas como uma forma de endossar sobre a legalidade da iniciativa e, principalmente, sobre a importância para a melhoria de vida da população.

O jornal publicou depoimento do promotor Arnaldo Duarte, um dos membros do Ministério Público, sobre a constitucionalidade do projeto de lei na edição 83, do dia 17 de setembro de 1951.

O júri garante ao cidadão o direito de ser julgado pelos seus pares e jamais foi acoimado de órgão de vindita. Da Justiça do Povo ninguém terá a temer. Aliás, da Justiça do Júri sempre ouvi críticas severas, porém, todas no sentido de sua apregoada benevolência e excessiva humanidade... Se a democracia é o governo do povo pelo povo, se nela o povo tem o direito de eleger os seus governantes, por que não dar ao mesmo povo esse mínimo de julgar os atos de seus próprios membros?<sup>150</sup>.

O jurista concedeu entrevista sobre o assunto e o seu depoimento foi publicado na íntegra na segunda página da *Última Hora*. O jornal aproveitou para reforçar que o promotor utilizou somente argumentos jurídicos e que “desfaz por completo as acusações contra a instituição do júri, que têm sido ditadas mais por interesses de ordem político-partidária e conveniência de grupos do que pelo respeito a normas tradicionais do nosso Direito”<sup>151</sup>.

O jornal abriu espaço também para a publicação das declarações do professor Hélio Gomes, catedrático de Medicina Legal da Faculdade Nacional de Direito e da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e “um dos mais conhecidos e conceituados mestres universitários do país”.

Trata-se de um tipo de instituição judiciária que se ajusta perfeitamente ao regime democrático, no qual é de se desejar uma participação cada vez maior do povo, no funcionamento dos poderes do Estado. (...) É claro que a lei deve ser cautelosa, ao dispor sobre a seleção dos jurados, cuja idoneidade moral e aptidão intelectual que não importa em grau de instrução, devem ser rigorosamente exigidas. Por outro lado, devem ser asseguradas aos acusados os mais amplos recursos de defesa. Possuem os Tribunais Populares ainda uma inestimável virtude: educam o povo, ensinam-lhe a prezar e a compreender a Justiça e a amar o regime democrático, que lhe permite, como disse o presidente Getúlio Vargas, fazer justiça com as suas próprias mãos.<sup>152</sup>

---

<sup>150</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 17/09/1951, página 2. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 19 de janeiro de 2016.

<sup>151</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 17/09/1951, op. cit.

<sup>152</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 20/09/1951, página 2. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 19 de janeiro de 2016.

Em contrapartida, o veículo divulgava também os movimentos contrários à realização de tais tribunais populares, deixando claro o posicionamento do jornal sobre tais críticas. Foi o que aconteceu na edição 68, do dia 29 de agosto de 1951. Sob o título “Manobra contra o júri popular”, o jornal informa sobre um grupo de deputados, tendo à frente Daniel de Carvalho, ex-ministro da agricultura do governo Dutra, que havia iniciado na Câmara um movimento para “torpedear” o projeto que institui os tribunais populares para julgamento dos especuladores da economia do povo.

“Não quer a UDN a repressão da ganância contra o povo”. Este foi o título da matéria publicada no dia 5 de setembro de 1951 sobre a apresentação de diversas emendas ao projeto.

A UDN, capitaneada pelos srs. Artur Santos e Luiz Garcia, apresentou ontem várias emendas ao Projeto que estabelece o júri popular para os crimes contra a economia popular. Outros deputados, de outros partidos, também emendaram o Projeto para desfigurar-lhe como instrumento de repressão à exploração do povo e atrofiar o seu pronto mecanismo, subordinando-o às delongas do processo comum. É a sabotagem que se organiza, fantasiada de argumentos jurídicos, contra os interesses vitais das classes desfavorecidas. (...) A UDN grita que o júri, tal como está no Projeto, é de exceção. Realmente, de exceção ele é, porque só dessa forma pode se conseguir um eficiente combate à ganância. (...) Voltou o Projeto à Comissão de Justiça, para estudo das emendas. Em regime de urgências, como se encontra, deverá retornar com brevidade ao plenário. Está, portanto, travada no próprio Parlamento, a batalha dos interesses populares. De um lado, o crime, a ganância, a fraude, sob a capa de um jurismo que não atende às exigências do presente. Do outro lado a luta por uma vida mais digna de ser vivida. De um lado, os exploradores, do outro, o povo. (também representantes do PSD e do PR)<sup>153</sup>

A edição 75, do dia 6 de setembro, também deu bastante espaço para o debate dos parlamentares a respeito do tema. Sob o título “Amigos dos criminosos contra o júri popular”, a *Última Hora* reservou a capa da segunda edição e a página 2 inteira para falar sobre este assunto, conforme mostram as figuras abaixo.

---

<sup>153</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 05/09/1951, capa. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 15 de dezembro de 2015.



Figuras 8 e 9: Capa e página interna da 75ª edição da *Última Hora* com o espaço destinado para o debate dos parlamentares sobre a criação dos tribunais populares. Edição 75 – 06/09/1951.



As demais edições, que seguiram ao longo do ano de 1951, reforçavam o papel atuante dos trabalhadores nestes tribunais em chamadas como ‘São advogados dos tubarões os inimigos do júri popular’ (edição 57), “O consumidor está cansado de ser explorado” (edição 64), “O povo deve punir os aproveitadores” (edição 66), “Instrumento defensor do povo” (edição 67), “O Júri Popular será a única arma do povo” (edição 69), “Arma de democracia para defesa do consumidor” (edição 70), “Amigos dos criminosos contra o Júri Popular” (edição 75), “No banco dos réus os exploradores do povo” (edição 81).

No dia 21 de setembro de 1951, exatamente três meses após o início da realização dos simulados dos tribunais populares pela *Última Hora*, o jornal noticia que a Câmara aprovou em última discussão o projeto que institui o Júri Popular para julgamento dos crimes contra a economia popular. O título da matéria “Venceu o povo: aprovado o projeto do Júri Popular” enfatiza a batalha que foi formada entre os empresários e comerciantes, que o jornal chama de tubarões, contra a população.

Um mês após esta publicação, o jornal retoma o assunto chamando a atenção para possíveis manobras contra os projetos de defesa da economia do consumidor, que

atravessavam a sua última instância no Legislativo, mas que ainda estavam sujeitas a recursos dos setores insatisfeitos com a decisão.

Antes disso, porém, na edição 94, do dia 29/09/1951, o jornal noticiou a realização do último tribunal popular, sob a manchete: “Os jurados da Gávea afirmarão logo mais o direito do povo de julgar a especulação”, como segue:

Consagração de uma campanha, já hoje vitoriosa, porque sendo originada de uma mensagem presidencial, exprimiu o sentimento profundo do povo, o Júri Popular da Gávea, desta noite, tem o sentido de um marco histórico na conquista dos direitos populares. Ele se realiza num clube de trabalhadores da Gávea, na mesma hora em que o projeto de criação dos tribunais populares encontra por parte dos representantes do povo o apoio que é o reflexo do desejo de seus eleitores. A esse ato oferece a sua cooperação altamente expressiva o Ministro do Trabalho, Segadas Viana, que à frente de delegações sindicais representará a satisfação dos operários brasileiros em ver assegurado o direito das donas de casa e chefes de família julgarem aqueles que zombam das necessidades populares para fazer do seu abuso a escada do próprio enriquecimento.<sup>154</sup>

Diferentemente da falta de apoio noticiado quando da realização do primeiro júri popular, que não contou com a participação de nenhum representante do governo, desta vez, a *Última Hora* destaca a “cooperação altamente expressiva” de Segadas Viana, então Ministro do Trabalho da época.

Em mais uma etapa sobre este assunto, o jornal noticia, em 7 de novembro de 1951: “A Comissão de Justiça do Senado aprova o Júri Popular e intervenção econômica”. Segundo a matéria publicada, as contravenções e crimes, conforme proposta do Executivo, seriam então submetidos ao julgamento popular por Júri a ser instituído em cada zona eleitoral. Ao final, a matéria informa que o projeto ainda será apreciado pelas Comissões de Trabalho e Previdência Social e de Finanças do Senado e, sendo respeitados os prazos regulamentais, dentro de trinta dias subiria à sanção presidencial.

Com um pouco mais de 1 mês (40 dias), o jornal noticiou, no dia 17 de dezembro, na edição 159, que o povo estaria presente à sanção do júri popular. Segundo noticiado, o ato da sanção do projeto de lei que modificaria a legislação vigente sobre crimes contra a economia popular teria uma solenidade especial com discurso do presidente Getúlio Vargas.

Fugindo, nesse caso, à rotina das sanções presidenciais, o sr. Getúlio Vargas pretende, assim, dar à instituição dos tribunais do júri popular o relevo que ela merece, pela inovação que representa e pelo

---

<sup>154</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 29/09/1951, capa. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 15 de dezembro de 2015.

grande passo que exprime no caminho do combate à especulação trilhado com firmeza, desde a primeira hora, pelo atual governo trabalhista.<sup>155</sup>

O jornal finaliza a matéria afirmando que com isso, destaca-se “o indisfarçável sentido popular da iniciativa que foi, sem sombra de dúvida, a primeira grande vitória do povo e do governo no Congresso Nacional”. Nesta edição, o jornal reforça a ação de Getúlio Vargas frente à instituição dos tribunais populares, reforçando que o assunto teria um destaque maior às demais sanções do Presidente e que seria mais uma importante iniciativa do governo trabalhista de Vargas.

No dia 21 de dezembro, *Última Hora* estampa em sua primeira página: “Amanhã as novas leis de Vargas: Salário Mínimo e Júri Popular”, agendando para o dia seguinte a sanção destas duas importantes leis: a primeira estabelecendo os novos salários mínimos; a segunda definindo os crimes contra a economia popular e instituindo o seu julgamento através dos júris populares, organizados, segundo o jornal, entre chefes de famílias e donas de casa. A sanção, no entanto, veio apenas cinco dias depois, divulgada na edição 166, do dia 26 de dezembro, com a Lei n. 1.521. A matéria afirma que dentro de dois meses os primeiros tribunais populares legais deveriam iniciar o funcionamento na capital.

Para reforçar a relevância da realização dos tribunais populares, o jornal aproveitou o momento e fez ampla divulgação da questão juntamente com o aumento do salário mínimo, assunto com enorme apelo junto aos leitores. No dia seguinte, na edição de 27 de dezembro, o jornal abriu vasto espaço para divulgação sobre o funcionamento dos tribunais no Rio de Janeiro. Em entrevista para o jornal, o presidente do Tribunal do Júri, Faustino Nascimento, explicou:

Serão competentes para processar e julgar os crimes contra a economia popular os juízes da 2ª a 23ª Varas criminais. Durante a discussão e votação da lei falou-se na semelhança com o júri de imprensa. O juiz de direito da Vara para a qual for distribuído o processo fará a instrução, uma vez que esta continua sendo de competência do juiz togado. Apenas o julgamento será pelo júri. Assim, completa a instrução e convocado o júri do bairro este, então, julgará, sob a presidência do juiz de direito a quem couber o processo por distribuição.<sup>156</sup>

Com a chegada do fim do ano de 1951, este foi o último espaço dado pelo jornal para a propagação de informações sobre os tribunais populares. Desta forma, seis meses após a

---

<sup>155</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 17/12/1951, capa. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 26 de novembro de 2015.

<sup>156</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 27/12/1951, capa. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 26 de novembro de 2015.

iniciativa do veículo em simular a realização de tribunais populares para julgar os crimes contra a economia popular, com uma divulgação massiva ao longo dos meses, foi sancionada a lei que oficializava a prática de tais tribunais.

É interessante salientar que o jornal ao longo de toda a cobertura reforçava a sua participação nesta “conquista” e sua contribuição para a população com a iniciativa de realizar os juris simulados, estabelecendo-se assim como ator principal desta vitória do povo. Reforçava, também, que tal projeto era oriundo da mensagem de Vargas definindo novas modalidades de crime contra a economia popular e confirmando a preocupação do presidente com as questões relativas ao dia a dia do povo, suas reivindicações e necessidades a serem atendidas pelo governo.

Desde janeiro do ano seguinte, em 1952, o jornal já voltara a publicar informações sobre o andamento da criação dos tribunais populares. As matérias relatam os trâmites que ainda estavam em andamento até o dia 26 de fevereiro, data em que começou a vigorar a Lei 1.521/52 e a apreensão de comerciantes em flagrantes que estariam na fila para serem julgados desde a vigência da lei, sendo majoração de preços e mercadorias mal pesadas, a maioria dos delitos processados pela Delegacia de Economia Popular e cometidos por vendedores, farmacêuticos, padeiros, leiteiros e inúmeros outros negociantes.

Data do dia 18 de abril de 1952, a realização efetiva do primeiro Tribunal de Economia Popular, em que o feirante Atábilio Ferro, acusado de majorar o preço das maçãs que vendia em sua barraca foi julgado pelo júri popular. Na semana que antecedeu a realização do primeiro tribunal popular, a *Última Hora* acompanhou o assunto divulgando informações sobre o local de realização do evento, os jurados que foram sorteados para participar etc. Na edição 261, do dia 19 de abril de 1952, o jornal noticiou, com destaque na capa e em uma página interna, que fora absolvido, por três votos contra dois, o primeiro réu do júri popular.

Além da cobertura de todo o julgamento, o jornal destacou também o “excepcional interesse” despertado em torno do primeiro evento, em que a sala de audiência da 5ª Vara Criminal ficou “superlotada”.

Figura 10: Capa da 261ª edição da *Última Hora* com a cobertura sobre a absolvição do primeiro réu do júri popular. Edição 261 – 19/04/1952.



Em maio de 1952 já eram mais de 400 processos entregues à Corregedoria pela Delegacia de Economia Popular, conforme noticiado na edição 282, do dia 15/05. O jornal chama atenção para a morosidade no andamento de tais processos e da falta de instalações específicas para iniciar a realização de tais julgamentos populares.

A Delegacia de Economia Popular remeteu, para a Corregedoria, nada menos de quatrocentos processos. A distribuição foi feita imediatamente. A maioria dos juízes fizeram subir autos para o Tribunal de Justiça sob alegação de somente o Tribunal do Júri ter competência para julgar os réus de economia popular. E o Tribunal de Justiça até hoje não se pronunciou a respeito. Os próximos julgamentos do Tribunal Popular terão lugar na exígua e inadequada sala de audiências da 5a. Vara Criminal. E 2 milhões de cruzeiros acham-se em mãos do desembargador presidente do Tribunal de Justiça para a instalação do Tribunal Popular.<sup>157</sup>

<sup>157</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 15/05/1952, capa. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 26 de novembro de 2015.

Quase dois meses depois da realização do primeiro júri popular, o segundo réu que estava sendo julgado foi absolvido. Desta vez, sem chamada na capa, o jornal noticiou na edição 299, do dia 4 de junho de 1952, que após duas horas de sessão, o farmacêutico João Larrubia de Abreu, foi absolvido por cinco votos a zero, da acusação de ter exposto à venda produtos com preço majorado. Mais uma vez, o jornal pontua que o julgamento teve “grande êxito e despertou muito interesse”.

A crítica contra a idoneidade dos tribunais populares também é respondida em matéria publicada no dia 3 de dezembro de 1952, na edição 455, conforme descrição:

Estes tribunais estão em pleno funcionamento e têm tido um êxito completo. Ao contrário do que profetizavam os detratores da Corte Popular, dizendo que seria ele um tribunal de vingança a condenar, sem contemplações, o Júri de Economia Popular tem se revelado muito equilibrado na sua distribuição de Justiça. Os números de absolvições têm superado grandemente os de condenações, pois, a maioria de flagrantes lavrados pela polícia são ilegais e irregularmente feitos, o que obriga ao Júri absolver os réus.<sup>158</sup>

O jornal utilizou também charges para divulgar a importância da realização dos júris populares e, principalmente, para ilustrar a pressão exercida pelos empresários, comerciantes e demais pessoas contrárias a este tipo de julgamento, como foi o caso das edições 461 e 474, dos dias 10/12/52 e 26/12/52, respectivamente, conforme mostramos nas figuras abaixo.

Figura 11: Charge publicada na edição 461 da *Última Hora*. Edição 461 – 10/12/1952.



<sup>158</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 03/12/1952, capa. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 26 de novembro de 2015.



Figura 12: Charge publicada na edição 474 da *Última Hora*. Edição 474 – 26/12/1952.



Nos anos de 1953 e 1954 houve uma significativa redução no número de matérias sobre este assunto. Em 14 de janeiro de 1953, na edição 489, a *Última Hora* divulgou a primeira condenação do júri popular: seis meses de detenção para Antônio Novelo, quitandeiro processado pelo crime de expor à venda, em sua casa comercial, bacalhau majorado. A escolha das palavras utilizadas pelo jornal para esta divulgação nos chamou a atenção: “Cinco humildes barnabés, vestidos com suas roupas de trabalho, formaram o primeiro júri de economia popular que julgou e condenou, ontem, na 9ª Vara Criminal, o quitandeiro Antônio Novelo”.

Importante registrarmos também que o espaço dado para esta publicação foi bem menor do que o tamanho visto nas matérias publicadas nos anos anteriores. Apesar da chamada na capa, a divulgação sobre a primeira pessoa condenada pelo tribunal popular contou apenas com uma pequena matéria de cinco parágrafos na quinta página do jornal.

Figura 13: Nota na 489ª edição da *Última Hora* com a cobertura sobre a primeira condenação do júri popular. Título: “Seis meses para o quitandeiro”. Edição 489 – 14/01/1953.



A condenação do primeiro grande comerciante, chamado pelo jornal de “tubarão”, a seis meses de cadeia, apesar de ter ganhado um espaço um pouco maior do que o observado na edição citada acima, também foi bem menor do que as páginas inteiras que o jornal reservava para o assunto em 1951 e 1952, conforme imagem abaixo:



Figura 14: Nota na 549ª edição da *Última Hora* com a cobertura sobre a primeira condenação de um grande comerciante. Título: “Condenado um “Tubarão” a seis meses de cadeia”. Edição 549 – 27/03/1953.



Acreditamos que a conjuntura política vivida pelo Brasil a partir de 1953, com o aumento da inflação, a instauração de diversas greves pelo país, a campanha dos opositores e da imprensa contra Vargas e contra a própria *Última Hora* “roubaram” espaço na capa do jornal e os tribunais populares acabaram perdendo força ao longo desses anos.

A edição 662, do dia 10 de agosto de 1953, trouxe uma informação importante. Em matéria sobre o crescimento da população, que na época estava na faixa de 19% e, consequentemente do número de crimes cometidos, que já chegava a 123%, o jornal afirma que especificamente os crimes contra a economia popular cresceram 11,6%. O jornal cita que estes números foram divulgados pela revista “Conjuntura Econômica” com a comparação do crescimento da população com o número de delitos em um mesmo período, apesar da matéria não informar qual foi o período analisado. Ainda sobre os crimes contra a economia popular, o jornal afirma que dos 1.936 casos registrados, 45% deles foram praticados por indivíduos de nacionalidade portuguesa cuja idade variava, de 36 a 40 anos.

Em 1954, o jornal também divulgou um importante balanço sobre o aumento da criminalidade na capital da República: 2.000 desde janeiro até abril de 1954. Há menção, mais uma vez, aos crimes contra a economia popular. Segundo a matéria, entre as Delegacias Especializadas, a de Economia Popular havia iniciado, até então, 153 processos, a de Menores 85 e a de Vigilância 68, tendo sido encaminhados só em janeiro ao Júri Popular nada menos do que 117 processos.

Além da matéria citada acima, outra matéria que nos chamou atenção no ano de 1954 foi a sobre o número de 33 açougueiros que haviam sido julgados pelo júri popular e apenas dois haviam sido condenados. Diferentemente do que aconteceu durante a realização dos simulados, em que nos quatro tribunais populares realizados, houve quatro condenações, percebemos que após a implantação efetiva dos tribunais populares, considerando a diferença na quantidade de juris realizados, a quantidade de julgamentos que terminaram com os réus culpados foi bem menor do que o número de absolvições.

Figura 15: Matéria na 907ª edição da *Última Hora* com a cobertura sobre o julgamento de 33 açougueiros e a condenação de apenas dois. Título: “33 açougueiros julgados pelo júri popular”. Edição 907 – 31/05/1954.



Tanto com a coluna “O povo fala na *Última Hora*” como com a campanha em prol da realização dos tribunais populares para julgar “os crimes contra a economia do povo”, a *Última Hora* conseguiu colaborar com as reivindicações populares ao mesmo tempo em que auxiliava na divulgação de uma imagem positiva do presidente Getúlio Vargas.

Desta forma, o veículo construiu uma conexão entre o getulismo e o trabalhismo, traçando uma estratégia de aproximação e distanciamento do governo Vargas, consolidando-se como um veículo de penetração social com forte impacto tanto no campo jornalístico como no campo político.

### **3.2 – 1953: um ano marcado por grandes greves**

O ano de 1953 tem um significado especial na história política dos últimos 60 anos. Isso porque a crise dos dois últimos anos do governo Vargas foi, como afirma José Álvaro Moisés, “uma expressão das mudanças sociais e políticas que vinham ocorrendo no país desde 1930 e dos consequentes ajustamentos porque passava o comportamento das classes e frações de classe”<sup>159</sup>.

A crise alcançou seu ápice com a greve dos 300 mil e dos marítimos, conforme veremos a seguir, e com as reformas ministeriais de junho de 1953, como analisaremos no próximo capítulo. Ainda de acordo com Moisés, “estes dois fatores apressaram a crise do acordo que integrava a Política de Conciliação de Vargas e acabaram por resultar na tragédia de 1954”<sup>160</sup>.

#### **3.2.1 – Março de 53: greve dos 300 mil**

Como vimos anteriormente, o governo não conseguiu controlar os trabalhadores ao longo do segundo mandato de Vargas. A liberalização do movimento sindical e os problemas decorrentes da alta do custo de vida levaram a uma série de greves no ano de 1953.

A primeira delas foi a greve geral que aconteceu no mês de março em São Paulo e ficou conhecida como a Greve dos 300 mil. Comandada pelo Partido Comunista Brasileiro, contando com filiados do PSD, PTB, PSP e PSD, a Greve dos 300 mil se iniciou com a assembleia geral dos tecelões e teve a gradativa adesão de outras categorias do setor têxtil,

---

<sup>159</sup> MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política (Estudos da greve dos 300 mil em São Paulo – 1953/1954)*, São Paulo, Livraria Editora Polis, 1978, p. 67.

<sup>160</sup> MOISÉS, José Álvaro. op. cit. p. 68.

como marceneiros, carpinteiros, operários do setor de calçados, gráficos, madeireiros e vidreiros. O aumento do salário mínimo, em 60%, era a principal reivindicação dos trabalhadores, mas, como nos salienta Boris Fausto, o movimento “assumiu também um conteúdo de desafio à legislação restritiva do direito à greve”<sup>161</sup>. Abaixo, acompanharemos como foi a cobertura da *Última Hora* desde os momentos anteriores à eclosão da greve até o seu desfecho final.

No dia 18 de março daquele ano, uma passeata chamada de “Panela Vazia” reuniu 60 mil pessoas, que caminharam da Praça da Sé até o Palácio Campos Elísios, então sede do governo do Estado, exigindo reajuste salarial. No noticiário do jornal *Última Hora*, encontramos uma nota na edição do dia seguinte, 19 de março, onde o título dizia “Outra passeata de trabalhadores em São Paulo. Participação direta dos operários na luta contra a alta do custo de vida”. E a nota segue:

Trabalhadores tecelões, metalúrgicos, marceneiros e outras classes operárias de S. Paulo realizaram, ontem, uma demonstração popular, a fim de exigir das autoridades estaduais e municipais sua participação direta, nas providências para a baixa nos preços dos gêneros alimentícios. Algumas fábricas de tecelagem e fiação do Brás tiveram suas atividades paralisadas pelos trabalhadores, no período da tarde, a fim de que pudessem participar da passeata-monstro.<sup>162</sup>

A nota prossegue com o posicionamento do governo perante a paralisação dos trabalhadores, com pronunciamento do governador de São Paulo, Lucas Garcez, diante da multidão operária:

Eu próprio me inscrevo nesta campanha e, diariamente desde o primeiro dia de mandato constitui preocupação do governo o problema do custo de vida. Sei das dificuldades, porque tenho vivido no meio do povo, ao qual venho servindo, sem medir esforços. O Governo, que saiu do povo, conhece as reivindicações populares, atendendo-as sempre com a devida atenção. E se os trabalhadores não acreditassem no governador, não teriam vindo até aqui para entregar-lhe o memorial. Podem regressar às suas oficinas e seus lares. O governo está atento e vigilante, na defesa dos legítimos interesses populares.<sup>163</sup>

---

<sup>161</sup> FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14ª. Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, p. 228.

<sup>162</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 19/03/1953, página 5. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 24 de fevereiro de 2016.

<sup>163</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 19/03/1953, op. cit.

Entendemos que foi uma nota bem discreta e em nenhum momento o jornal cita a palavra “greve”, apesar do texto mencionar que algumas fábricas tiveram seu funcionamento paralisado para que os trabalhadores pudessem participar da “demonstração popular”. Não há menção à quantidade de pessoas que participaram do encontro e, além disso, apesar de ser uma nota curta, o jornal abriu bastante espaço para as palavras do governador, que a todo instante reforçava a preocupação do governo diante do aumento do custo de vida. Por fim, a nota termina com a frase: “as manifestações receberam as palavras do governador sob entusiásticos aplausos e vivas”, o que também tenta reforçar a ideia de uma manifestação pacífica e uma relação amigável entre os trabalhadores e o governo.

Uma semana depois, cerca de 300 mil pessoas paralisaram suas atividades laborais. Já na edição do dia 25 de março, o jornal traz uma nota que afirma que a polícia já estava de prontidão em São Paulo para conter os 200 mil têxteis que ameaçavam iniciar uma greve. A nota afirma ainda que “embora a ordem de greve não tenha sido dada oficialmente pelo sindicato da classe, inúmeras fábricas estão completamente desertas, elevando-se a sete mil o número de tecelões que cruzaram os braços hoje”.<sup>164</sup> Sem mencionar qualquer posicionamento do governo, a nota acrescenta que o movimento paredista era resultante da demora dos sindicatos patronais em responder ao memorial no qual os tecelões reivindicavam um aumento de 60% sobre os salários vigentes na época.

No dia seguinte, na edição do dia 26 de março, diferentemente das coberturas anteriores em menor proporção, a notícia ganhou espaço na capa do periódico: “Têxteis e Metalúrgicos no maior protesto do país. Duzentos mil operários entrarem em greve hoje na cidade de São Paulo”.

---

<sup>164</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 25/03/1953, página 2. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 24 de fevereiro de 2016.

Figura 12: Jornal *Última Hora*, capa, edição do dia 26 de março de 1953.



Além da capa, o jornal abriu bom espaço na página 4 para repercutir o assunto. É interessante comentarmos alguns pontos citados na matéria. Logo no início do texto, o jornal cita que a polícia estava exercendo rigorosa vigilância na porta das fábricas, “tendo, em alguns casos, excedido de suas funções, espancando homens, mulheres e crianças, e ocasionando pânico entre os operários grevistas”. Especificamente sobre este assunto, a nota do DOPS dizia: “Em face do movimento grevista, com indício de agitação extremistas, o DOPS declara que está pronto a garantir, eficientemente, aqueles que desejam trabalhar, bem como a propriedade particular. A ordem será razoavelmente mantida, estando proibidos desfiles, passeatas, reuniões não permitidos por lei”.

A matéria não traz nenhum posicionamento do governo perante a greve e ainda afirma que havia críticas dos tecelões à atuação da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, que segundo eles somente enviava inspetores às assembleias operárias para apontar à polícia o nome dos oradores e não sabiam usar o aparelhamento de que dispunham para exigir o cumprimento das leis protecionistas do direito dos trabalhadores.

A cobertura da greve seguiu ao longo dos 20 dias de paralisação, com chamadas na capa do periódico e matérias reforçando o apelo dos líderes aos grevistas e as declarações dos dirigentes dos tecelões e dos metalúrgicos, principais classes presentes na greve. A edição do

dia 28 de março traz o título da matéria “Desmascarada a provocação contra São Paulo” em que o jornal afirma que, apesar da greve em curso, eram boatos as informações divulgadas por jornais concorrentes de que a cidade de São Paulo estava vivendo uma enorme perturbação da ordem pública. Para isso, o jornal entrevistou Nelson Rusticci, presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Têxteis, que afirmou:

Os trabalhadores de São Paulo, não admitirão, em nenhuma hipótese, qualquer tentativa de quebra-quebra. Desde o início do movimento, os operários em greve têm demonstrado que o seu movimento é pacífico e que visa unicamente o aumento dos seus salários. As denúncias de eventuais desordens não passam de manobras visando criar um clima intencional de perturbação.<sup>165</sup>

Além de confirmar as declarações de Rusticci, o jornal afirmou ainda que já havia uma curva descendente da greve, não só com a diminuição dos trabalhadores parados, como pelo fato de ter começado uma série de entendimentos com os patrões, muitos dos quais já haviam feito propostas de conciliação.

Mas na prática, não foi o que aconteceu. A edição do dia 30 de março traz matéria afirmando que 38 novas empresas aderiram ao movimento paulista e que seria realizada naquele dia uma mesa-redonda, entre patrões e empregados, para decidir os rumos da greve. Além disso, a matéria afirma que as prisões dos trabalhadores continuavam. O jornal deu espaço para a publicação, na íntegra, de comunicado assinado pelo sindicato dos têxteis que afirmava que o movimento “se desenvolvia em ordem e num entusiasmo crescente”<sup>166</sup>. Em contrapartida, mais uma vez, não há nenhum posicionamento do governo perante às reivindicações.

No dia seguinte, na edição do dia 31 de março, apesar das declarações do Delegado Regional do Trabalho, assegurando que não ultrapassava de 40 mil o número de trabalhadores em greve, a reportagem da *Última Hora* pode constatar que todas as grandes fábricas estavam paralisadas e as adesões continuavam, calculando-se em 85 mil o total de paredistas. A matéria reforça ainda a adesão de mais duas categorias: a dos bancários e a dos gráficos.

Finalmente na edição do dia 1º de abril, o jornal publicou declarações do Ministro do Trabalho, Segadas Viana, sobre as reivindicações dos tecelões paulistas:

---

<sup>165</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 28/03/1953, página 3. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 24 de fevereiro de 2016.

<sup>166</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 30/03/1953, página 3. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 24 de fevereiro de 2016.

O Ministério do Trabalho tudo tem feito no sentido de conciliação entre patrões e empregados. Infelizmente, tem havido intransigência de parte a parte para a solução do dissídio entre os tecelões e os industriais têxteis. Os operários pleitearam junto à Justiça do Trabalho 65% de aumento dos salários. Na primeira audiência de conciliação, os juízes propuseram um aumento de 23%, baseados nos dados estatísticos que apontam essa percentagem como índice do aumento do custo de vida. Mas os patrões, apesar disso, só querem pagar mais 15%. Esta é a realidade.<sup>167</sup>

A edição do dia 2 abril também abriu grande espaço para a divulgação sobre o desenrolar da greve. A reportagem serviu para reforçar o posicionamento político do jornal frente às desordens que estavam acontecendo durante este período, envolvendo comunistas, ademaristas e policiais. Isso porque, segundo a matéria informa, acontecia em São Paulo dois movimentos distintos, completamente independentes nas suas causas.

De um lado as greves deflagradas pelos sindicatos, como epílogo de um longo processo de reivindicação de salários, “ante o qual as autoridades do Ministério do Trabalho, se conduziram com absoluto formalismo, aceitando sem reação a intransigência de patrões e de empregados e lançando sobre a Justiça do Trabalho toda a responsabilidade de solução”<sup>168</sup>. E, de outro, a agitação contra a carestia de vida, “organicamente estruturada por agitadores profissionais e que procurou colher, sem resultado, no seio da massa operária, os elementos humanos de insurreição”<sup>169</sup>. O jornal afirma ainda que “agentes comunistas e ademaristas queriam confundir – os dois movimentos – com objetivos de subversão para dar a impressão que eram eles os líderes de um amplo movimento popular, destinado a exercer pressão sobre o Governo Estadual”<sup>170</sup>.

A matéria critica ainda os momentos de “violência inútil” e “incompreensão da polícia”, desencadeando uma reação de pânico e contribuindo para exacerbar ainda mais os ânimos dos envolvidos e o posicionamento da Justiça do Trabalho neste contexto:

O caso dos tecelões vem provar com insistência a impossibilidade de continuarmos na dependência da Justiça do Trabalho para resolver os conflitos de salário. Para solução de dissídios dessa ordem – já não é possível deixar de encontrar uma nova fórmula de encontro de interesses, que se coadune com o período de crise de nossa conjuntura econômica. A menos

---

<sup>167</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 01/04/1953, página 3. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 24 de fevereiro de 2016.

<sup>168</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 02/04/1953, página 3. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de fevereiro de 2016.

<sup>169</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 02/04/1953, página 3. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de fevereiro de 2016.

<sup>170</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 02/04/1953, página 3. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de fevereiro de 2016.



que se continue a assistir o que vemos em São Paulo: - pedidos de aumento, conflito de propostas e depois a greve como ambiente da decisão grave e demorada de juízes completamente alheios ao problema econômico, enquanto novos Comitês de Carestia procurarão criar novas arruaças em outras ruas de outras capitais.<sup>171</sup>

Interessante o posicionamento do jornal na edição do dia 4 de abril de 1953, cujo título da matéria que repercutia o tema greve foi “Os Ministros do Trabalho e da Viação foram gozar os feriados”, reforçando a ausência dos importantes líderes em um momento tão crucial, sugerindo, inclusive “reparos gerais”, entendidos como a indicação do jornal, inclusive, para uma reformulação ministerial. Estrategicamente o jornal pontua que a reportagem política, por outro lado, tendo procurado entrar em contato com o Palácio Rio Negro, não teve dificuldades de encontrar, “em pleno trabalho”, o Presidente da República. Desta forma, o jornal deixa bem claro a diferente visão que deseja passar aos leitores sobre a atuação efetiva do presidente em detrimento à ausência do responsável direto pela condução do desenrolar da greve, o Ministro do Trabalho, Segadas Viana.

A cobertura do jornal prosseguiu ao longo dos demais dias em que a greve esteve em vigor, com a publicação de matérias diárias durante este período, destacando o entendimento e a cooperação direta que o presidente Getúlio Vargas estava dando à situação, estabelecendo o que o jornal chamou de “nova fase conciliatória na disputa entre patrões e empregados”.

A edição do dia 17 de abril de 1953 trouxe em sua capa a manchete “Dia decisivo para a greve”, no qual haveria uma votação secreta dos diversos sindicatos envolvidos para decidir a volta ao trabalho mediante o aumento de 32%, libertação dos trabalhadores presos e pagamento dos atrasados.

Finalmente, no dia seguinte, 18 de abril, após 24 dias desde o início da paralisação dos trabalhadores, o jornal *Última Hora* trouxe como manchete do dia o fim da greve. “Terminou a greve dos tecelões bandeirantes” era o título da matéria, que, conforme adiantado no dia anterior, foi alcançada após o aceite dos sindicatos pelo aumento de 32% no salário. Por 7.337 votos contra 851, a Assembleia conjunta dos quatro Sindicatos autorizou a celebração do acordo com os industriais. Segundo o jornal, o agradecimento dos trabalhadores pelo fim do movimento paredista deu-se a duas pessoas: ao presidente Getúlio Vargas, “pela contribuição dada aos entendimentos” e ao governador Lucas Garcez, “principal mediador e fiador do entendimento entre patrões e operários”.

---

<sup>171</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 02/04/1953, página 3. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de fevereiro de 2016.

O retorno ao trabalho dos operários só aconteceu mesmo 27 dias após o início da greve e a *Última Hora* abriu espaço novamente na manchete do dia 24 de abril para noticiar: “Vargas proibiu qualquer intervenção nos Sindicatos e a greve acabou com vitória dos operários”. Esta matéria é emblemática para a nossa análise. Já na chamada podemos perceber a intenção do jornal em reforçar o posicionamento de Vargas a favor dos sindicatos e dos operários destacando, ainda, que “Segadas quis atrapalhar”.

E a matéria segue:

Podemos agora revelar que o Sr. Segadas Viana, Ministro do Trabalho, insistiu diversas vezes por uma intervenção dos Sindicatos grevista, os quais, segundo a informação ministerial, estariam dominados por agitadores. Sustentava o Ministro do Trabalho ser também esse o pensamento do Governador de São Paulo. O Presidente da República, entretanto, proibiu qualquer intervenção nos Sindicatos, por motivo do exercício ordeiro e pacífico do direito de greve.<sup>172</sup>

Percebemos que, ao longo da cobertura desta greve, o jornal, por diversas vezes, quis reforçar como foram distintas as atuações do presidente Getúlio Vargas e do Ministro do Trabalho, Segadas Viana, para o fim do movimento paredista. Enquanto o primeiro teve papel principal da condução em prol dos entendimentos, o segundo se mostrou um ministro ausente e que, inclusive, foi acusado de querer atrapalhar os acordos firmados, ao insistir por uma intervenção direta nos sindicatos, proibida pelo presidente.

### **3.2.2 – Junho de 53: greve dos marítimos**

Já a Greve dos Marítimos envolveu cerca de 100 mil trabalhadores e os sindicatos participantes solicitavam aumento salarial, melhora das condições de trabalho e o afastamento da diretoria da Federação dos Marítimos, acusada, como afirma Boris Fausto, de vinculações com o Ministério do Trabalho<sup>173</sup>.

Desde o dia 2 de junho de 1953, a *Última Hora* começou a noticiar sobre o movimento dos náuticos e dos operários navais, além de outras classes marítimas, para preparação de uma greve, que seria decretada no dia 16 do mesmo mês, reivindicando o pagamento do quinquênio, melhor alimentação, abono, além do aumento salarial. O jornal aponta para a adesão de 100 mil marítimos ao movimento paredista.

---

<sup>172</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 24/04/1953, capa. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de fevereiro de 2016.

<sup>173</sup> FAUSTO, Boris. op. cit., p. 229.

Na edição do dia 12 de junho, o jornal trouxe uma chamada na capa dando destaque à declaração de Getúlio Vargas sobre o novo movimento grevista. “As reivindicações dos trabalhadores não podem ser consideradas simples casos de polícia.”<sup>174</sup> foi o depoimento do presidente com relação ao movimento dos marítimos. O jornal reforça ainda que a posição de Vargas era “examinar as reivindicações dos trabalhadores dentro do melhor espírito de compreensão e harmonia”.<sup>175</sup>

No dia anterior à deflagração da greve, na edição do dia 15 de junho, o jornal noticiou que a paralisação dos navios já estava articulada e que o Ministério do Trabalho tentava, ainda, evitar a paralisação dos marítimos. Mas, de nada adiantou. No dia seguinte, 16 de abril, o jornal noticiou em sua capa que 80 mil marítimos estavam em greve, reforçando, porém, que já iniciava naquele mesmo dia o entendimento dos grevistas com o então novo Ministro do Trabalho, João Goulart. Como veremos no capítulo seguinte, será de extrema importância para este trabalho avaliar o posicionamento da *Última Hora* em relação à atuação de Jango frente ao Ministério do Trabalho. Nesta seção, focaremos nossa atenção especificamente na cobertura da Greve dos Marítimos, apesar de entendermos que estes dois assuntos se sobrepõem constantemente.

Já no dia seguinte à deflagração da greve, 17 de abril, a manchete do jornal, frente à paralisação de 300 navios em todo o país, afirmava: “Vargas dará solução imediata à greve da marinha mercante”, mostrando a agilidade do governo em tomar medidas para por fim à greve o quanto antes.

O posicionamento de Vargas no desenrolar desta greve foi constantemente reforçado durante a cobertura jornalística da *Última Hora*. Assim como citado nas edições anteriores, no dia 18 de junho, mais uma chamada na capa do jornal: “Intervenção de Vargas para a solução da Greve dos Marítimos”.

Após a sua posse, no dia 19 de junho, o jornal já noticiava a intervenção de João Goulart no desenrolar da greve, afirmando que o novo ministro “esperava resolver a greve já nas próximas horas”, pontuando inclusive que havia marítimos durante a cerimônia de posse de Jango no Palácio do Trabalho.

E assim continuou a cobertura do jornal, noticiando na edição do dia 20 de junho a realização de reunião decisiva para terminar a greve, com o “novo ministro do trabalho

---

<sup>174</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 12/06/1953, capa. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de fevereiro de 2016.

<sup>175</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 12/06/1953, capa. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de fevereiro de 2016.

empenhado em obter a conciliação” e “a esperança dos grevistas se volta agora para o novo Ministro do Trabalho, que já está inteirado de todos os principais pontos das reivindicações da classe”. No dia 22 de junho, o jornal mostra um Jango confiante: “nas próximas horas o fim da greve”, ao entregar para Vargas as conclusões do Ministério do Trabalho sobre os entendimentos entre empregados e empregadores.

No dia 26 de junho, 10 dias após o início da greve, o jornal noticiou que zarpariam, ainda naquele dia, as primeiras embarcações paralisadas pela greve, após as reivindicações serem “plenamente atendidas”. Nesta matéria, o jornal abriu espaço para uma declaração importante de João Goulart a respeito dessa greve e do posicionamento geral dele como Ministro do Trabalho, além de críticas contra a atuação do ministro anterior, Segadas Viana:

O Sr. João Goulart, momento antes da assinatura do acordo, declarou que somente será Ministro do Trabalho enquanto puder falar livremente com os trabalhadores, pois não compreendia um titular dessa Pasta afastado das massas operárias. Anunciou, a seguir, a fiscalização da aplicação das leis que beneficiam aos trabalhadores, com a participação ativa dos sindicatos e contava, para isso, com a cooperação dos líderes. Disse também o Ministro do Trabalho que ambas as partes deram uma prova de compreensão nesta emergência. O Sr. Getúlio Vargas, de sua parte, tomou todas as providências para que fossem atendidos os trabalhadores do mar. Dessa maneira, acentuou, estavam de parabéns os marítimos pela sua vitória. O Sr. João Goulart fez, a seguir, um apelo aos trabalhadores: antes de entrar em greve procurem o Ministro do Trabalho, para apresentar suas reivindicações. Na qualidade de Ministro, tem abertas as portas do seu gabinete para atender a todos que o procurarem.<sup>176</sup>

Essa declaração final de João Goulart é bastante importante para a nossa pesquisa, uma vez que reforça a atuação do novo ministro do Trabalho: portas abertas do ministério aos trabalhadores para evitar novos motins. É interessante pensarmos que a cobertura desta greve por parte da *Última Hora* procurou em todas as matérias publicadas reforçar o posicionamento do governo a favor das reivindicações e em prol de um acordo o quanto antes, através da publicação de declarações de Vargas ou de Jango.

A postura do jornal contra a atuação de Segadas Viana também fica bem explícita. Isso porque, como nos lembra Ferreira, o ex-ministro não demorou em declarar a ilegalidade do movimento e negou-se a qualquer negociação. “Um dos fundadores do PTB e homem de grande preparo técnico, o ministro do Trabalho, contudo, apegava-se excessivamente à legislação trabalhista elaborada na época do Estado Novo e, mesmo em outra conjuntura, não admitia articulações políticas na área sindical”. Ou seja, a gestão de Viana era vista como

---

<sup>176</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 26/06/1953, capa. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de fevereiro de 2016.

ultrapassada e não recebia apoio do jornal, enquanto que as atitudes de Jango eram exaltadas. Ou seja, um era o culpado e o outro o “herói”<sup>177</sup>.

A *Última Hora* contribuía, assim, para a repercussão das ações de Jango, impactantes para a época. Segundo Angela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araujo, em sua atuação no Ministério, “não podem ser minimizadas as inovações que dizem respeito ao estilo de relacionamento com as lideranças sindicais e com as massas trabalhadoras”.<sup>178</sup>

Finda a greve, o assunto ainda repercutiu por alguns dias, principalmente com elogios a atuação de João Goulart no desfecho do movimento. No dia 27 de junho, segundo o jornal, a ação de Jango na greve dos marítimos foi elogiada no Senado, pelos parlamentares Carlos Gomes de Oliveira (PTB de Santa Catarina) e Domingos Velasco (PSB de Goiás), principalmente “por sua alta compreensão do direito dos trabalhadores”.<sup>179</sup>

A edição do dia 29 de junho também é importante para a nossa análise, principalmente no que diz respeito à relação de Jango com os comunistas logo no início de sua atuação à frente do Ministério do Trabalho. A edição deste dia do jornal traz a seguinte manchete: “O Q. G. de Prestes articulou a greve geral para sábado. Reação da massa sindical contra os agentes da subversão. Jango derrota o esquema do chefe vermelho”. A matéria segue relatando que Jango, durante quatro dias e quatro noites, debateu com os grevistas a solução para as suas reivindicações e que assim “venceu o esquema subversivo de Luís Carlos Prestes”.

O país esteve sábado na iminência de ser abalado por perigosa greve geral, insuflada pelos comunistas com objetivos políticos, como sempre disfarçados sob algumas das justas reivindicações dos trabalhadores brasileiros. (...) A pronta intervenção do novo Ministro do Trabalho, Sr. João Goulart, fez abortar esse audacioso plano, elaborado pelo comando supremo do Partido Comunista, sob as ordens diretas de Luís Carlos Prestes, cuja intervenção ostensiva na articulação da greve ficou mais do que documentada, inclusive através de manifesto dirigido pelo líder vermelho aos marítimos brasileiros em greve. (...) Mobilizando todos os recursos ao seu dispor, o Ministro do Trabalho dirigiu pessoalmente as negociações com os líderes grevistas, impedindo desde logo que a mesma assumisse as proporções que os agentes vermelhos pretendiam fazê-la alcançar. Durante quatro dias e quatro noites, praticamente sem dormir mais do que algumas horas, o Sr. João Goulart, comandou as negociações com os dirigentes da greve dos marítimos, enquanto, por outro lado, desenvolvia esforços para que outros sindicatos não se deixassem envolver pelo esquema de Prestes. Finalmente, esclarecidos os

<sup>177</sup> FERREIRA, Jorge, 2005, op. cit, p. 102.

<sup>178</sup> GOMES, Angela de Castro e D’ARAUJO, Maria Celina. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 67.

<sup>179</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 27/06/1953, capa. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 25 de fevereiro de 2016.

trabalhadores sobre os objetivos do plano vermelho, teve início vigorosa reação da própria massa sindical, que, nas assembleias sucessivas realizadas para a discussão dos rumos da greve, acabou por impor seu ponto de vista conciliatório. E a greve geral abortou pela ação direta do Ministro do Trabalho, apoiado por um número crescente não só das direções sindicais, como de compactas massas de operários, cuja disposição de impedir a expansão da greve foi o fator decisivo para a derrota final do plano de subversão comunista.<sup>180</sup>

Nesta matéria, especificamente, o jornal *Última Hora* deixa bastante claro o seu posicionamento perante temáticas como greve, comunismo, sindicalismo e, principalmente, sobre a atuação de Jango à frente do Ministério do Trabalho. Conforme ilustra a figura abaixo, esta matéria teve destaque na capa de tal edição, onde além da chamada, o jornal optou por publicar todas as informações logo na primeira página.

Figura 13: Jornal *Última Hora*, capa, edição do dia 29 de junho de 1953.



A mudança na pasta do Ministério do Trabalho, segundo o jornal, foi fundamental para a condução do governo frente à greve dos marítimos e a definição por um rápido e satisfatório desfecho. Diferentemente da primeira cobertura analisada (Greve dos 300 mil), em que o governo se mostrava pouco atuante no que diz respeito ao desenrolar da greve e às

<sup>180</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 29/06/1953, capa. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 27 de fevereiro de 2016.

reivindicações dos trabalhadores, desta vez, o jornal abriu espaço e destacou a atuação direta do novo Ministro, João Goulart, reforçando que o gabinete agora estava aberto para ouvir as reivindicações dos trabalhadores e, assim, evitar futuras greves e paralisações.

A figura de Vargas também foi destacada nesta cobertura, onde o jornal reforça o posicionamento aberto do presidente para examinar as reivindicações dos trabalhadores, no “espírito de compreensão e harmonia” e sem serem consideradas como simples casos de polícia. Estas declarações fortalecem a imagem de Vargas e o coloca ao lado do povo.

Para celebrar o fim da greve e a nomeação dos diretores eleitos para o Ministério do Trabalho, o jornal *Última Hora* abriu espaço na capa, do dia 30 de junho, para a publicação da seguinte matéria: “Jango, no sindicato dos operários navais: o Ministério do Trabalho será a trincheira dos trabalhadores”. E a matéria prosseguiu com o depoimento de Jango:

Preciso dos trabalhadores para levar a efeito uma obra de paz social, para reforçar a unidade operária, e para, também vencer os focos de reação. Tudo farei para prestigiar os autênticos líderes. As portas do meu gabinete estão abertas a todos os que representam, de fato, a massa trabalhadora. Mas essas mesmas portas continuarão fechadas para os falsos líderes, os exploradores e inimigos dos assalariados. O Brasil precisa dos líderes operários. Precisa, outrossim, dessa unidade demonstrada na greve dos marítimos, tão indispensável ao desenvolvimento do sindicalismo. Unidos, os trabalhadores conquistarão suas reivindicações.<sup>181</sup>

A presença dos marítimos durante este encontro ajuda a confirmar que, inclusive, uma das reivindicações destes trabalhadores era justamente a nomeação do presidente do PTB para o cargo de ministro. João Goulart tornou-se, então, o principal interlocutor governamental e sua nomeação como Ministro do Trabalho foi entendida pelos trabalhadores também como uma vitória do movimento grevista.

De acordo com Angela de Castro Gomes, a greve dos marítimos foi emblemática para João Goulart. Conforme afirma a autora, com o término da greve, Jango assumiu de forma efetiva o cargo de ministro do Trabalho, onde pode começar a montar a sua equipe de trabalho e iniciar uma política pautada nas diretrizes do PTB e do governo de Vargas. “Neste exato momento, ele foi identificado como um ministro capaz de desenvolver uma política de

---

<sup>181</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 30/06/1953, capa. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 27 de fevereiro de 2016.

tolerância, que evitasse a luta entre as classes e que encaminhasse um diálogo com variados tipos de lideranças sindicais, estivessem elas ou não em postos de diretoria”.<sup>182</sup>

Analisaremos com mais profundidade a cobertura da *Última Hora* sobre a atuação de João Goulart no cenário político da época, ou seja, o espaço dado a sua nomeação para o Ministério do Trabalho, a forma como as suas ações como ministro foram divulgadas para a população e a abordagem sobre a sua saída da pasta no próximo capítulo. Desta forma, entendemos que será possível identificar nas páginas do jornal a importância de Jango para a narrativa trabalhista e o papel desempenhado pelo periódico para a propagação deste projeto.

---

<sup>182</sup> GOMES, Angela de Castro. *Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores?* IN: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 45.



## 4. A REPRESENTAÇÃO DO TRABALHISMO NAS PÁGINAS DA *ÚLTIMA HORA*

### 4.1 Breve histórico sobre o trabalhismo no Brasil

O termo trabalhismo é conhecido mundialmente para conceituar o trajeto percorrido pelos trabalhadores em busca de seus direitos políticos, econômicos e sociais. Segundo Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D'Araújo, neste movimento, iniciado no século XIX, podemos incluir a luta pelo reconhecimento dos sindicatos enquanto interlocutores legítimos, a criação de partidos de trabalhadores e a defesa do direito de representação política dos trabalhadores. De acordo com as autoras, o caso mais emblemático “é o do trabalhismo inglês, do qual derivou no início do século XX o Labour Party. No Brasil, o trabalhismo esteve sempre mais associado a uma política pública estatal do que a uma intervenção autônoma do movimento dos trabalhadores”<sup>183</sup>.

No caso brasileiro, o “trabalhismo getulista” ficou conhecido através do conjunto de leis, atos, instituições e providências legais tomadas durante os dois governos de Getúlio Vargas, visando assegurar os direitos dos trabalhadores e regulamentar o mercado de trabalho. Ainda segundo as autoras citadas acima “numa versão oficial que se tornou hegemônica”<sup>184</sup>, neste período, o Estado teria conduzido o processo de criação e concessão das leis sociais, antecipando-se às demandas dos trabalhadores e controlando de forma ativa o processo de implementação da política trabalhista brasileira. Para isso, uma série de mecanismos foi utilizada durante o Estado Novo de forma a aproximar o poder público e a população.

Segundo Maria Vitória Benevides<sup>185</sup>, o trabalhismo getulista expressava-se em três grandes linhas: o nacionalismo, a “justiça social”, com a exaltação da legislação trabalhista, e o sindicalismo populista. Como eixo unificador, temos a noção de um Estado interventor e “organizador”, baseado no projeto de emancipação nacional e desenvolvimento econômico.

Para Jorge Ferreira, o nome trabalhismo deriva das diversas políticas públicas realizadas por Getúlio Vargas entre 1930 e 1945. Segundo o autor, foi a partir de 1942 que este conjunto de políticas recebeu o nome de trabalhismo. O autor salienta que, durante este período, as expressões trabalhismo e getulismo possuíam o mesmo significado para a

---

<sup>183</sup> GOMES, Ângela de Castro e D'ARAUJO, Maria Celina, 1989, op. cit, p. 81.

<sup>184</sup> GOMES, Ângela de Castro e D'ARAUJO, Maria Celina. op. cit. p. 81.

<sup>185</sup> BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: 1989, p. 94.

população brasileira e que foi nos anos 50 que o projeto trabalhista tornou-se mais consistente no quadro político da época, “em especial pelo crescimento do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)<sup>186</sup>”.

De acordo com Lucília Delgado, o tempo do trabalhismo foi marcado por ambiguidades e contradições. Segundo ela, o trabalhismo

significou paradoxalmente dirigismo, paternalismo e potencial de autonomia para sujeitos históricos, como eram os trabalhadores. Foi marcado pelo personalismo de seus líderes, mas acalentou proposições cooperativas e coletivistas. Significou busca de aperfeiçoamento do capitalismo, buscando humanizá-lo para reforçá-lo, mas também representou alguma possibilidade de aproximação com o socialismo reformista. Traduziu repúdio às classes, mas ao mesmo tempo acabou por incentivar reivindicações de forte teor conflitivo por parte dos trabalhadores. Mas, independentemente de tais paradoxos, não deixou de se traduzir em um programa cujo principal ingrediente era a crença na resolução dos problemas sociais do país, na superação do subdesenvolvimento que assolava a economia brasileira e na construção de uma nação mais soberana.<sup>187</sup>

O programa da Revolução de 30 e posteriormente a série de leis, atos e instituições criadas durante o Governo de Getúlio Vargas até 1945 ajudaram a construir uma nova mentalidade nas esferas econômica, política e social e a formular princípios e métodos que vieram a se consolidar no conceito de trabalhismo brasileiro<sup>188</sup>.

Desde o primeiro momento, a liderança que chegou ao poder com a Revolução, dedicou grande atenção ao problema trabalhista e social. Em 1930, a fundação do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) foi um marco para o fim do liberalismo econômico. Segundo Jorge Ferreira<sup>189</sup>, foi neste período, que o Estado passou a intervir de forma mais organizada na economia e nas relações entre empresários e trabalhadores. Para marcar a posição intervencionista do grupo que assumiu o poder, a primeira medida foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. “Os empresários se fizeram representar no Estado por meio de conselhos técnicos, nos quais, junto com os funcionários do governo, elaboraram políticas públicas de desenvolvimento nos

---

<sup>186</sup> FERREIRA, Jorge. *Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacionalismo-estadismo e populismo*. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth, FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 295.

<sup>187</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves, 2010, op. cit, p. 202.

<sup>188</sup> Sobre a criação da imagem de Getúlio Vargas como doador da legislação trabalhista e o uso dos meios de comunicação para esta propagação, ver GOMES: 2005.

<sup>189</sup> FERREIRA, Jorge. 2012, op. cit. p. 296.

campos do comércio exterior, de fontes de energia elétrica, da política industrial, do planejamento econômico, entre outras”<sup>190</sup>.

A política intervencionista do governo Vargas inseria o Brasil no mundo industrial moderno. Ao mesmo tempo em que o Estado intervinha na economia em prol do desenvolvimento econômico do país, também realizava políticas públicas de valorização do trabalho e do trabalhador brasileiro.<sup>191</sup>

Além dos progressos nas áreas de educação, saúde e previdência, foi nesta época que entrou em vigor um conjunto de leis sociais para garantir o direito dos trabalhadores. Segundo Ferreira, “entre 1931 e 1934, em apenas quatro anos, portanto, toda a legislação trabalhista, à exceção do salário mínimo, foi promulgada: limitação da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e infantil, horas extras, férias, proteção à mulher grávida, pensões e aposentadorias, entre diversas outras”<sup>192</sup>.

Como exemplo das mais relevantes medidas tomadas pelo Governo de Vargas, podemos citar: a extensão da estabilidade no emprego e nas pensões e aposentadorias aos empregados em serviços públicos de luz, força, tração, telefone, água, esgoto etc., ocorrida em 1931<sup>193</sup>; a limitação da jornada de trabalho a 8 horas no comércio e na indústria, a regulamentação das condições de trabalho das mulheres e dos menores, a concessão de estabilidade, pensões e aposentadorias aos mineiros, a criação de juntas de conciliação e julgamento, bem como a instituição das convenções coletivas de trabalho, decretadas em 1932<sup>194</sup>, além da instituição da Carteira de Trabalho como sendo um instrumento de controle bem eficaz sobre a população trabalhadora (urbana), também no mesmo ano; em 1933 temos a nova lei de férias para os comerciários e a estabilidade, pensões e aposentadorias para os marítimos<sup>195</sup>; e o Instituto dos Comerciários, o Instituto dos Estivadores e o Instituto dos Bancários, beneficiando essas categorias com estabilidade no emprego, pensões e aposentadorias, que apareceram em 1934.

---

<sup>190</sup> FERREIRA, Jorge. 2012, op., cit., p. 296-297.

<sup>191</sup> Segundo Ferreira, 2012, op., cit., p. 297, data deste período a criação de um sistema de saúde pública, com a construção de grandes hospitais, um vasto programa de previdência social, um sistema de educação universal e público.

<sup>192</sup> FERREIRA, Jorge. 2012, op., cit., p. 298.

<sup>193</sup> ROCHA BARROS, Alberto da. *Origem e evolução da legislação trabalhista*. Rio de Janeiro: Lermmert, 1969, p. 74; VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª. edição, 1978), p. 148.

<sup>194</sup> VIANNA, op., cit., p. 148.

<sup>195</sup> ROCHA BARROS, Alberto. op., cit., p. 74.

Por fim, a “mais característica das leis trabalhistas brasileiras”<sup>196</sup> – a Lei nº 62, que estendeu a estabilidade aos operários e instituiu a indenização por dispensa injusta para os empregados no comércio e na indústria – foi aprovada pelo Congresso Nacional em 1935<sup>197</sup>, seguindo-se a ela a criação do Instituto dos Industriários, em 1936<sup>198</sup>.

Como citado anteriormente, o conjunto de políticas públicas colocadas em vigor durante o primeiro governo de Vargas, como os benefícios sociais para os trabalhadores e a atuação do Estado como agente regulador das relações entre assalariados e empresários, recebeu, a partir de 1942, o nome de “trabalhismo” e, a seguir, foi institucionalizado como projeto político com a criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1945.

Lucília Delgado lembra que, mesmo através da pluralidade de proporções que conformavam o programa de reformas que se projetava para o país nesta época, “sua ênfase nacionalista e distributiva caracterizou-se como fator constitutivo da identidade de uma conjuntura histórica peculiar”.<sup>199</sup> Ainda segundo a autora, dentre os diferentes partidos e segmentos que fizeram parte da construção deste projeto político e social, destacou-se o Partido Trabalhista Brasileiro que apresentou um “projeto nacional bastante preciso, bem definido e concatenado com a visão de futuro que alimentou as esperanças de parte da população brasileira em um tempo singular da história republicana brasileira”.<sup>200</sup>

Vale lembrarmos que foi a partir de 1943, que o ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, começou a transmitir pelo rádio, durante a Hora do Brasil, uma série de palestras dirigidas aos trabalhadores. José Murilo de Carvalho afirma que o programa, que era de transmissão obrigatória por todas as rádios, creditava ao Estado Novo o estabelecimento da dignidade do trabalho e do trabalhador. Durante a transmissão, eram citadas as leis trabalhistas e previdenciárias, além de outros programas do governo, como os de construção de casas populares e de oferta de alimentação barata. “O regime era apresentado como identificado com o povo e, como tal, democrático. Vargas era exaltado como o grande estadista que se tinha aproximado do povo, que lutava pelo povo, que se identificava com o povo.”<sup>201</sup>

---

<sup>196</sup> ROCHA BARROS, Alberto, op., cit., p. 74.

<sup>197</sup> ROCHA BARROS, Alberto, op., cit., p. 75.

<sup>198</sup> ROCHA BARROS, Alberto, op., cit., p. 76.

<sup>199</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves, op. cit., p. 172.

<sup>200</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves, op., cit., p. 173.

<sup>201</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 124-125.

A trajetória do movimento trabalhista brasileiro, especialmente a partir de 1945, como afirma Lucília Delgado, quando foi fundado o Partido Trabalhista Brasileiro, foi bastante marcada pela estreita veiculação do referido partido com um projeto para o Brasil, que “tinha como suporte principal uma concepção distributivista de bens e benefícios”.<sup>202</sup>

Já em 1950, com a volta de Getúlio Vargas à presidência – que baseou sua campanha na defesa da industrialização e na necessidade de se ampliar a legislação trabalhista –, desta vez “pelos braços do povo”, diversos grupos nacionalistas e de esquerda, o movimento sindical e os comunistas adotaram o projeto como forma de reivindicação, agregando a ele novos elementos de caráter reformista. Dentre as principais exigências, segundo Jorge Ferreira<sup>203</sup>, estavam:

manutenção e ampliação das leis e dos benefícios sociais; soberania nacional, luta pela reforma agrária, defesa das empresas estatais em setores estratégicos, como a Petrobras; tradição da unicidade sindical; demandas por educação e saúde públicas de qualidade; reajustes salariais garantindo o poder de compra dos trabalhadores; fortalecimento do poder público ante as ambições desmedidas dos grupos privados; regulamentação e disciplinamento do mercado; programas para desconcentrar a renda, entre outras políticas públicas.

Desde o início do seu segundo governo, Getúlio não deixou de lado uma de suas principais bases de apoio para retornar ao poder: os trabalhadores urbanos. Segundo Boris Fausto, foi no comício de 1º de maio de 1951, realizado no estádio de São Januário, que Getúlio deu um grande passo no estabelecimento de laços mais consistentes com a classe operária, incentivando a organização sindical dos trabalhadores para que o ajudassem na luta contra “os especuladores e os gananciosos”. “Ao mesmo tempo, aboliu a exigência do “atestado de ideologia” para a participação na vida sindical. Com isso, favoreceu o retorno dos comunistas e dos excluídos em geral durante o período Dutra.”<sup>204</sup>

#### **4.1.1 Trabalhismo e Getulismo**

O discurso do Estado Novo ajudou a fundar, como sua ideologia, o trabalhismo e acabou por criar uma corrente de opinião pública propícia à figura de Getúlio Vargas, que recebeu o nome de getulismo. Para Angela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo,

---

<sup>202</sup> DELGADO, Lucília. op., cit., p. 175.

<sup>203</sup> FERREIRA, Jorge, 2012, op., cit., p. 310.

<sup>204</sup> FAUSTO, Boris, 2013, op. cit, p. 351.

“trabalhismo e getulismo são termos que se complementam durante a ditadura, à medida que a defesa e as conquistas do trabalho são diretamente associadas à imagem do chefe do governo”<sup>205</sup>. Embora não seja correto reduzir trabalhismo a getulismo, o que se constata no processo de industrialização brasileira foi a cooptação destes dois termos.

Ao analisarmos a identificação do trabalhismo brasileiro com o getulismo, há a necessidade de contextualizarmos o momento de criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O PTB criado em 1945, em um primeiro momento para atender aos interesses de Getúlio Vargas, funcionaria também como válvula de escape das pressões populares e como um canal de reivindicações dos trabalhadores. Para Lucília Delgado<sup>206</sup>:

Essa grande capacidade de condicionamento teria sido cultivada, tendo como objetivo fundamental a sustentação de um projeto através do qual o getulismo pudesse se viabilizar cada vez mais, como uma força senão hegemônica, pelo menos extremamente poderosa no novo contexto político nacional. A identificação do trabalhismo brasileiro com o getulismo e com o PTB será, desde então, marca característica da vida política partidária nacional.

Na opinião de Delgado, para Vargas, a criação do PTB, além de ter como objetivo promover sua legitimidade junto à classe trabalhadora, por meio de um discurso que propunha a defesa de sua obra trabalhista, tinha também outro objetivo: “a mobilização do voto dos trabalhadores urbanos e dos operários, o que lhe daria força e sustentação política frente às outras camadas e classes sociais organizadas em outros partidos – no caso, o próprio PSD, inspirado por ele próprio, e a UDN, tendo-o como referência para oposição”<sup>207</sup>.

O “nacionalismo-trabalhismo”, caracterizado por Delgado como uma dupla característica do PTB, agregados ao poder da figura de Vargas, nos possibilita encontrar semelhanças entre getulismo, trabalhismo-petebista e nacionalismo. Segundo a autora, esses três elementos, centralizados pelo fortalecimento da personificação varguista, fizeram, do PTB, nos seus primeiros anos, “um partido que, apesar de dependente da vinculação com Vargas, já revelava uma tendência que, mesmo sendo epidérmica, potencializaria a vinculação do partido a projetos de interesses dos trabalhadores e de corte nacionalista”<sup>208</sup>.

Desta forma, o Partido Trabalhista Brasileiro utilizaria institucionalmente o carisma pessoal de Vargas. Unido a tudo que o getulismo representava à época, segundo a autora,

---

<sup>205</sup>GOMES, Angela de Castro; D’Araujo, Maria Celina, 1989, op, cit, p. 9.

<sup>206</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo*. São Paulo. Marco Zero: 1989, p. 14.

<sup>207</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves, 1989, op., cit., p. 14.

<sup>208</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves, 1989, op., cit., p. 56.

“paternalismo, assistencialismo, controle, nacionalismo e capacidade de mobilização e conciliação social”<sup>209</sup>, o PTB ficaria por muito tempo dependente da trajetória política de Vargas. Ainda de acordo com Delgado, a influência do trabalhismo varguista seria tão forte naquela época que, “além do PTB, outros partidos de cunho trabalhista surgiram por ela inspirados, mas em nenhum deles o trabalhismo esteve tão vinculado a Vargas como no Partido Trabalhista Brasileiro”<sup>210</sup>.

De acordo com Angela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araujo<sup>211</sup>, se o getulismo tem a marca permanente de Vargas, o trabalhismo ganhou novos líderes e, por vezes, representações mais autônomas em relação ao seu marco de origem. Assim, ao longo dos anos, o trabalhismo foi sendo amoldado de diversas formas e influenciou a criação de vários partidos. As autoras citam como exemplos: o Partido Social Trabalhista (PST); o Partido Trabalhista Nacional (PTN); o Partido Republicano Trabalhista (PRT); o Partido Orientador Trabalhista (POT); o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), além do próprio PTB<sup>212</sup>.

Ainda segundo as autoras, fundado no nome de Vargas, o PTB conseguia reunir o voto das chamadas classes trabalhadoras, que refletiam o trabalhismo getulista nas urnas. Assim, para os trabalhadores, o trabalhismo era getulismo, pois fora criado desta forma. Contudo, conforme salientam, “pensar e estruturar o PTB como organização política e construir um trabalhismo distinto ao de Getúlio eram desafios que, até certo ponto, se impunham para a continuidade do partido e da própria liderança pessoal de Vargas”<sup>213</sup>.

Maria Celina Soares D’Araujo, ao analisar a política institucional do segundo governo de Vargas por meio de seus discursos durante a campanha eleitoral de 1950, afirma que o trabalhismo é apresentado como a única saída para a solução dos problemas sociais do Brasil. Contudo, segundo a autora, para Vargas, “o trabalhismo constitui-se, simultaneamente, em meio e fim, na medida em que apregoa a justiça e a necessidade da harmonia entre as classes e a ampliação do bem-estar geral”<sup>214</sup>. A tônica do trabalhismo estaria, então, em sua sugestão de ser mecanismo de retificação de possíveis distorções provenientes do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, marcado pela desigualdade social.

---

<sup>209</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves, 1989, op., cit., p. 57

<sup>210</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves, 1989, op., cit., p. 57

<sup>211</sup> GOMES, Angela de Castro e D’ARAÚJO, Maria Celina, 1989, op. cit., p. 9.

<sup>212</sup> GOMES, Angela de Castro e D’ARAÚJO, Maria Celina, 1989, op. cit. p. 9.

<sup>213</sup> GOMES, Angela de Castro e D’ARAÚJO, Maria Celina, 1989, op. cit. p. 34.

<sup>214</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. Rio de Janeiro. Zahar Editores S.A: 1982, p. 87.

Ainda de acordo com D'Araujo, o desenvolvimentismo e o nacionalismo direcionavam a natureza dos objetivos apresentados em campanha pelo então candidato à presidência, quanto à assistência social e aos direitos do trabalho. Nesse sentido, o plano de Vargas incluiria os seguintes pontos: “melhoria das condições de vida de todos os brasileiros, aumento do salário mínimo, extensão ao campo da legislação social, atendimento aos menos favorecidos e modernização da assistência social”<sup>215</sup>. A autora destaca ainda que, na medida em que o governo “reforçava o antipartidarismo e a incapacidade de os partidos agirem competitivamente enquanto canais de expressão de interesses políticos diversificados fez com que, submetidos ao teste eleitoral, possibilitassem o revigoramento de uma corrente político-ideológica não-partidária, o getulismo”<sup>216</sup>.

Para Angela de Castro e Maria Celina D'Araujo, o apartidarismo de Vargas inclui algumas alusões efetivas a mecanismos alternativos de participação política. “Nesse sentido, sua preocupação é a de verificar a força do trabalhismo construído no Estado Novo. Assim, os sindicatos são instrumentos básicos para levar adiante sua proposta de governo, fortemente baseada, para fins de campanha, na problemática social”<sup>217</sup>.

O que se pode observar nitidamente durante a candidatura de Vargas em 50 é, mais uma vez, a ambígua relação entre trabalhismo e getulismo. Ainda segundo as autoras, “Vargas, se não era o candidato do PTB – e sim da coligação PTB-PSP –, voltava ao principal papel da cena política pelas mãos do trabalhismo, confundido por muitos com o que já se passava a ser nomeado de populismo”.<sup>218</sup>

Para as autoras<sup>219</sup>:

getulismo é trabalhismo, se nesta associação a dimensão privilegiada for a ideológica, ou seja, aquela de uma proposta política fundada na resolução da questão social e na mobilização dos trabalhadores pelo sistema sindical corporativista. Mas getulismo não é trabalhismo em termos partidários e, em decorrência, não se identifica com o PTB. Neste sentido, talvez se possa arriscar que getulismo fosse mais populismo: um estilo de fazer política que tinha em Vargas seu maior mestre.

Não é possível, então, separar a história do trabalhismo da história de Getúlio Vargas durante os quase vinte anos (embora não consecutivos) que esteve à frente da Presidência da

---

<sup>215</sup> D'ARAUJO, Maria Celina Soares, 1982, op. cit., p. 91.

<sup>216</sup> D'ARAUJO, Maria Celina Soares, 1982, op. cit., p. 127.

<sup>217</sup> GOMES, Angela de Castro e D'ARAUJO, Maria Celina, 1989, op. cit., p. 55.

<sup>218</sup> GOMES, Angela de Castro e D'ARAUJO, Maria Celina, 1989, op. cit., p. 54.

<sup>219</sup> GOMES, Angela de Castro e D'ARAUJO, Maria Celina, 1989, op. cit., p. 54.



República. Mas como afirma Jorge Ferreira, há necessidade de um distanciamento para que se possa compreender o que podemos chamar de “Era Vargas”. “Qualquer avaliação apaixonada do ex-presidente, desse modo, resulta em versões simplificadas, maniqueístas e caricaturais. Afinal, não existiu um único Getúlio, mas vários”<sup>220</sup>.

Especificamente sobre a questão trabalhista, nestas análises extremistas, o mesmo Getúlio Vargas é “patrocinador de ampla propaganda política de enaltecimento de sua imagem e artífice da legislação que controlou e cerceou o movimento sindical”<sup>221</sup> ou aquele que foi o “reformador social, concedendo leis trabalhistas aos assalariados urbanos, elevando-os à categoria de cidadãos no plano social”<sup>222</sup>. O fato é que tanto uma corrente como a outra tem razão, mas não toda a razão. Vargas conseguiu ser tudo isso ao mesmo tempo. Ou seja, foi o reformador social que enquadrou os sindicatos com leis coercitivas. Por isso, como afirma Jorge Ferreira, “ao compreender e avaliar o papel de Vargas na história brasileira do século XX, não se deve separar as partes de um todo”.<sup>223</sup>

Para Delgado, falamos de um trabalhismo que

apesar do viés paternalista getulista que era sua semente e que o marcou como tatuagem desde seus primeiros tempos, não só correspondeu a um programa de reformas sociais, nacionalistas e desenvolvimentistas, como também constituiu-se em uma doutrina caracterizada por apresentar um projeto de cidadania bastante específico, na qual se mesclam elementos da social-democracia e do assistencialismo estatal.<sup>224</sup>

#### **4.2 – O trabalhismo nas páginas da *Última Hora***

A partir da instauração do Estado Novo estabelece-se no Brasil um regime autoritário e a construção de uma “imagem mitológica” de Getúlio Vargas junto às massas é objeto de profundas discussões e debates da sociedade, principalmente na área acadêmica. Isso porque a ligação entre o presidente e o povo era algo almejado e foi profundamente trabalhado pelo governo sob vários aspectos.

Um desses estudos é o de Maria Helena Capelato, “Multidões em Cena”, que analisa a propaganda política no varguismo e no peronismo. Segundo a autora, essa propaganda estadonovista se inspirou nas experiências europeias do nazismo e do fascismo e a questão

---

<sup>220</sup> FERREIRA, Jorge, 2012, op., cit., p. 295.

<sup>221</sup> FERREIRA, Jorge, 2012, op., cit., p. 296.

<sup>222</sup> FERREIRA, Jorge, 2012, op., cit., p. 296.

<sup>223</sup> FERREIRA, Jorge, 2012, op., cit., p. 296.

<sup>224</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves, 2010, op., cit., p. 174.

central de seu estudo está relacionada “à compreensão do caráter autoritário da propaganda veiculada pelos meios de comunicação, educação e produção cultural com o objetivo de conquistar corações e mentes”.<sup>225</sup>

A propaganda política adquiriu enorme importância nas décadas de 1930-1940, uma vez que este período foi marcado também, em âmbito mundial, por um avanço considerável dos meios de comunicação, que contribuíram decisivamente para a transmissão e propagação de ideias e conceitos políticos, utilizando imagens e símbolos como forma de sedução e de atração das massas.

De certo que, em qualquer regime, a propaganda política é estratégia para o exercício do poder, mas como nos lembra Capelato, “ela adquire uma força muito maior naqueles em que o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula procurando bloquear toda atividade espontânea”.<sup>226</sup>

Com o advento do Estado Novo, ocorreu no Brasil a consolidação da política de massas que, por ser constituído por um golpe de Estado sem nenhuma participação popular, buscou legitimação no apoio da sociedade por meio da propaganda política. Um desses exemplos, que trazemos para a nossa pesquisa, foi a instituição de um calendário festivo que contava com datas como 19 de abril, aniversário do presidente Vargas; 10 de novembro, aniversário do Estado Novo; e a celebração pelo Dia do Trabalho, no 1º de maio.

As mensagens de propaganda reforçavam a ideia de uma “sociedade feliz”, comemorada em todas as datas cívicas através de festejos promovidos pelo Estado para exaltar as realizações do governo, como nos lembra Capelato. Segundo a autora, os jornais varguistas da época, nas ocasiões festivas, expressavam-se com frases como “a feição animada do centro da cidade”, “o grande entusiasmo e alegria”, “vibrantes manifestações operárias”, “o aspecto festivo da cidade”, “entusiasmo popular”, “carinhosas manifestações” e “multidão vibrante”.<sup>227</sup>

Trata-se de um período de profunda evidência política e estes temas encontram o seu lugar natural na imprensa. O Estado ganha, cada vez mais, espaço e exclusividade da divulgação dos jornais oficialmente registrados no então Distrito Federal – seja por repressão ou por alinhamento político.

---

225 CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 21.

226 CAPELATO, Maria Helena. 2009, op. cit. P. 40.

227 CAPELATO, Maria Helena. 2009, op. cit. P. 70.

A propaganda política aqui analisada como um fenômeno da sociedade e da própria cultura de massa adquiriu enorme importância nas primeiras décadas em que Getúlio esteve no poder (30-40), em função do enorme avanço dos meios de comunicação, numa esfera mundial, e que teve ressonância durante os 18 anos em que Vargas ocupou a Presidência da República. E, de fato, ele se fez valer bastante deste artifício como estratégia para o exercício do poder. Vale lembrarmos aqui que, em época de censura rigorosa, o monopólio dos meios de comunicação exerceu papel fundamental neste processo de consolidação da imagem do presidente e da identidade nacional no Brasil.

Materializada em símbolos como o trabalhismo e o nacionalismo, a herança política de Vargas é discutida até hoje e está explícita ou implicitamente em muitos setores da vida cultural, social, econômica e política do Brasil. Sendo assim, não é muito difícil entender os motivos pelos quais a população estava tão ligada e era tão dependente de Vargas.

Assim como aconteceu na década de 40, o que propomos em nossa pesquisa é analisar como que se deu a divulgação deste calendário festivo durante o segundo governo de Vargas, já no período democrático. Para isso, iremos analisar o espaço reservado na *Última Hora* para o aniversário de Getúlio Vargas e as comemorações pelo Dia do Trabalho nos anos de 1952, 1953 e 1954. O ano de 1951 ficará de fora, uma vez que o jornal ainda não havia sido criado.

Além disso, identificamos que a figura de João Goulart no segundo mandato de Getúlio Vargas foi fundamental para a propagação do projeto trabalhista perante a população. Jango como um político presente na realidade partidária dos trabalhistas foi, segundo Sukman, um dos primeiros passos para Vargas buscar realinhar seu equilíbrio político<sup>228</sup>.

Atuando na pasta trabalhista, Jango manteve-se próximo aos sindicatos, passou a vivenciar a rotina dos trabalhadores, criou um vínculo com eles. Permitia aproximação entre sua imagem de representante do governo e a massa dos trabalhadores, amontoadas nos sindicatos.

Desta forma, entendemos que analisar a importância de Jango para o trabalhismo e como se deu esta narrativa trabalhista nas páginas da *Última Hora* nos ajudará a entender de que forma se deu esta representação nas páginas do periódico. Para isso, iremos pesquisar a cobertura do jornal durante a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho e, depois, nos momentos que precederam o fim de sua gestão à frente de tal pasta, passando por alguns pontos de sua atuação ministerial, o que identificamos como um trabalhismo “na

---

<sup>228</sup> SUKMAN, André. *A trincheira dos trabalhadores: João Goulart, PTB e o Ministério do Trabalho (1952-1954)*. Dissertação. UFF, 2011, p. 20.

prática”, em que a política trabalhista de Goulart foi colocada a serviço do trabalhador ao longo de sua gestão no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

#### **4.2.1 – O calendário festivo**

##### **4.2.1.1 – O aniversário de Getúlio Vargas**

Na década de 40, segundo Carone, os jornais ocupavam páginas inteiras sobre o aniversário de Getúlio Vargas, onde não só acentuavam sua biografia, como também seus valores pessoais, como a “coragem, magnanimidade e singeleza, traços característicos do seu perfil político”.<sup>229</sup>

Como forma de comparação, trouxemos para a nossa pesquisa a edição do dia 19 de abril de 1944, do jornal *Correio da Manhã*, como um exemplo. O veículo reservou a primeira página inteira para falar sobre o aniversário de Getúlio Vargas. A matéria divulga informações sobre as comemorações que marcaram a data em todo o país, além de citar cumprimentos e demonstrações do corpo diplomático nacional e internacional. A página reserva ainda espaço para a publicação de uma grande foto do então presidente.

O jornal inicia a matéria comemorativa afirmando que o aniversário de Getúlio Vargas está sendo comemorado em todo país “as mais expressivas provas de apreço ao cidadão e ao primeiro magistrado que continua exercendo o poder num dos mais delicados momentos de nossa história e da vida da humanidade”<sup>230</sup>. O jornal cita, então, o empenho do Brasil em uma guerra “que não provocamos e à qual nos arrastou a fúria agressora das potências infectadas pelo totalitarismo”.<sup>231</sup>

Estas as razões políticas que explicam o acatamento manifesto com que os brasileiros festejam o dia do nascimento do sr. Getúlio Vargas como chefe do governo. Mas há outras para o carinho ao aniversariante aparte a política, e são as do que ele conserva dessa sensibilidade tão nossa, infensa aos rancores que perduram. Além do mais, o presidente tem sido um trabalhador e um incentivador cujo ânimo de realizar mais se acentuou diante da situação que as circunstâncias internacionais nos impuseram. Por isso tudo, ser-lhe-ão prestadas neste dia apesar de se achar longe do Rio, manifestações justas e sensibilizadoras, umas nas inaugurações que dentro em pouco se estarão

---

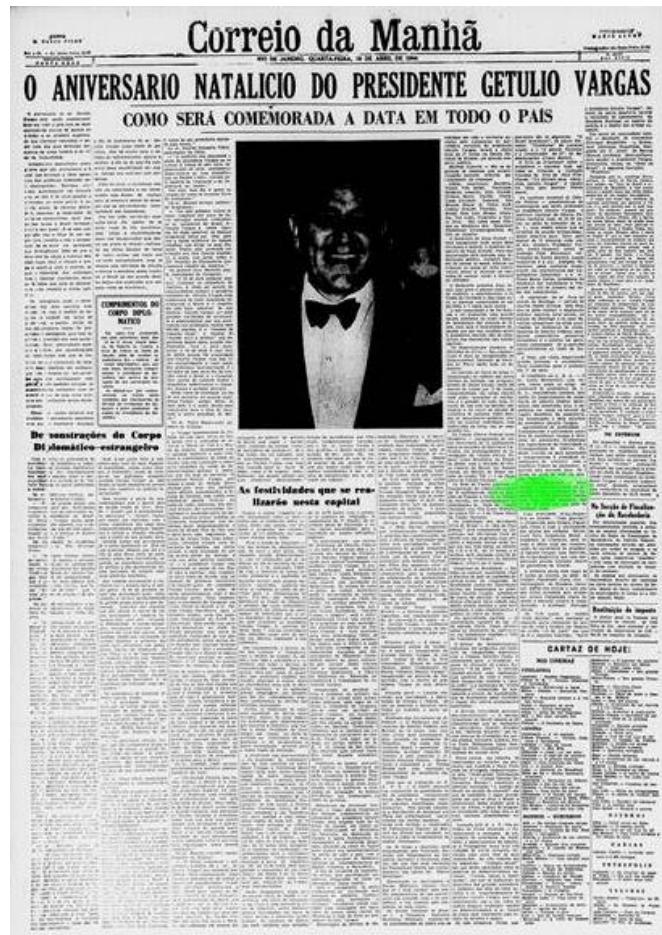
<sup>229</sup> CARONE, Edgard. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988, p. 167.

<sup>230</sup> CORREIO DA MANHÃ, edição do dia 19/04/1944, capa. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 27 de janeiro de 2016.

<sup>231</sup> Trata-se da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados (Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética), com o envio da FEB (Força Expedicionária Brasileira) aos campos de batalha na Itália.

realizando em vários Estados de obras de vulto; outras nos votos que lhe serão encaminhados, com os desejos pela felicidade do cidadão e porque o estadista possa conduzir o Brasil ao seu grande destino dentro das aspirações que animam todos os brasileiros.<sup>232</sup>

Figura 1: Capa da 261ª edição do Correio da Manhã. Edição 261 – 19/04/1944.



Oito anos depois, o jornal *Última Hora*, em sua edição 261, do dia 19 de abril de 1952, trouxe uma pequena matéria na capa chamando a atenção para o aniversário de Getúlio Vargas, conforme imagem abaixo. Diferentemente do que acontecera na década anterior, desta vez, o espaço destinado para divulgação do aniversário do presidente foi bem menor onde a nota comemorativa disputou espaço com diversas outras matérias.

<sup>232</sup> CORREIO DA MANHÃ, op. cit. capa.

Figura 2: Capa da 261ª edição da *Última Hora*. Edição 261 – 19/04/1952.



A nota comemorativa destaca uma “fisionomia espiritual” do presidente que faz com que ele esteja cada vez mais próximo da “alma brasileira” e no “seio do povo”, sem que tenha que se preocupar com os momentos difíceis em que o Brasil estava passando neste período. Boris Fausto nos ajuda a entender as dificuldades em que o país estava passando e consequentemente o chefe de Estado. Além de uma separação ideológica entre nacionalistas e os chamados “entreguistas”, divisão esta que alcançava tanto os temas da política econômica interna quanto a posição do país nas relações internacionais, o governo vivia o avanço da inflação, um problema com grandes repercussões sociais.<sup>233</sup>

O jornal aproveitou o momento para reforçar, mais uma vez, que Vargas estava ocupando o cargo de chefe de Estado por vontade do povo, procurando cumprir com honestidade um mandato que lhe foi “imposto pelo voto popular” e do qual ele “não pediu”. Para ilustrar a matéria, o jornal publicou uma foto de Getúlio Vargas em companhia de sua filha, Alzira Vargas.

<sup>233</sup> FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil* – 2ª. Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 226.

Não foi possível verificar como o jornal abordou o aniversário de Vargas no ano de 1953, uma vez que a edição do dia 19 de abril de tal ano não está disponível no acervo da Biblioteca Nacional. Verificamos nas edições anteriores e posteriores a esta data, mas não encontramos nenhuma menção ao aniversário do então presidente.

No ano seguinte, em 1954, o jornal não deu destaque para a data em sua capa, que contou com chamadas para matérias sobre diversos assuntos como a greve na companhia Estrela do Sul; mais informações sobre o crime de Sacopã; registro da Petrobras como último ato para o seu funcionamento; e um editorial sobre reportagem do semanário FLAN sobre a reação de deputados, senadores, médicos e juristas contra a ditadura da calúnia e da chantagem exercida por “o jornal como instrumento de sua criminoso atividade”.

Em contrapartida, a coluna “O Dia do Presidente”, reservou espaço de destaque para divulgar informações sobre o aniversário de Getúlio Vargas, conforme imagem abaixo.

Figura 3: Coluna O Dia do Presidente, página 2 da 871ª edição da *Última Hora*. Edição 871 – 19/04/1954.



Com frases de efeito como “autêntico líder de um povo”, “grande estadista”, “lugar de extraordinário relevo que já lhe reservou a História do Brasil”, o texto exalta a figura de um Vargas, “cuja obra imperecíveis já se incorporam definitivamente à História e cuja figura tantas vezes se confunde com a própria imagem da Pátria, pela sua profunda identidade com os anseios e os princípios mais legítimos do patrimônio cívico e espiritual do País”<sup>234</sup>. A matéria reforça ainda que durante o período em que esteve no poder, trinta anos, o presidente trouxe à vida política, social e econômica do País transformações “que marcaram indelevelmente a paisagem brasileira e que nasceram, quase todas, sob a inspiração do grande estadista cuja data natalícia hoje todo o país lembra e reverencia com admiração e respeito”.<sup>235</sup>

A pressão exercida pela oposição em 1954 também foi lembrada neste texto comemorativo, em que, segundo o jornal, até mesmo aqueles que de Vargas divergiam, opondo-se restrições a esse ou aquele aspecto de sua forma de ação, de seus métodos administrativos ou políticos, não poderiam negar a importância de sua atuação política para o Brasil.

Mesmo os seus piores inimigos, aqueles que dele discordam ou que o combatem, mais com as armas do ódio cego e irracional do que com as da razão e da crítica, hão de reconhecer nele seu patriotismo, seu arraigado e esclarecido espírito nacionalista, seu devotado amor ao Brasil, ao lado de um espírito público a toda prova, de uma permanente e intransigente vigilância em defesa de nossos interesses e de uma consciência social e política de nossos problemas como jamais houve outra em condições de superá-lo.<sup>236</sup>

Por fim, o texto reforça que as aspirações populares e os problemas de base do país, sobretudo os econômicos e aqueles que dizem respeito mais diretamente ao atendimento dos anseios de justiça social, sempre foram prioridade na gestão de Vargas, “quer dando-lhe a solução mais imediata e oportuna, quer promovendo os necessários estudos para solucioná-lo a seu tempo”<sup>237</sup>.

Percebemos que, assim como na década anterior, em que o papel do líder e sua relação com o povo constituem uma das características mais marcantes das políticas de massa, nesse contexto a mensagem do jornal ainda indica que a tarefa do chefe de Estado era “proteger” as

---

<sup>234</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 19/04/1954, página 3. Acesso ao periódico, via Hemeroteca, em 27 de janeiro de 2016.

<sup>235</sup> *ÚLTIMA HORA*, op. cit.

<sup>236</sup> *ÚLTIMA HORA*, op. cit.

<sup>237</sup> *ÚLTIMA HORA*, op. cit.



massas e sua sensibilidade estava voltada para grandes e legítimas aspirações populares. Em contrapartida, por sua profunda relação com o Brasil nos últimos 30 anos, a população deveria venerá-lo e apoiá-lo, dando destaque especial ao seu aniversário. Num contexto histórico diferente e com outro regime político em vigor, a retomada de imagens, símbolos e mitos da política varguista reforça como este tipo de apelo utilizado no passado encontrou ressonância na década seguinte.

Interessante conflitarmos a maneira como eram usados os meios de comunicação com o objetivo de legitimar o Estado Novo e conquistar o apoio dos trabalhadores. Neste período, a comunicação com a classe trabalhadora advinha da necessidade de divulgar o novo direito social ainda desconhecido pelo próprio trabalhador beneficiário. Diferentemente do que acontece na década de 50, em que o objetivo principal era exaltar a preocupação e a contribuição constante de Getúlio Vargas no atendimento aos anseios da justiça social.

Capelato nos mostra que os meios de comunicação na década de 40 reforçavam a figura do líder com frases do tipo “a generosa e humanitária política social do presidente Vargas”, “reiteradas e expressivas provas de carinho ao presidente Vargas”, “a popularidade do presidente Vargas”, “homenagem de respeito e testemunho de gratidão ao presidente Vargas”.<sup>238</sup>

O fato é que, como afirma Capelato, o ator político deve se apresentar em cena demonstrando possuir requisitos excepcionais e os meios de comunicação contribuem para enaltecer estes atributos. Segundo a autora, são necessários para a caracterização dos “legítimos condutores do povo” e dos “autênticos chefes” os seguintes traços: “força, coragem, magnanimidade, bondade, generosidade, perseverança, retidão de caráter, energia, clarividência, vontade, sabedoria, autoridade”.<sup>239</sup>

De toda forma, é possível identificar como as diferenças no que diz respeito ao contexto histórico e ao regime político ficam claras no espaço reservado a tal comemoração nas páginas dos jornais. Enquanto na década de 40, o aniversário do então presidente rendia manchetes e grandes matérias nas capas dos jornais (possivelmente em função do controle exercido pelo governo aos meios de comunicação), na década seguinte, este espaço foi reduzido e compartilhado com inúmeros outros acontecimentos que precisavam ser noticiados à população. Sendo o jornal *Última Hora* peça de estreito relacionamento com Vargas, apesar

---

<sup>238</sup> CAPELATO, Maria Helena. 2009, op. cit. P. 78.

<sup>239</sup> CAPELATO, Maria Helena. 2009, op. cit. P. 282.

do discurso em exaltação a sua figura e sua importância para o país, acreditamos que houve prudência na divulgação desta data comemorativa

#### **4.2.1.2 – O Dia do Trabalho**

Sobre o 1º de maio, após a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), uma gama de leis que regulamentam as relações trabalhistas no Brasil, esta data começou a ser comemorada e saudada pela classe trabalhadora como uma forma de segurança e proteção das relações de trabalho. A “aproximação” dos trabalhadores com as leis e com a dinâmica do direito e da justiça do trabalho possibilitaram a eles uma maior consciência sobre os seus direitos e as comemorações por este dia também ocupavam grandes espaços de divulgação na imprensa.

Nestas comemorações, multidões ocupavam o estádio de futebol do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, para ouvir a palavra do presidente da República. Naquele momento, o líder dirigia-se diretamente ao povo trabalhador para enunciar alguma nova medida de alcance social. Foi neste mesmo estádio que Getúlio assinou o decreto-lei criando o salário-mínimo, em 1º de maio de 1940. No ano seguinte, na mesma data e no mesmo local, o presidente assinou a criação da Justiça do Trabalho e, em 1943, foi a vez da assinatura da CLT, incluindo os direitos trabalhistas na legislação brasileira.

O 1º de maio fora, então, transformado em uma festa, onde o presidente e os trabalhadores se encontravam e se comunicavam pessoalmente e, desta forma, Getúlio Vargas reforçava, simbolicamente, o conjunto de práticas focadas na elaboração e implementação de uma legislação trabalhista para o país. Sobre a estratégia de tais comemorações, Angela de Castro Gomes salienta que “nessas oportunidades, os trabalhadores não estavam nas ruas, nem faziam reivindicações como antes, mas recebiam o anúncio de novas leis, o que efetivamente causava impacto, não sendo apenas efeito retórico”<sup>240</sup>.

---

<sup>240</sup> GOMES, Angela de Castro. *Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil: Primeiro de Maio*. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PrimeiroMaio>. Acesso em 15 de junho de 2016.

Figura 4: Comemoração do Dia do Trabalho, Campo do Vasco – Operários Desfilam com o Retrato de Getúlio Vargas, foto da Empresa Brasileira de Notícias de 1942, copiada da Revista Nosso Século - 1930-1945, Capítulo VIII – "O Estado Novo", da Editora Abril, págs. 172/173.



Figura 5: O presidente Getúlio Vargas durante as comemorações do Dia do Trabalho, no Estádio de São Januário. Arquivo 01/05/1941. Agência Nacional – Divulgação.



Assim como acontecia com a data de aniversário de Getúlio Vargas, o Dia do Trabalhador também ocupava a primeira página dos principais jornais da época na década de 40. Com o título “Paz e Justiça para o trabalhador do Brasil”, a edição do dia 2 de maio de 1940, do jornal O Globo, destaca o entusiasmo da festa da “maior data da família operária brasileira”, que marcou a instituição do salário mínimo, em todo o Brasil, sem distinção de sexo, e contou ainda com o discurso do então ministro do trabalho da época, Waldemar Falcão.

Figura 6: Jornal O Globo, capa, edição do dia 2 de maio de 1940. Acervo O Globo.



A edição do ano seguinte, 2 de maio de 1941, sob o título “Nova cruzada para as energias nacionais!”, afirma que instalada a Justiça do Trabalho, “primeiro ciclo de uma grande jornada social, o chefe do Governo, em seu discurso, promete, agora, encarar o problema do campo”<sup>241</sup>. As fotografias usadas na manchete mostram bem a imponência que marcara o desfile cívico-trabalhista do dia 1º de maio daquele ano, com a participação de milhares de brasileiros reunidos no Estádio de São Januário.

A matéria segue afirmando que

A instituição da Justiça do Trabalho, este ano, emprestou, de certo modo, maior significação à data, cujas festividades, assim, não tiveram o cunho tão somente de relembrar a obra social do Governo do Sr. Getúlio Vargas, mas também e, sobretudo, assinalá-la com a adoção de uma lei que virá

<sup>241</sup> O GLOBO, edição do dia 02/05/1941, capa. Acesso digital ao periódico, via Acervo O Globo, Hemeroteca, em 27 de janeiro de 2016.

salvaguardar o proletariado, colocando em suas mãos os elementos indispensáveis para o cumprimento de toda a lei trabalhista existente.<sup>242</sup>

Essas aglomerações que juntavam milhares de pessoas para comemorar o Dia do Trabalho, segundo Capelato, é conhecida como “acontecimento-mito”<sup>243</sup>, em que a mobilização, em grande parte espontânea das multidões no Estádio de São Januário explica a importância política de tais acontecimentos.

Figura 7: Jornal O Globo, capa, edição do dia 2 de maio de 1941. Acervo O Globo.



O discurso do presidente também era destaque neste tipo de divulgação. No dia 2 de maio de 1945, as palavras proferidas pelo presidente da República foram divulgadas na íntegra ocupando parte da capa do jornal e mais um espaço na segunda página. O discurso na ocasião, que fazia um balanço dos 15 anos de Getúlio no poder, afirmara que o presidente havia realizado o que foi prometido, “e muito mais” em relação aos trabalhadores.

O trabalhador brasileiro possui hoje o seu código de direitos, a sua carta de emancipação econômica. E sabe perfeitamente o que isto vale, o que isto

<sup>242</sup> O GLOBO, op. cit.

<sup>243</sup> CAPELATO, Maria Helena. 2009, op. cit. p. 59.

representa como patrimônio cultural e material, sobretudo na hora de lutas e incertezas que vive o mundo, quando os povos civilizados sofrem provocações tremendas, divididos e dizimados pela guerra. Não posso por consequência, fugir ao dever de lembrar, mais uma vez, aos homens do trabalho a necessidade de evitar dissídios, de manter coesão em torno dos problemas fundamentais do país, de defender a ordem a qualquer preço, sobrepondo os supremos interesses da coletividade às mesquinhas competições de grupos, às rivalidades de classe, aos choques das paixões políticas. É o apelo patriótico que desejaria fosse ouvido de todos os trabalhadores, no momento em que o país se encaminha para rumos novos, e possivelmente mais amplos, com a reestruturação das suas instituições básicas.<sup>244</sup>

Este discurso reforça a grande preocupação do Estado Novo que consistia em transformar o “homem brasileiro” em trabalhador. “O Estado Novo é uma colmeia de trabalho, de ordem, de disciplina, de ação orientada e segura, de modo que cada indivíduo é uma força em movimento, defensor dos interesses de uma sociedade virtualmente nova em suas finalidades e decisivamente capaz em seus esforços”.<sup>245</sup> O objetivo, então, era formar um trabalhador produtivo, entendido como peça fundamental para a engrenagem do Estado Novo e para o progresso nacional.

Na década de 50, a repercussão acerca das comemorações do Dia do Trabalho continuou a ocupar a primeira página dos principais jornais da época e o jornal *Última Hora* aproveitava este momento para reforçar ainda mais a aproximação do presidente Getúlio Vargas com a classe trabalhadora.

Na edição do dia 30 de abril de 1952, a chamada na capa informava “Governo e Povo festejando amanhã o “Dia do Trabalho” – Vargas falará aos trabalhadores e à Nação às 15h45” e a quarta página do periódico informava sobre a programação do dia que previa a evolução de todas as bandas militares, show com artistas do rádio, além da exibição dos “Globe-Trotters” e uma partida de futebol entre o Fluminense e o selecionado paraguaio. O jornal destaca que a comemoração é uma iniciativa do Ministério de Trabalho e que contava com a cooperação de várias entidades sindicais.

---

<sup>244</sup> O GLOBO, edição do dia 02/05/1945, capa. Acesso digital ao periódico, via Acervo O Globo, em 27 de janeiro de 2016.

<sup>245</sup> TUCCI CARNEIRO, 1992, p. 239 apud CAPELATO, Maria Helena, 2009, op. cit. p. 63.

Figura 8: Jornal *Última Hora*, capa e página 4, edição do dia 30 de abril de 1952.



No dia seguinte, a edição do dia 2 de maio de 1952, o jornal divulgou o discurso proferido pelo presidente aos trabalhadores do Brasil, tentando retratar a comoção que o encontro entre o presidente da República e o povo ocasionara:

O carro do Presidente Vargas, desde o momento em que chegou ao estádio do Vasco da Gama levantou de seus lugares toda aquela massa que logo após o almoço para lá se dirigiu, a fim de ouvir a palavra do Chefe do Governo. O carro seguia lentamente ao redor do campo, e, à medida que avançava, as palmas iam aumentando. O Presidente estava a poucos instantes de pronunciar o seu memorável discurso.<sup>246</sup>

Endereçado ao trabalhador, o jornal interpretou o discurso de Vargas como marco “de mais uma etapa da evolução social que ele começou a dar ao Brasil em 1930”. O papel de condutor e mentor da população, o “pai dos pobres”, é reforçado pelo jornal ao afirmar que o Brasil daria então mais um passo com “a designação de um motorista profissional para a direção do Instituto de Previdência da sua classe. O povo vai assim obtendo tudo aquilo que

<sup>246</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 02/05/1952, capa e página quatro. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 9 de fevereiro de 2016.

lhe foi prometido”. A matéria traz, ainda, uma sequência de fotos que mostram o presidente desfilando em carro aberto.

Figura 9: Jornal *Última Hora*, página 2, edição do dia 2 de maio de 1952.



Como nos lembra Boris Fausto, desde o início do seu governo, Vargas não esquecera uma de suas principais bases de apoio: os trabalhadores urbanos. Já no comício do dia 1º de maio de 1951, o presidente “deu um passo na direção do estabelecimento de laços mais sólidos com a classe operária”<sup>247</sup>. Segundo o autor, na ocasião, Getúlio não se limitou em seu discurso às palavras genéricas e “apelou para a organização dos trabalhadores nos sindicatos para ajudá-lo na luta contra os especuladores e os gananciosos (...) ao mesmo tempo, aboliu a exigência do chamado atestado de ideologia para a participação na vida sindical”<sup>248</sup>.

Com esta passagem conseguimos entender como que na época o governo tentava enquadrar o mundo do trabalho, o que ficou claro também no discurso de Vargas em 1952. Mas, como vimos no capítulo anterior, o governo não conseguiu controlar inteiramente os

<sup>247</sup> FAUSTO, Boris, 2012, op. cit. p. 227.

<sup>248</sup> FAUSTO, Boris, 2012, op. cit. p. 227.



trabalhadores e junto com a liberalização do movimento sindical e os problemas decorrentes da alta do custo de vida acabaram por gerar uma série de greves em 1953.

Com a manchete “A revolução social apenas começou”, a *Última Hora*, na edição do dia 30 de abril de 1953, ajuda a convidar os trabalhadores para se reunirem em Volta Redonda em prol da defesa da legislação social. O periódico destaca novamente o marco de 1930 para a evolução social, como havia feito no ano anterior, reforçando que “os trabalhadores, somente através dos sindicatos, livremente organizados, poderão defender os seus direitos”<sup>249</sup>.

O jornal aproveitou para adiantar um pouco do que seria divulgado no dia seguinte, no discurso do presidente:

O discurso presidencial está fadado a uma grande repercussão política, pois esclarecerá mais uma vez a posição do Sr. Getúlio Vargas, criador que foi da legislação social, introduzida no País com a Revolução de 1930, em face dos trabalhadores. O sentido do pronunciamento do Presidente da República pode ser resumido em poucas linhas. O Sr. Getúlio Vargas dirá que a revolução social está apenas no começo. Concluída a obra que lhe coube, é tempo agora dos trabalhadores se organizarem, através dos Sindicatos, na defesa da legislação social mais avançada do mundo. Em suma, a legislação social está no fim, ao passo que a revolução social apenas começa. Organizados nos Sindicatos, os trabalhadores estarão vigilantes na defesa dos seus direitos, empenhando-se ao mesmo tempo na preservação da grande obra social que teve início no Brasil com a vitória da Revolução de 1930.<sup>250</sup>

Ao resgatar as questões que envolveram o avanço no campo dos direitos sociais desde que chegou ao poder pela primeira vez, em 1930, é importante registrar que a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930) e a Consolidação das Leis do Trabalho (1943) são dois importantes exemplos de que neste momento o Estado passava a intervir na economia e na sociedade, com destaque para as questões das relações de trabalho. Desta forma, a política varguista acabou por combinar a aplicação de leis sociais e trabalhistas a um rígido controle sobre os trabalhadores e seus sindicatos.

O contexto de 1950 é outro, mas a intenção de se manter próximo aos sindicatos e de que os trabalhadores seguissem “livremente organizados” permanece como uma das prioridades para o governo. Vinte anos depois, o movimento sindical se articulou e passou a atuar como um ator político, valendo-se de sua força eleitoral, das leis de proteção ao trabalho, da possibilidade de fazer greves e da própria Justiça do Trabalho, para lutar pela ampliação de todos os seus direitos: sociais, políticos e civis.

---

<sup>249</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 30/04/1953, capa. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 9 de fevereiro de 2016.

<sup>250</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 30/04/1953, op. cit.

O dia seguinte à comemoração do Dia do Trabalho em 1953, na edição do dia 2 de maio, a manchete da *Última Hora* afirma: “Está morrendo o mundo do egoísmo e da injustiça”. Desta forma, o jornal abre espaço para divulgar os 10 principais pontos proferidos por Vargas em seu discurso, logo na capa:

- Ordem social mais justa, com a emancipação do trabalhador pelo reconhecimento de seus direitos.
- Ponto final no ciclo de caciquismo tradicional, através da plena liberdade ao voto e respeito integral a manifestações da vontade popular.
- Superada pelo Brasil a condição de país sub-desenvolvido, através da emancipação econômica pela formação de uma indústria de base.
- Assegurada aos sindicatos plena liberdade na defesa dos interesses de seus membros.
- Vigilância na exata aplicação das leis de proteção ao trabalho e revisão de salário mínimo para todo o país.
- Melhora dos serviços dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões como preocupação constante no corpo da previdência e assistência social.
- Realização, na prática, do compromisso assumido com os trabalhadores quanto à redução dos aluguéis das casas construídas pelos Institutos e Caixas.
- Ampliação da assistência aos trabalhadores, principalmente quanto à aposentadoria, conforme lei em discussão no Congresso.
- Construção de colônias de férias para os trabalhadores com os recursos do Fundo Sindical.
- Medidas visando estender ao homem do campo os benefícios da legislação trabalhista.

Figura 10: Jornal *Última Hora*, capa, edição do dia 2 de maio de 1953.



A cobertura do jornal segue na página 3 com a publicação na íntegra do discurso proferido por Vargas na ocasião, que de forma reduzida abrangeu os 10 pontos de destaque citados acima. Além disso, a página interna deu espaço também para a publicação de matéria que mostra a insatisfação popular contra o governo, principalmente contra a pasta do Trabalho. Sob o título “O Ministério do Trabalho contra os trabalhadores”, a matéria fala sobre Nelson Rustier, líder de trabalhadores paulistas que, à frente de delegações que atingiam cerca de três mil pessoas, expôs as queixas do operariado ao presidente Vargas, ao longo de quarenta minutos, durante a visita presidencial a Volta Redonda pelas comemorações ao Dia do Trabalhador. As principais acusações, segundo a matéria, eram contra o ministro do Trabalho, Segadas Vianna, e ao delegado do seu Ministério, em São Paulo.

A narrativa utilizada pelo jornal para ilustrar como aconteceu o encontro entre o líder trabalhista e o presidente é importante para nossa análise, uma vez que novamente há distinção entre a forma como o povo pensa e age com Vargas e as críticas aos demais representantes de seu governo, no caso em questão, da pasta do Trabalho. Para tal, transcrevemos parte da matéria:

O Presidente Vargas acabava de inaugurar o Hospital de Volta Redonda, quando foi informado de que numerosas delegações de trabalhadores bandeirantes haviam chegado atrasadas para a concentração da praça Pandiá Calógeras. Encontravam-se nos imensos galpões externos da Usina Siderúrgica, mas, como o programa de manifestações populares estava encerrado, não teriam oportunidade de avistar o Presidente. Vargas, então, disse: - “Quero ouvir os trabalhadores paulistas”. Logo que o automóvel do Presidente chegava ao primeiro galpão, foi cercado pela massa que exclamava “Viva Getúlio”, “Viva Vargas”. Um dos líderes das delegações entregou um memorial ao Presidente e, logo após, o Sr. Nelson Rustici, em nome dos trabalhadores de São Paulo, dirigiu-se ao Chefe do Governo. Fez graves acusações ao Ministério do Trabalho, desde o seu titular, ao delegado regional para aquele Estado. Disse que se outra tivesse sido a atuação das autoridades ministeriais, a greve não ocorreria.<sup>251</sup>

Estas matérias divulgadas pelo jornal *Última Hora* durante este período reforçam o clima que o país estava vivendo na época. O governo não mais conseguiria controlar os trabalhadores e, como vimos anteriormente, o ano de 1953 foi marcado por uma série de greves, agravadas pela autonomia do movimento sindical e pelos problemas decorrentes da alta do custo de vida da população.

O ano de 1954 começou com nova reformulação do Ministério do Trabalho e aumento de 100% do salário mínimo. O acréscimo, inclusive, rendeu bastante apelo na *Última Hora* e a cobertura sobre este assunto começou na edição do dia 15 de abril. No dia anterior à comemoração pelo Dia do Trabalho, ou seja, na edição do dia 30 de abril de 1954, o jornal divulgou que Vargas iria comemorar a data universal do trabalho em Petrópolis e que os trabalhadores petropolitanos já estavam preparados para prestar homenagem “ao grande líder do operariado nacional”<sup>252</sup> e adianta aos leitores a novidade que seria divulgada no dia seguinte:

O fato marcante da comemoração será, sem dúvida, o importante discurso que Vargas pronunciará amanhã. Na sua fala aos trabalhadores, e a todo país, o Chefe do Governo não só fará um retrospecto do que tem sido feito a sua luta pela criação de melhores condições de vida para o povo, como também anunciará uma esperada decisão quanto aos novos níveis do salário-mínimo.<sup>253</sup>

Na edição do dia 3 de maio de 1954, há três importantes chamadas na capa para a nossa análise: “Getúlio Vargas alerta os trabalhadores sobre a força do voto”, “A fidelidade

---

<sup>251</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 02/05/1953, página 3. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 9 de fevereiro de 2016.

<sup>252</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 30/04/1954, página 2. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 9 de fevereiro de 2016.

<sup>253</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 30/04/1954, op. cit.

de Vargas à causa da reforma social” e “Os novos salários mínimos”. A primeira destaca parte do discurso que Vargas proferiu no dia 1º de maio, em que afirmou: “Hoje estais com o governo, amanhã sereis o governo”. Ou seja, se no Estado Novo a justiça social se realizava por meio do autoritarismo, na virada dos anos 50, esta justiça só poderia se realizar por meio de um Estado democrático que pusesse o voto no centro de suas preocupações.<sup>254</sup>

Já a segunda seria uma espécie de “tradução” do discurso de Getúlio Vargas que foi publicada na coluna “Dia do Presidente” exaltando a fidelidade de Vargas à reforma social. A coluna reforça em diversos pontos a alta significação social e política das medidas anunciadas em benefício dos trabalhadores brasileiros.

O tom firme, corajoso e franco com que falou o Presidente, não deixa qualquer dúvida – se é que dúvida havia – quanto aos seus propósitos de não ceder um palmo na linha que se traçou rumo à plena concretização de seus ideais de justiça social, quaisquer que sejam as “influências ocultas que movem os grandes interesses”. Quando Vargas afirma: “As promessas que vos fiz estão sendo cumpridas, como estão sendo saldados os compromissos que assumi. As dívidas que contrai com o povo estão sendo resgatadas. Tenho realizado por vós tudo o que posso e mais do que posso” – não há como negar o tom de absoluta sinceridade de que estão impregnadas essas palavras. Com efeito, tudo o que depende do governo, no âmbito das suas faculdades constitucionais, tem sido feito para que não falem amparo e assistência às massas trabalhadoras. A posição tomada por Vargas no caso do salário-mínimo, por exemplo, vale como um teste definitivo de sua fidelidade a seus compromissos com as massas operárias e isso lhe custará por certo mais algumas campanhas de difamação e de intriga. Mas ele não hesitou um só momento, mesmo quando pareceu ficar sozinho no seu ponto de vista.<sup>255</sup>

Após mostrar o compromisso do presidente em atender às demandas da classe trabalhadora, o jornal reforça a necessidade de que este comprometimento seja recíproco e os trabalhadores mantenham seu apoio ao chefe de governo.

Mas se Vargas se manteve fiel a seus compromissos para com os trabalhadores, é preciso que estes, reciprocamente, não lhe faltem com o seu apoio – apoio absolutamente indispensável, menos a ele do que à vitória da própria causa do operariado nacional e do progresso do país. E não há para o trabalhador brasileiro melhor forma de retribuição dos benefícios recebidos do que o próprio trabalho, isto é, produzir cada vez mais. O aumento da produção é o meio mais eficaz de evitar a alta crescente do custo de vida e, portanto, de impedir que as medidas de amparo tomadas pelo governo em

---

<sup>254</sup> Sobre o conceito de “democracia autoritária” e sobre a questão da relação entre direitos políticos e sociais do Estado Novo, ver GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. op. cit. cap. 5.

<sup>255</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 03/05/1954, página 2. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 9 de fevereiro de 2016.

benefício dos trabalhadores se tornem inócuas, não alcancem os resultados desejados.<sup>256</sup>

Figura 11: Jornal *Última Hora*, capa, edição do dia 3 de maio de 1954.



Por fim, a terceira é referente à publicação, na íntegra, do decreto de Vargas sobre os novos valores dos salários mínimos.

A análise da repercussão das práticas festivas nos jornais da década de 40 e do jornal *Última Hora* na década de 50 nos ajuda a entender de que forma o trabalhismo passou a ser propagado e fortemente vinculado à figura pessoal de Getúlio Vargas, além de traduzir a ideia principal de responder aos interesses dos trabalhadores, por meio do acesso a uma legislação trabalhista, previdenciária e sindical.

Desta forma, ao compararmos a cobertura destas festividades na década de 40 e 50, é possível perceber que durante o período democrático o jornal tentou uma abordagem mais discreta, apesar de manter sua relação de apoio a Vargas. Percebemos que há uma intenção de exaltar a figura do presidente e sua relação direta com a classe trabalhadora, suas

<sup>256</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 03/05/1954, op. cit.

necessidades e demandas, apesar do jornal querer se afastar de um posicionamento oficioso, como se fosse de fato um Diário Oficial do governo.

Ao dar espaço às reivindicações populares durante as matérias publicadas sobre as festividades do Dia do Trabalho, por exemplo, o jornal mostra autonomia em sua cobertura, sem, contudo, deixar de contribuir para a narrativa trabalhista de Vargas, ao projetar e exaltar a figura do então presidente em suas matérias.

Angela de Castro Gomes nos ajuda a entender como essa figura de um “imortal Presidente Vargas” contribuiu também para a propagação de um “trabalhismo autêntico”:

Nada de novo é acrescido à conceituação do trabalhismo tal qual formulada no Estado Novo. Ele se dirige à classe trabalhadora não como “massa” interpelada pelos “demagogos”, mas como coletividade heterogênea organizada em sindicatos, o lugar onde se adquire consciência primeiro dos problemas do trabalho e depois dos problemas do país.<sup>257</sup>

Desta forma, Vargas materializava um modelo de presidente preocupado com a criação e a implementação dos novos direitos sociais do povo brasileiro. Esse presidente queria estabelecer uma nova forma de relacionamento entre o Estado e a sociedade e esta relação deveria ser direta, sendo as cerimônias cívicas um tipo de ferramenta para este objetivo. O povo e o presidente deveriam estar próximos, deveriam confiar um no outro e a *Última Hora* exerceu importante papel de intermediário nesse contexto abrindo espaço para grandes reportagens sobre as comemorações do Dia do Trabalho.

#### **4.3 – A importância de Jango para a narrativa trabalhista**

##### **4.3.1 – João Goulart: Ministro do Trabalho e dos trabalhadores**

Além de analisarmos a abordagem do jornal *Última Hora* na cobertura das datas comemorativas – o aniversário de Getúlio Vargas e o Dia do Trabalho – identificamos que o posicionamento do jornal sobre a figura de João Goulart no cenário político da época, ou seja, o espaço dado a sua nomeação para o Ministério do Trabalho, a forma como as suas ações como ministro foram divulgadas para a população e a abordagem sobre a sua saída da pasta, também nos auxiliará a entender a importância de Jango para a narrativa trabalhista construída pelo jornal e o papel desempenhado pelo periódico para a propagação deste projeto.

---

<sup>257</sup> GOMES, Angela de Castro. *Vargas e a crise dos anos 50*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2011, p. 146.

Considerado como “herdeiro político” de Vargas, o nosso interesse aqui nessa pesquisa reside em traçar um olhar a respeito da figura de Jango em relação à sua aproximação com as ideias trabalhistas e como a sua forma de atuar como um político trabalhista na função de um ministro ocupou espaço nas páginas da *Última Hora*.

João Goulart assumiu o Ministério do Trabalho no dia 17 de junho de 1953 no meio de uma grande greve que assolava o país, a greve dos marítimos<sup>258</sup>, e adquiriu um papel importante e eficaz de intermediador entre o governo e os trabalhadores, diferentemente da forma como o ministro anterior, Segadas Viana, estava conduzindo a questão. Como afirma Boris Fausto:

Como a greve ocorria em um setor de interesse público, submetido à regulação econômica do Estado, Jango pôde impor o atendimento da maioria das reivindicações dos grevistas. Ao mesmo tempo, forçou a renúncia da diretoria da Federação dos Marítimos, abrindo caminho para outra, mais próxima dos trabalhadores e dele próprio.<sup>259</sup>

Dos motivos apontados como sendo os responsáveis pela eclosão da greve dos marítimos, um em especial vinha ao encontro com os objetivos de Getúlio Vargas: o afastamento da diretoria da Federação dos Marítimos acusada de vinculações com o Ministério do Trabalho. Isso porque uma das intenções do presidente era exatamente substituir o ministro em exercício, Segadas Viana.

A escolha de João Goulart, como afirma Gomes, “significou uma tentativa de recuperar o diálogo e o prestígio junto ao movimento sindical, substituindo um ministro, também petebista, que vinha se defrontando com uma situação de crescente carestia e de protestos dos trabalhadores, sindicalizados ou não”.<sup>260</sup>

Todo o processo que levou João Goulart a assumir o Ministério do Trabalho rendeu muito espaço na *Última Hora*. É interessante salientar que logo no início do mês de junho uma série de matérias sobre Jango foi publicada no jornal, reforçando sua ação à frente do trabalhismo e o conteúdo ideológico que o então presidente do PTB estava disseminando como líder trabalhista.

Não encontramos uma comunicação “formal” no jornal sobre a troca de Segadas Viana por João Goulart na pasta do Ministério do Trabalho. Na edição do dia 12 de junho, o jornal noticiou a presença de Viana para despacho extra com o presidente sobre a greve dos

---

<sup>258</sup> No segundo capítulo abordamos esta greve com mais detalhes.

<sup>259</sup> FAUSTO, Boris. 2012, op. cit. p. 228.

<sup>260</sup> GOMES, Angela de Castro, 2006, op. cit. p. 36.



marítimos que estava prestes a irromper. A nota seguiu, ainda, informando que pouco depois do despacho chegaram ao Catete alguns dirigentes dos sindicatos das classes marítimas para um novo encontro com João Goulart, “já que na véspera os líderes grevistas conversaram durante mais de uma hora com o Presidente do PTB”<sup>261</sup>. Ou seja, apesar do titular da pasta ainda ser Segadas Viana, Jango já havia iniciado seu relacionamento com os líderes grevistas e trabalhava de forma ativa com negociações para o fim da greve.

No dia seguinte, 13 de junho, houve nova visita de Segadas Viana ao Catete, segundo o jornal pela terceira vez consecutiva, “mantendo inclusive uma demorada conferência com o Sr. João Goulart, presidente do PTB”<sup>262</sup>.

Como afirmou Angela de Castro Gomes, não eram novidades para o Ministério do Trabalho, nem tampouco para Vargas: a greve, as reivindicações, a presença de comunistas entre os marítimos e os mal-estares com Segadas Vianna. Segundo a autora, porém, “tal conhecimento não produziu qualquer ação governamental efetiva que procurasse intervir no curso das articulações, a não ser quase às vésperas da deflagração da greve, quando Jango passou a receber os marítimos, antes mesmo de Vargas decidir formalmente a troca de ministros”<sup>263</sup>.

Já na edição do dia 15 de junho, o jornal noticiou que estava em marcha uma reforma ministerial, com as nomeações de Osvaldo Aranha, José Américo e João Goulart, respectivamente, para as Pastas da Fazenda, da Viação e do Trabalho. No dia seguinte, na edição do dia 16 de junho, o assunto virou manchete do dia: “Homens das revoluções de 30 e de 50 no novo Ministério”, informando que a posse dos novos ministros seria na quinta-feira e que a reforma seria geral, com o pedido de demissão de outros ministros. Especificamente sobre Jango, o jornal afirmou que este era uma das peças fundamentais para a nova etapa político-administrativa de Getúlio Vargas, “legítimo candidato oposicionista vinculado estreitamente às aspirações e aos anseios do povo”<sup>264</sup>. João Goulart significava, então, como afirmara o periódico, “a bandeira de 50, a arrancada oposicionista do novo 3 de outubro, as

---

<sup>261</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 12/06/1953, página 3. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 9 de fevereiro de 2016.

<sup>262</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 13/06/1953, página 3. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 9 de fevereiro de 2016.

<sup>263</sup> GOMES, Angela de Castro, 2006, p. 41.

<sup>264</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 16/06/1953, capa e página 3. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 14 de junho de 2016.

tendências, as aspirações e os anseios das massas trabalhadoras, polarizadas pela candidatura de Vargas”<sup>265</sup>.

Na edição do dia 17 de junho, o jornal publicou o depoimento de uma série de deputados a respeito da reforma ministerial, especificamente sobre a pasta do Trabalho, e nos chamou a atenção o depoimento do deputado Gilberto Chaves, do PTB:

Considero a reforma ministerial, determinada pelo Presidente Vargas, como uma vitória do trabalhador, pois que à frente desses ministérios estarão homens capazes de levar avanti o programa de governo popular do Presidente Vargas. Estamos, de fato, confiantes em que o novo titular do Trabalho, Sr. João Goulart, norteará a sua Pasta dentro do esquema que delineou à base de autêntico trabalhista, sem traições e peleguismos.<sup>266</sup>

A partir daí, uma série de matérias foram publicadas sobre a posse de João Goulart, com manchetes na capa. A manchete da edição do dia 18 de junho abriu espaço para uma declaração do novo Ministro do Trabalho durante a cerimônia de posse: “João Goulart categórico: ninguém pode ser indiferente às reivindicações do operariado”. O jornal destacou ainda dois pontos fundamentais do discurso de Jango:

1 – Fortalecimento Sindical, dentro das diretrizes do PTB, fiel à política de Justiça Social do Presidente Vargas.

2 – Apelo aos empregadores e aos empregados, no sentido de colaborarem para o equilíbrio social, nessa fase difícil em que ninguém pode ficar indiferente às legítimas reivindicações do operariado brasileiro.<sup>267</sup>

---

<sup>265</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 16/06/1953, capa e página 3. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 28 de fevereiro de 2016.

<sup>266</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 17/06/1953, capa e página 3. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 28 de fevereiro de 2016.

<sup>267</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 18/06/1953, capa e página 3. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 28 de fevereiro de 2016.

Figura 14: Jornal *Última Hora*, capa, edição do dia 18 de junho de 1953.



A edição do dia 19 de junho traz a declaração do novo Ministro que estava diretamente ligada à atuação dos sindicatos: “João Goulart na posse: mobilização da massa através dos sindicatos”. Esta matéria trouxe detalhes sobre a aprovação popular do novo Ministro do Trabalho.

A posse do Ministro João Goulart constituiu um ato festivo para os trabalhadores. Porque, muito antes das 17 horas, já estavam superlotadas as salas do seu gabinete. Inúmeros operários, dirigentes sindicais, representações oficiais, funcionários do Ministério do Trabalho, jornalistas e amigos de Jango estavam ali presentes para cumprimentá-lo. Quase não se podia andar no 8º andar do Palácio do Trabalho. Em frente ao Ministério, trabalhadores faziam espoucar foguetes. Eram marítimos, estivadores, operários das fábricas, metalúrgicos, portuários, enfim, membros dos mais variados setores profissionais foram homenagear o jovem líder petebista.<sup>268</sup>

Interessante destacarmos que a cerimônia de posse do novo ministro aconteceu no salão nobre do Palácio do Trabalho, sede do Ministério. A solenidade foi, cuidadosamente, de acordo com Sukman e como divulgara o jornal, muito próxima a uma festividade para o proletariado e somado a isso lideranças sindicais puderam discursar ao longo da cerimônia.<sup>269</sup>

<sup>268</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 19/06/1953, capa e página 3. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 28 de fevereiro de 2016.

<sup>269</sup> SUKMAN, André. op. cit, p. 36-37.

A matéria seguiu ainda com a lista dos dez pontos principais do discurso de Jango no momento de sua posse. Para nosso trabalho, destes dez pontos, destacamos quatro que ilustram bem a relação de Jango com os trabalhadores:

1 – Compromissos – Ascendo ao posto inteiramente à vontade. Isto porque não tenho outros compromissos senão com o povo, no mais amplo sentido da expressão, e especialmente com o proletariado, em cujo seio tenho o orgulho de contar com inúmeras amizades.

2 – Defesa dos trabalhadores – Declarou Jango que pertence a um partido político – o PTB – cujo programa se assenta na defesa dos interesses dos trabalhadores, através de um sistema de perfeito entendimento com as classes patronais, tendo como finalidade principal o bem-estar de todos e o progresso da Nação.

3 – Ordem social mais justa – Meus objetivos são claros e definidos, resumindo-se na conquista de uma ordem social mais justa, sem a mínima quebra das tradições democráticas. Não trago para o Ministério um programa de inquietações, - como pretendem alguns setores políticos, - nem tampouco prometo solucionar milagrosamente os inúmeros problemas que afligem os trabalhadores.

7 – O desvio de dinheiro – O Ministro João Goulart falou que as parcelas pagas pelos trabalhadores somente serão investidas em empreendimentos que efetivamente venham ao encontro dos interesses da classe, criando-lhes melhores condições de vida, conforme determinam as leis.<sup>270</sup>

Em relação ao discurso de posse, citado acima, Goulart procurou reforçar seu compromisso e comprometimento com os trabalhadores, declarando que a partir da vigência de sua gestão à frente da pasta do Trabalho, todos estariam assegurados do direito a uma vida “decente e confortável” e que isso não poderia ser “privilégio de alguns”. E que, além disso, “os esforços do Ministério seriam inúteis se a arregimentação do proletariado para que fosse possível conquistar uma ordem social mais justa, sem a mínima quebra das tradições democráticas”.<sup>271</sup>

O próprio presidente Getúlio Vargas se pronunciaria, publicamente, em diversas oportunidades, em favor de Jango e o jornal *Última Hora* dava destaque a essa relação entre os dois políticos e a preocupação do atual governo com as demandas da população. Em reunião oficial com representantes de todos os sindicatos das classes marítimas, Vargas falou a respeito de Goulart que “o Ministro do Trabalho, Sr. João Goulart é um espírito voltado para as lutas em defesa da justiça social, tem ele uma sensibilidade à flor da pele para compreender e sentir como poucos as necessidades e os problemas dos trabalhadores”.<sup>272</sup>

---

<sup>270</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 19/06/1953, capa e página 3. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 28 de fevereiro de 2016.

<sup>271</sup> FERREIRA, Jorge. *Jango: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 87.

<sup>272</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 30/06/1953, página 3. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 16 de junho 2016.

Para finalizar a série de exemplos de como a cobertura da *Última Hora* esteve favorável à nomeação de João Goulart ao Ministério do Trabalho, trazemos um texto que foi publicado na coluna “Dia do Presidente”, no dia 23 de junho de 1953. Diz à nota, sob o título “Vargas e o espírito renovador”:

Um líder da oposição disse que a atitude da UDN com relação ao Sr. João Goulart, novo Ministro do Trabalho, é de “expectativa vigilante”. Está certo, porque o partido é mesmo conhecido como o da “eterna vigilância”. Mas, por outro lado, certo porta-voz do partido chegou a ver na indicação do Sr. João Goulart para o Ministério do Trabalho uma “gravíssima ameaça”, um sério perigo para o regime, “o homem que estava preparando o golpe”, etc. Ouvido pela imprensa, o Sr. João Goulart limitou-se a sorrir do ridículo da acusação, pois seus acusadores começavam logo por lhe atribuir poderes tais e tão grandes, que, francamente, ele desconhecia. Na realidade, é natural que a nomeação desse jovem gaúcho de apenas 35 anos para um dos postos mais difíceis do governo tenha causado espanto em certos círculos. É que nem todos puderam compreender como sendo ele “jovem e bem situado na vida” renunciasse aos encantos de uma existência tranquila e aceitasse um posto – este, sim, de sacrifício – assumindo o Ministério do Trabalho justamente na crista de um dos maiores e mais graves movimentos grevistas já irrompidos no país. Este o motivo de espanto, o que prova exatamente a favor do Sr. João Goulart, credenciando-o desde logo à admiração e ao respeito de todos. Com efeito, não haveria de faltar aqueles que preferem “deixar passar a onda” para depois “salvar a Pátria...”. Legítima vocação de homem público, o Sr. João Goulart, a quem chamaram de “inexperiente e desconhecido”, vem conduzindo os entendimentos para a solução da greve dos marítimos – entre empregadores e empregados – com uma lucidez, uma compreensão, uma linha de equilíbrio que se enquadram perfeitamente na política de harmonia social de Vargas. Por certo, é cedo ainda para um julgamento. Mas é preciso saudar desde logo essa vitória contra a descrença e seus corifeus. A presença do Sr. João Goulart no Ministério do Trabalho constitui, principalmente, uma reafirmação do espírito renovador do Presidente Vargas, sua integração absoluta no espírito nos novos tempos e sua fé irremovível nas novas gerações brasileiras.

Na ocasião festiva em que Vargas e Goulart receberam a comissão sindical em função do término da greve dos marítimos, no discurso proferido por Vargas, era possível perceber que o presidente transmitia, lentamente, o seu carisma, em vida, para Goulart<sup>273</sup>. Encontramos na edição do dia 30 de junho de 1953 da *Última Hora* um dos símbolos dessa transmissão, a frase proferida por Vargas durante essa solenidade: “Naquilo que ele vos disser estará me representando. Podem confiar nele, como se eu próprio fosse”.<sup>274</sup>

O reconhecimento da classe operária pelo esforço do ministro Goulart em prol dos trabalhadores não tardaria a chegar. Durante sua gestão é possível verificar que por diversas

---

<sup>273</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 16-20, 100-104.

<sup>274</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 30/06/1953, página 3. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 16 de junho 2016.

vezes os trabalhadores e sindicalistas prestaram homenagens a Jango em reconhecimento a sua atuação no Ministério do Trabalho e aos ganhos que a população obteve com a sua chegada à pasta. Para Jorge Ferreira, “o movimento sindical, mesmo sofrendo com a alta dos preços e do achatamento salarial, mobilizou-se para a luta, mas avaliou como positivo seu desempenho no governo”<sup>275</sup>. Ainda segundo o autor, não é difícil entendermos os motivos deste reconhecimento:

Afinal, pela primeira vez na história republicana, uma autoridade pública encarregada das relações entre Estado, empresários e classe trabalhadora negava-se a acionar a máquina repressiva estatal para conter a onda reivindicatória e, algo inédito, dialogava, negociava e defendia os direitos dos assalariados.<sup>276</sup>

Como exemplo deste retorno positivo da classe trabalhadora, podemos citar três passagens que foram retratadas pela *Última Hora*. A primeira, em julho de 1953, quando Jango fora homenageado pelos motoristas profissionais da cidade do Rio de Janeiro devido à defesa que o ministro havia declarado pelos direitos dessa classe. Na edição do dia 11 de julho de 1953, consta na página 6, uma nota sobre o Sindicato dos condutores de veículos rodoviários do Rio de Janeiro, com um convite aos motoristas para comparecerem ao Palácio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para a homenagem a João Goulart como “autêntico líder trabalhista e amigo certo do trabalhador brasileiro”<sup>277</sup>.

Pouco tempo depois, seria a vez do ministro receber outra homenagem, desta vez com um público ainda maior. Durante a realização do 1º Congresso Brasileiro de Previdência Social, 1.200 representantes das entidades sindicais operárias do Brasil reuniram-se para debater temáticas comuns e aproveitaram a ocasião para agradecer os esforços do ministro Goulart na defesa dos interesses dos trabalhadores.<sup>278</sup>

Em outubro, após viagem pelas regiões Norte e Nordeste com os objetivos de conhecer as dificuldades de empresários e trabalhadores, negociar conflitos trabalhistas, além de reorganizar diretórios do PTB e resolver divergências internas do partido, Jango presenciou seu momento de maior prestígio no ministério. Isso porque 78 sindicatos, por meio de seus dirigentes, em matéria paga nos jornais, incluindo a *Última Hora*, convocaram os

---

<sup>275</sup> FERREIRA, Jorge, 2005, op. cit, p. 119.

<sup>276</sup> FERREIRA, Jorge. 2005, op. cit, p. 119.

<sup>277</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 11/07/1953, página 6. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 16 de junho 2016.

<sup>278</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 05/08/1953, página 5. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 16 de junho 2016.

associados para recepcionarem João Goulart em seu retorno à capital da República. O jornal informa que mesmo sob forte chuva mais de 4 mil pessoas, entre líderes empresariais, sindicalistas e demais trabalhadores aguardavam a chegada do ministro no aeroporto da cidade.<sup>279</sup>

O fato é que se a relação de João Goulart com Getúlio Vargas e com os trabalhadores era forte, com os opositores dificilmente, ao longo de sua gestão como ministro, conseguira entrar em consonância. A política de conciliação que Goulart conseguia estabelecer com os trabalhadores foi exitosa e, com certeza, a postura de Jango em relação aos trabalhadores e aos sindicatos foi o carro-chefe da desconfiança que despertou em seus opositores até a crise que culminou a sua saída do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, como veremos a seguir.

#### **4.3.2 – Fim da era Jango à frente do Ministério do Trabalho**

A política de aproximação com o movimento sindical realizada por João Goulart era profundamente criticada por seus opositores e sua prática de negociar e se antecipar às demandas dos trabalhadores foi frequentemente vista e denunciada não como uma forma de esvaziar conflitos, mas como maneira de estimulá-los e mesmo de fomentar a luta de classes. Nessa ótica, e de forma equivocada, como afirma Angela de Castro Gomes, Jango não era o ministro do Trabalho, mas o ministro dos trabalhadores e, pior ainda, dos “maus trabalhadores”<sup>280</sup>.

O fato é que desde a ascensão de Goulart à presidência do PTB e, em seguida, ao assumir o Ministério do Trabalho, como afirma Maria Celina D’Araújo, surgia um “sintoma de que o trabalhismo getulista ganhava vigor, ainda que em meio a um processo crescente de desconfiança entre os militares e a classe política”.<sup>281</sup>

A difícil missão que Goulart enfrentaria no Ministério do Trabalho é também retratada por Lucília Delgado:

Na verdade, a tarefa a ser executada por Jango era bastante complexa e, por vezes, contraditória; se aproximar dos trabalhadores, através da via da concessão e do incentivo mobilizador e, ao mesmo tempo, procurar desarmá-los, antecipando-se às suas ações, neutralizando-as, apaziguando-as por meio do diálogo preventivo de concessões possíveis. Vargas entendeu que Goulart era o melhor quadro de sua confiança para estar à frente dessa linha de ação,

---

<sup>279</sup> *ÚLTIMA HORA*, edições dos dias 27 e 28/10/1953, página 2. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 24 de junho 2016.

<sup>280</sup> GOMES, Angela de Castro, 2006, p. 50-51.

<sup>281</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. 1996, op. cit. p. 97.

pois além de ser presidente do PTB, era conhecido por sua capacidade de diálogo e negociação com os comunistas e demais lideranças operárias independentes. A capacidade de diálogo de Goulart poderia influir positivamente para a que a confiabilidade política dos trabalhadores, em Getúlio, voltasse a se ampliar.<sup>282</sup>

Importante ação feita por Jango enquanto ministro, o possível aumento do salário mínimo merece atenção de nossa pesquisa. Por parte dos trabalhadores já havia um pedido em relação a essa questão e desde o princípio de sua gestão no Ministério do Trabalho, Goulart procurou encaminhar os estudos para verificar a possibilidade de tal aumento.

Em janeiro de 1954, segundo Gomes, a pauta do salário mínimo já vigorava entre a imprensa do país e entre os próprios trabalhadores. Em função disso, Jango teve uma imagem amplamente “difundida, discutida e dividida”, como afirma a autora.

Ele era tanto o político que recebia e ouvia trabalhadores informalmente, articulando a resolução de conflitos antes da eclosão das greves, sendo assim uma liderança hábil e valiosa para projetos governamentais mais abrangentes; quanto o político perigosamente envolvido com comunistas, que estimulava a agitação social e propunha um aumento irresponsável do salário mínimo.<sup>283</sup>

Data do dia 8 de janeiro de 1954, matéria publicada na *Última Hora* em que o jornal iniciaria uma série de entrevistas com líderes sindicais de empregados, empregadores e com advogados militantes do “Fórum” Trabalhista, que lidavam com a questão salarial. De fato, ao longo do mês de janeiro, diversas matérias sobre o assunto foram publicadas pelo periódico com ênfase em temáticas como fiscalização, congelamento dos preços, a “desumanidade” das demissões e a defasagem do salário mínimo em vigor.

Na edição do dia 13 de janeiro deste ano, chamadas como “Hoje no Catete com Jango e Aranha a sorte do salário mínimo” e “As classes conservadoras pedem ao presidente da República: revisão do salário mínimo em bases justas e possíveis”<sup>284</sup> mostram como este assunto estava em voga no país e a forma como a *Última Hora* conduzia e divulgava o tema.

Um mês depois, na edição do dia 13 de fevereiro de 1954, a capa da *Última Hora* informa: “Já pronta a minuta do decreto: Dentro de duas semanas o novo salário mínimo!”<sup>285</sup> O jornal acompanhou a fala de João Goulart em nome do presidente da República durante

---

<sup>282</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves, 1989, op. cit., p. 123.

<sup>283</sup> GOMES, Angela de Castro. 2006, op. cit. p. 51.

<sup>284</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 13/01/1954, capa. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 16 de junho 2016.

<sup>285</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 13/02/1954, capa. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 16 de junho 2016.



uma manifestação de trabalhadores em Petrópolis. Na ocasião, o ministro afirmou que submeteria a minuta do decreto que fixaria os novos níveis de salário mínimo em todo o país à decisão do presidente. Jango afirmou não ter dúvidas de que Vargas iria atender a todas as reivindicações apresentadas durante o encontro “pois ali estava não somente o Chefe da Nação, mas Getúlio Vargas, o amigo dos trabalhadores”<sup>286</sup>. Trata-se de mais um exemplo de como o projeto trabalhista de Jango reforçava a aproximação de Vargas com a classe trabalhadora.

Ao dar amplo espaço para essas divulgações, a *Última Hora* contribuía, claramente, para o tipo de imagem que Vargas desejava fortalecer junto à população. E esta imagem deveria ser a de um presidente especialmente atento à situação dos trabalhadores do Brasil.

Mas, o fato é que a aproximação do governo, por intermédio de Goulart, com as classes operárias era vista como uma ameaça aos interesses da elite política. E alguns mecanismos foram utilizados pela oposição para romper com as práticas políticas feitas por João Goulart. Direta ou indiretamente, o ministro foi, forçosamente, conduzido a se retirar da cena política. De forma direta, coube aos jornais oposicionistas a tarefa de desmerecer a figura do então ministro. Indiretamente, um importante documento divulgado no início de 1954 indicava que também os militares manifestavam-se de forma contrária às orientações que o governo vinha tomando: o Manifesto dos Coronéis<sup>287</sup>. E certamente não foi por casualidade que tal documento foi divulgado no mesmo dia em que era oficializada a proposta de aumento do salário mínimo.

A manchete do dia 20 de fevereiro de 1954 revela o que estava por vir: “Reforma ministerial para vencer a crise”<sup>288</sup>, indicando que importantes acontecimentos eram aguardados para os próximos dias e que João Goulart estaria inclinado a deixar a Pasta.

Em 22 de fevereiro de 1954, o jornal *Última Hora* publica em sua capa: “Irrevocáveis os pedidos de Ciro e Jango: as cartas dos ministros de Guerra e do Trabalho serão hoje despachadas pelo Presidente da República”. A nota afirma que “contrariando versões não

---

<sup>286</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 13/02/1954, capa. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 16 de junho 2016.

<sup>287</sup> O memorial protestava principalmente contra o descaso do governo em face das necessidades do Exército, como o reajuste salarial aos militares. Neste quesito, tecia sérias críticas ao aumento de 100% do salário mínimo proposto por Goulart, que provocaria distorções salariais graves, fazendo com que um operário recebesse um salário próximo ao de um oficial do Exército.

<sup>288</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 20/02/1954, capa. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 17 de junho 2016.

autorizadas”<sup>289</sup> os pedidos de demissão apresentados pelos dois ministros seriam irrevogáveis. Especificamente sobre a exoneração de Jango, o jornal afirma que apesar da discrição de Vargas ao ser questionado sobre o assunto não havia mais dúvidas de que o Ministro do Trabalho seria exonerado. “O Ministro do Trabalho, alvo de violenta campanha das classes conservadoras, não desejava criar embaraços ao Sr. Getúlio Vargas e colocou o cargo a sua disposição imediatamente após ter surgido o memorial dos coronéis”<sup>290</sup>, diz a matéria indicando que foi significativa a ausência do Sr. João Goulart numa festa eminentemente trabalhista como a de Volta Redonda. Além disso, a matéria traz uma importante declaração de Jango sobre a situação: “Deixarei o Ministério do Trabalho. Mas, os trabalhadores podem ficar tranquilos, porque prosseguirei na luta ao lado deles, mudando apenas de trincheira. Agora, terei muito mais liberdade de ação”.<sup>291</sup>

O fato é que a saída de Jango do Ministério inseriu-se num cenário composto pela oposição política (contra ele e contra o presidente Vargas), pelas manifestações da imprensa getulista e anti-getulista, pelo contato indireto do Manifesto dos Coronéis e, ainda, tendo relação direta com a entrega do polêmico Plano Nacional do Salário Mínimo.

No dia seguinte ao pedido de demissão, 23 de fevereiro, a *Última Hora* publicou na íntegra o conteúdo da carta enviada por Jango a Vargas contendo as proposições para um novo salário mínimo. No texto, o ministro cita os estudos realizados pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no sentido de adequação do nível do salário mínimo ao custo de vida. O título da matéria é bem emblemático: “Sugere Jango ao presidente Vargas: Congelamento dos preços para combater a carestia”. Partes da carta seguem transcritas abaixo:

Quando, distinguido pela confiança de Vossa Excelência, assumi a Pasta do Trabalho, Indústria e Comércio, verifiquei, desde logo, que o motivo principal da intranquilidade reinante entre os trabalhadores residia no problema dos salários insuficientes para atender às necessidades essenciais à sua subsistência. (...) Não seria exagero afirmar, Senhor Presidente, que a atual situação do trabalhador, com o salário de miséria que recebe é de desespero. Ninguém, em sã consciência, poderá conceber a possibilidade de

---

<sup>289</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 22/02/1954, capa. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 17 de junho 2016.

<sup>290</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 22/02/1954, página 3. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 17 de junho 2016.

<sup>291</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 22/02/1954, página 11. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 17 de junho 2016.

harmonia entre as classes, de paz social quando a fome ronda quase todos os lares operários.<sup>292</sup>

A carta mostra, ainda, como os opositores já estavam se articulando contra a proposição de Jango e como se iniciava o clima de tensão entre Jango e seus oponentes políticos:

Posso afirmar, Senhor Presidente, com toda a segurança, que os exploradores da miséria popular, ao mesmo tempo que combatem o salário ora proposto, já estão promovendo remarcações dos preços que açambarcam muito antes, portanto, da homologação da medida. É certo, também, que tais remarcações, além de cobrir a majoração salarial, ainda mais avolumam os seus lucros exagerados e anti-sociais.<sup>293</sup>

Este discurso, além dos telegramas e dos manifestos sindicais que foram enviados ao Ministério do Trabalho manifestando solidariedade a João Goulart, como nos lembra Ferreira, marcaram o pensamento político do trabalhismo brasileiro<sup>294</sup>.

Figura 15: Jornal *Última Hora*, capa e página 3, edição do dia 22 de fevereiro de 1954.



<sup>292</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 23/02/1954, página 3. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 16 de junho 2016.

<sup>293</sup> *ÚLTIMA HORA*, op. cit., p. 3

<sup>294</sup> FERREIRA, Jorge, 2005, . op. cit, p. 149-150. Segundo o autor, foram mais de 450 telegramas recebidos pelo Ministério após o pedido de desligamento de Jango da pasta do Trabalho.

Nesta mesma edição do dia 23 de fevereiro, o jornal trouxe uma nota sobre a vida política do novo ministro do Trabalho, Hugo de Faria, “nome sem expressão”<sup>295</sup>, como afirma Boris Fausto. O jornal *Última Hora* nos dias que seguiram a sua nomeação citava esporadicamente notas sobre despachos de “simples rotina”<sup>296</sup> do novo ministro. A abordagem do jornal sobre a saída de João Goulart foi bastante discreta. Possivelmente, assim como Jango não desejava criar embaraços a Vargas, colocando o seu cargo à disposição, parece-nos que a *Última Hora* limitou-se a acompanhar a substituição do responsável pela pasta do Trabalho sem construir um discurso inflamado e cheio de opiniões como acontecera quando Jango fora nomeado para o ministério.

Segundo Colvero e Ribas, a decisão de sua saída da pasta trabalhista já era acertada entre Vargas e Goulart. Na carta oficial com o pedido de sua saída, Jango afirmava o compromisso que ele teria a partir de então, como ex-ministro, tanto com o trabalhismo quanto com a política varguista<sup>297</sup>. E na cobertura do jornal *Última Hora* esse compromisso nos pareceu bastante claro.

Em contrapartida, na imprensa oposicionista, instaurou-se uma corrente para a saída de Jango e a sua substituição foi comemorada. Como afirma Silva, Jango era visto entre as classes populares como um líder político e popular e era também associado ao seu mentor político, Vargas. Por isso, acabou por ser “condenado” pela imprensa oposicionista de ser seguidor da corrente política ideológica promovida por Getúlio<sup>298</sup>.

É importante citar que a corrente de oposição a Jango é anterior e sempre associada a Getúlio Vargas. Mais do que isso, verifica-se essa situação desde períodos anteriores ao início do segundo mandato de Vargas, iniciado em 1951. Porém, com o aprofundamento da crise no governo em 1953 e com a indicação de Goulart para ocupar o cargo de Ministro do Trabalho esse cenário se agravou. Principalmente devido a sua ligação com o presidente, com os sindicatos e com o PTB, os opositores políticos a Vargas e Goulart passaram a entender que a posição de Jango naquele ministério seria de reunir as classes populares a fim de constituir uma República Sindicalista no país<sup>299</sup>.

---

<sup>295</sup> FAUSTO, Boris. 2012, op. cit. p. 229.

<sup>296</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 25/02/1954, página 3. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 17 de junho 2016.

<sup>297</sup> COLVERO, R.; RIBAS, V. *Getúlio Vargas e o Ministério do Trabalho: a atuação de João Goulart (1953-1954)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, p. 66.

<sup>298</sup> SILVA, Dilossane. *A primeira queda de Jango: apontamentos para uma interpretação*. Dissertação de Mestrado. UPF, 2010, p. 11.

<sup>299</sup> SILVA, Dilossane. op. cit., p. 12.

Em função disso, João Goulart foi criticado, insistentemente, pela imprensa oposicionista, por ser considerado discípulo de Vargas, defender a participação das classes populares na política e seguir os preceitos do trabalhismo. E exatamente pelos mesmos motivos, a *Última Hora* enaltecia a atuação de Jango à frente do Ministério do Trabalho, sua forma de atuação, as ações propostas e os benefícios aos trabalhadores. Foi desta forma que o jornal acompanhou o dia a dia do político no Ministério até a sua queda.

O problema é que os oposicionistas, tendo como aliados a maioria dos meios de comunicação do país, conseguiam propagar com maior volume e rapidez imagens extremamente negativas sobre o ministro do Trabalho e o governo Vargas. Cabia, então, a *Última Hora* e o pequeno *O Radical* o encargo de defendê-los. Mas, embora os dois jornais se esforçassem nesta missão, não conseguiam conter a quantidade cada vez maior de denúncias.

Certa vez, Jango usou a *Última Hora* para fazer uma pergunta direta a seus opositores:

Afinal, de que me culpam? De ficar até altas horas atendendo àqueles que batem às portas do Ministério do Trabalho buscando solução para os seus problemas? Ora, se é crime o cumprimento do dever, se é crime trabalhar, aceito até com orgulho a pecha de criminoso. (...) Eu poderia não atender os trabalhadores, abandonando-os à própria sorte, e frequentar reuniões elegantes, trocando homenagens com os felizes detentores do poder econômico. No entanto, não tenho vocação para cortejar os poderosos e trair os que vivem de seu próprio trabalho.<sup>300</sup>

É possível apontar, nesse sentido, que a caminhada política de Jango, sobretudo ao longo de sua gestão como ministro, é marcada por duas correntes paralelas: suas ações de cunho trabalhista e os ataques oposicionistas ao seu modo de trabalhar. O modo de fazer política de João Goulart consistiu em proporcionar direitos sociais e econômicos ao trabalhador brasileiro e, por isso, foi combatido pela oposição, “que tentava atingi-lo e removê-lo da política acusando-o de reduzir o espaço político ocupado pelas elites pela conscientização dos trabalhadores em lutar por direitos e participar como cidadãos da política do país”.<sup>301</sup> De fato, é inegável a ascensão das classes populares trabalhadoras na política brasileira, sobretudo na busca por seus direitos trabalhistas durante o segundo governo de Vargas e João Goulart desempenhou um importante papel na aproximação do governo com as classes operárias. Vimos, inclusive, a forma como este empoderamento foi retratado nas páginas do jornal *Última Hora*.

---

<sup>300</sup> *ÚLTIMA HORA*, edição do dia 06/08/1953, página 2. Acesso digital ao periódico, via Hemeroteca, em 24 de junho 2016.

<sup>301</sup> SILVA, Dilossane. op. cit., p. 13.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação histórica trouxe consigo elementos significativos para uma melhor compreensão sobre como se deu o cruzamento entre os interesses do governo e os interesses da classe trabalhadora nas páginas do jornal *Última Hora*.

Com esse trabalho buscou-se mostrar que o jornal nascera com um objetivo político, mas, cujo alcance deste objetivo deveria passar também pelo sucesso comercial, ou seja, a conquista de eleitores e sua consolidação no mercado jornalístico carioca da época. Para isso, uma estratégia de aproximação, principalmente com a classe trabalhadora, foi traçada, na qual o jornal assumiu uma postura de intermediário entre o povo e o governo, prestando serviços efetivos e importantes para a população, como na divulgação das queixas dos leitores, nos aconselhamentos em relação às questões trabalhistas e na realização de simulados dos tribunais que tinham como missão julgar os crimes contra a economia popular.

Paralelamente a este objetivo do jornal, chefes de família, donas de casa, trabalhadores, operários, funcionários, empregados de diferentes classes sociais descobriram na *Última Hora* um canal para disseminar suas reivindicações, suas reclamações, suas demandas, marcando um período de grande mobilização popular em prol da ampliação de seus direitos políticos, econômicos e sociais.

Desta forma, o jornal mostrou uma enorme capacidade de penetração entre as diferentes classes sociais, estabelecendo um discurso abrangente e agregador. A *Última Hora* não pode ser considerado um jornal popularesco e por outro lado também não esteve restrito a características de um jornal elitista. A proposta do veículo foi inovadora, estabelecendo um diálogo contínuo com os leitores, através de uma linguagem simples, atrativa e, principalmente, interativa. Isso porque o povo conseguia se ver no jornal. Trata-se de um exemplo claro de um jornal extremamente popular.

Identificamos as chamadas “Tendinhas de reclamações” como o principal exemplo de como o jornal se dirigia – inclusive fisicamente – até o povo, com o objetivo de criar um elo de aproximação e diálogo. Outro exemplo de como o jornal se colocou “a serviço do povo” foi encontrado a partir da análise da cobertura dos tribunais populares contra a economia popular. É interessante salientar que o jornal ao longo de toda a cobertura reforçava a sua participação nesta “conquista” e sua contribuição para a população com a iniciativa de realizar os juris simulados, estabelecendo-se assim como ator principal desta vitória do povo. Reforçava, também, que tal projeto era oriundo da mensagem de Vargas definindo novas modalidades de crime contra a economia popular e confirmando a preocupação do presidente

com as questões relativas ao dia a dia do povo, suas reivindicações e necessidades a serem atendidas pelo governo.

Nos dois casos podemos afirmar que as denúncias das mazelas vividas pelos trabalhadores eram expostas e o jornal exigia um retorno das autoridades envolvidas nos assuntos, mas, no entanto, percebe-se uma necessidade de afirmar o empenho do presidente Vargas e o papel do próprio jornal na solução de tais problemas. O jornal divulga os problemas, cobra soluções, mas retira de Getúlio Vargas qualquer responsabilidade direta sobre tais situações. A imagem do então presidente fica assim desvinculada dos problemas apresentados e das cobranças diárias realizadas pelo jornal. Ou seja, a *Última Hora* conseguia colaborar com as reivindicações populares ao mesmo tempo em que auxiliava na divulgação de uma imagem positiva do então presidente.

Outro ponto emblemático em nossa pesquisa foi o estudo sobre as divulgações que aconteceram acerca das duas grandes greves de 1953. Isso porque o principal objetivo era avaliar de que forma o governo lidou com estas mobilizações populares e como o jornal, dito popular, se posicionou perante as reivindicações dos trabalhadores em movimentos do gênero contra o governo.

Percebemos que, ao longo da cobertura da Greve dos 300 mil, o jornal, por diversas vezes, quis reforçar como foram distintas as atuações do presidente Getúlio Vargas e do Ministro do Trabalho, Segadas Viana, para o fim do movimento paredista. Enquanto o primeiro teve papel principal da condução em prol dos entendimentos, o segundo se mostrou um ministro ausente e que, inclusive, foi acusado de querer atrapalhar os acordos firmados, ao insistir por uma intervenção direta nos sindicatos, proibida pelo presidente.

Já na Greve dos Marítimos, com a chegada de João Goulart ao Ministério do Trabalho, as críticas sobre a postura de Segadas Viana permaneceram. Novamente, o jornal procurou em todas as matérias publicadas reforçar o posicionamento do governo a favor das reivindicações e em prol de um acordo o quanto antes, através da publicação de declarações de Vargas ou de Jango, reforçando que o gabinete agora estava aberto para ouvir as reivindicações dos trabalhadores e, assim, evitar futuras greves e paralisações.

Em busca da representação do trabalhismo nas páginas da *Última Hora*, identificamos alguns momentos-chave em que analisamos de que forma aspectos fundamentais deste projeto político estiveram retratados nas páginas do jornal. Entendemos que o calendário festivo instaurado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo também teve reflexo em seu segundo governo, contribuindo para a disseminação do trabalhismo. Desta forma, o enfoque dado pelo

jornal ao colocar em sua pauta a cobertura sobre o aniversário do ex-presidente e sobre o Dia do Trabalho foi importante para nosso estudo.

Foi possível identificar como as diferenças no que diz respeito ao contexto histórico e ao regime político ficaram claras no espaço reservado a tais comemorações. Enquanto na década de 40, o aniversário do então presidente rendia manchetes e grandes matérias nas capas dos jornais (possivelmente em função do controle exercido pelo governo aos meios de comunicação), na década seguinte, este espaço foi reduzido e compartilhado com inúmeros outros acontecimentos que precisavam ser noticiados à população. Sendo o jornal *Última Hora* peça de estreito relacionamento com Vargas, apesar do discurso em exaltação a sua figura e sua importância para o país, acreditamos que houve prudência na divulgação desta data comemorativa.

Já no caso do Dia do Trabalho, assim como nos anos anteriores, na década de 50, a repercussão acerca desta data continuou a ocupar a primeira página dos principais jornais da época e o jornal *Última Hora* aproveitava este momento para reforçar ainda mais a aproximação do presidente Getúlio Vargas com a classe trabalhadora.

Desta forma, ao compararmos a cobertura destas festividades na década de 40 e 50, foi possível perceber que durante o período democrático o jornal tentou uma abordagem mais discreta, apesar de manter sua relação de apoio a Vargas. Percebemos que houve uma intenção de exaltar a figura do presidente e sua relação direta com a classe trabalhadora, sem, contudo, criar uma atmosfera de bajulação. Notamos assim a intenção de uma demarcação do período vigente em relação ao Estado Novo. Apesar de varguista, o jornal buscava caminhos para se afastar de um posicionamento oficioso, uma vez que não era a intenção do veículo ser classificado como um Diário Oficial do governo.

Identificamos esta característica quando o jornal deu espaço às reivindicações populares durante as matérias publicadas sobre as festividades do Dia do Trabalho. Assim, o jornal mostrou autonomia em sua cobertura, sem, contudo, deixar de contribuir para a narrativa trabalhista de Vargas, ao projetar e exaltar a figura do então presidente em suas matérias e reforçar o conteúdo de seu projeto político.

O posicionamento do jornal sobre a figura de João Goulart no cenário político da época, ou seja, o espaço dado a sua nomeação para o Ministério do Trabalho, a forma como as suas ações como ministro foram divulgadas para a população e a abordagem sobre a sua saída da pasta, também nos auxiliariam a entender a importância de Jango para a narrativa



trabalhista divulgada pelo jornal e o papel desempenhado pelo periódico para a propagação deste projeto.

Considerado como “herdeiro político” de Vargas, o nosso interesse aqui nessa pesquisa residiu em traçar um olhar a respeito da figura de Jango como líder trabalhista, como a sua forma de atuar na função de ministro ocupou espaço nas páginas da *Última Hora* e como o veículo avalizou a sua trajetória à frente do Ministério do Trabalho.

Ao longo de nossa pesquisa, podemos constatar que Goulart recuperou o prestígio do trabalhismo e incentivou os trabalhadores a participarem da vida política do país. Apesar das acusações da grande imprensa, das pressões de grupos políticos conservadores e desconfianças dos empresários e das Forças Armadas, os trabalhadores reconheceram os esforços e a atuação de Jango no ministério.

Ao dar amplo espaço para o projeto trabalhista de Jango, a *Última Hora* contribuía, claramente, para o tipo de imagem que Vargas desejava fortalecer junto à população. E esta imagem deveria ser a de um presidente especialmente atento à situação dos trabalhadores do Brasil. Percebemos aqui uma estratégia clara do jornal em destacar mais o conteúdo do projeto trabalhista do governo e menos os personagens envolvidos.

João Goulart fora criticado, insistentemente, pela imprensa oposicionista, por ser considerado discípulo de Vargas, defender a participação das classes populares na política e seguir os preceitos do trabalhismo. E exatamente pelos mesmos motivos, a *Última Hora* enaltecia a atuação de Jango à frente do Ministério do Trabalho, sua forma de atuação, as ações propostas e os benefícios aos trabalhadores. Foi desta forma que o jornal acompanhou o dia a dia do político no Ministério até a sua queda.

A abordagem do jornal sobre a saída de João Goulart foi bastante discreta. Possivelmente, assim como Jango não desejava criar embaraços a Vargas, colocando o seu cargo à disposição, parece-nos que a *Última Hora* limitou-se a acompanhar a substituição do responsável pela pasta do Trabalho sem construir um discurso inflamado e cheio de opiniões como acontecera quando Jango fora nomeado para o ministério.

Através da nossa análise, percebemos, então, como o jornal iniciou o processo de construção de uma relação que reforçava os interesses comuns ao governo e aos trabalhadores. Cada vez mais espaço para as reivindicações populares, ao mesmo tempo em que apresenta um Vargas paternalista, preocupado com o povo, dedicado desde sua campanha presidencial em assegurar os direitos dos trabalhadores e regulamentar o mercado de trabalho.

Desta forma, o veículo construiu uma conexão entre o getulismo e o trabalhismo, traçando uma estratégia de aproximação e distanciamento do governo Vargas, consolidando-se como um veículo de penetração social com forte impacto tanto no campo jornalístico como no campo político.

Nossa intenção com esta dissertação foi direcionar o olhar especificamente para uma determinada fonte, mas propondo uma discussão mais abrangente sobre grandes temas como imprensa e trabalhismo e, para isso, se valendo de uma importante bibliografia para a consolidação da nossa análise.

Novas pesquisas, que tem o conteúdo do jornal *Última Hora* como centro da análise se fazem necessárias. Não somente o estudo sobre sua linguagem, seu projeto editorial e político, como também a especificidade e o rico conteúdo de suas seções e colunas.

## 6. REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de (org). A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Editoria Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ABREU, Alzira Alves de. Revisitando os anos 50 através da imprensa. In: O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil. BOTELHO, André; BASTOS, Elide Rugai e VILLAS-BOAS, Glaucia (organizadores). Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- ABREU, Alzira Alves e LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: Vargas e a crise dos anos 50. GOMES, Angela de Castro Gomes (org); CORRÊA, Villas-Bôas... (et al.). 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2011.
- ALDÉ, Alessandra. A Construção da Política. Democracia, cidadania e meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALTAMN, Fábio (org). A arte da entrevista. Uma antologia de 1823 aos nossos dias, 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AMARAL, Luiz. Jornalismo, matéria de primeira página, Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1982.
- Anuário de Imprensa, Publicidade & Negócios. Rio de Janeiro, 1952.
- Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, anos XIII, XV e XVII.
- BAHIA, Juarez. Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa e poder no Brasil pós-30. Em Questão. Porto Alegre, v. 12, n. 2, jun/dez 2006.
- BARROS, Antonio Theodoro de Magalhães. Última Hora e a renovação da imprensa brasileira. T/1.6/B278u/CPDOC (7727/83).
- BENEVIDES, Maria Victoria. O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964). São Paulo: 1989.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho. O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.
- CARONE, Edgard. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.
- CARVALHO, Aloysio Castelo de. O Caso Última Hora e o cerco da imprensa ao governo Vargas. Niterói, RJ: Editora Nitpress, Editora da UFF, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

COLVERO, R.; RIBAS, V. *Getúlio Vargas e o Ministério do Trabalho: a atuação de João Goulart (1953-1954)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

CORRÊA, Larissa Rosa. *A tessitura dos Direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho*. São Paulo: Fapesp, 2011.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *O segundo Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. Rio de Janeiro. Zahar Editores S.A: 1982.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo*. São Paulo. Marco Zero: 1989.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (verbetes sobre os jornais).

DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (volume 1: 1914-1960)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil – 2ª. Edição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14ª. Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FERREIRA, Jorge. *Jango: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005.

FERREIRA, Jorge. *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2010.

FERREIRA, Jorge. *Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacionalismo-estadismo e populismo*. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth, FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. Editora Summus: São Paulo: 1987.

GOMES, Angela de Castro e DARAUIJO, Maria Celina. Getulismo e Trabalhismo. São Paulo: Editora Ática, 1989.

GOMES, Angela de Castro. *Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil: Primeiro de Maio*. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PrimeiroMaio>.

GOMES, Angela de Castro. *Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores?* IN: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. Vargas e a crise dos anos 50. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2011.

GOMES, Angela Maria de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991

GUIMARAES, Maikio. Caso Última Hora. A crise que mudou o curso da história. Por Algre: BesouroBox, 2011.

HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOHLFELDT, Antônio. Última Hora: populismo nacionalista nas páginas de um jornal. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LACERDA, Carlos. Depoimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. "Imprensa carioca nos anos 50: os anos dourados" In: ABREU, Alzira Alves de (org.)... [et al.], A imprensa em transição, RJ, Editora FGV, 1996.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Cidadania e razão na imprensa escrita: retórica e prática excludente em períodos democráticos (os anos 50 e 90). Rio de Janeiro, CPDOC-FGV.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. In: GOMES, Ângela de Castro. *Vargas e a crise dos anos 50*. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2011.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Lacerda x Wainer: o Covo e o Bessarabiano; 2ª ed. – São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (orgs). História da imprensa no Brasil. 2. ed. 2a. reimpressão - São Paulo: Contexto, 2013.

MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política (Estudos da greve dos 300 mil em São Paulo – 1953/1954)*, São Paulo, Livraria Editora Polis, 1978.

MUNTEAL, Oswaldo. *A imprensa na história do Brasil: fotojornalismo no século XX*. Rio de Janeiro: PUCRJ, 2005.

RÉMOND, René. “Do Político”. In RÉMOND, René (Org). *Por uma história Política*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 50. *Contracampo: revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação*, Niterói, v. 4, 1999.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, Literatura e Política: a modernização da imprensa carioca nos anos de 1950*. Estudos Históricos, Mídia. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n.31, 2003.

ROCHA BARROS, Alberto da. *Origem e evolução da legislação trabalhista*. Rio de Janeiro: Lermmert, 1969, p. 74; VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª. edição, 1978).

SILVA, Dilossane. *A primeira queda de Jango: apontamentos para uma interpretação*. Dissertação de Mestrado. UPF, 2010.

SIQUEIRA, Carla Vieira de. "Sexo, crime e sindicato: sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas (1951 - 54)". Rio de Janeiro, PUC-Rio (tese de doutorado), 2002.

SIQUEIRA, Carla Vieira de. “Sexo, Crime e Sindicato”: Sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas (1951-1954). Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SIQUEIRA, Carla. Sensacionalismo e retórica política em Última Hora, O Dia e Luta Democrática no segundo governo Vargas. In: História e imprensa: representações culturais e práticas de poder. NEVES, Lúcia Maria Bastos P., MOREL, Marco, FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (org). Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. RJ: Civilização Brasileira, 1999.

SUKMAN, André. *A trincheira dos trabalhadores: João Goulart, PTB e o Ministério do Trabalho (1952-1954)*. Dissertação. UFF, 2011.

THOMPSON, E. P. a formação da classe operária inglesa, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, vol. 1, p. 10.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2001.

WAINER, Samuel. Organização e editoração de Augusto Nunes. *Minha Razão de Viver*. 10ª. Edição. Rio de Janeiro: Record, 1988.

WAINER, Samuel. Samuel Wainer I (depoimento, 1996). Rio de Janeiro, CPDOC/ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA (ABI), 2010. In: AMADO, Daniele Chaves. Nem tudo que reluz é ouro: A Última Hora, a Tribuna da Imprensa e a campanha de saneamento moral de Copacabana. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da UFF. Rio de Janeiro, 2012.

### **Periódicos**

Jornal *Correio da Manhã*

Jornal *O Globo*

Jornal *Última Hora*